**DIRETORIA LEGISLATIVA
CONSULTORIA LEGISLATIVA**

ORIGEM: Deputados Danilo Forte (Presidente) e ANDRE MOURA (Relator) e demais membros da Comissão Especial destinada a analisar e apresentar propostas com relação à partilha de recursos públicos e respectivas obrigações da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (pacto federativo)

TIPO DE TRABALHO: ESTUDO PRELIMINAR

ASSUNTO: Proposições que podem ser do interesse da comissão especial sobre pacto federativo

**CONSULTORES: BRUNO D'ABADIA E MARCOS TADEU
DATA: ABRIL DE 2015**

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR E APRESENTAR PROPOSTAS COM RELAÇÃO À PARTILHA DE RECURSOS PÚBLICOS E RESPECTIVAS OBRIGAÇÕES DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL (PACTO FEDERATIVO)

PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO SOBRE PACTO FEDERATIVO

Foi-nos, inicialmente, solicitado pelo Relator, Deputado André Moura, e, prontamente atendido, o exame das **PECs nºs 41, de 2014, 426, de 2014, 197, de 2012, e do PLS nº 130, de 2014, além da Emenda Constitucional nº 84, de 2014.**

A **PEC nº 426, de 2014**, transformou-se na **Emenda Constitucional nº 84, de 2014**, com o propósito de ampliar o montante do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) **em mais um ponto percentual**, escalonado na forma apresentada abaixo:

- Meio ponto percentual no presente exercício financeiro, a ser entregue no primeiro decêndio do mês de julho; e
- Inteirando um ponto percentual no próximo exercício financeiro e seguintes, a ser entregue também no primeiro decêndio do mês de julho.

Com a medida, a participação do FPM no produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) passa a ser de 24,5%, a partir de 2016, o que representa três pontos percentuais a mais que a participação do Fundo de Participação dos Estados (FPE) na mesma base (IR+IPI), sendo que:

- i) 22,5 % do produto da arrecadação do IR+IPI entregues mês a mês;
- ii) 1% do produto da arrecadação do IR+IPI entregue no primeiro decêndio do mês de julho; e

- iii) 1% do produto da arrecadação do IR+IPI entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro.

Durante a tramitação da PEC nº 426, de 2014, foram **apensadas e rejeitadas** pelos membros da Comissão Especial criada para o exame da matéria, **segundo a orientação do relator, o ilustre Deputado Danilo Forte**, hoje exercendo a Presidência da Comissão Especial em tela, as seguintes PECs:

i) Proposta de Emenda à Constituição nº 212, de 2012, que determina o repasse de **15% do produto da arrecadação das contribuições sociais** instituídas nos termos do art. 149 da Constituição, respectivamente, **para o FPE e para o FPM**, não se aplicando os referidos percentuais sobre ao produto da arrecadação das contribuições sociais a que se referem a alínea “a” do inciso I e o inciso II, do art. 195 (Contribuições dos Empregadores e dos Empregados para o INSS) e, do art. 239 (PISPASEP – FAT);

ii) Proposta de Emenda à Constituição nº 261, de 2013, que aumenta em **2% a participação do FPM** na arrecadação do IR e do IPI e em **1% a participação do FPE** na arrecadação dos mesmos impostos federais;

iii) Proposta de Emenda à Constituição nº 310, de 2013, que **destina aos Municípios 75% do produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias** e 25% das operações sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações.

iv) Proposta de Emenda à Constituição nº 335, de 2013, que destina **10% do produto das arrecadações do imposto sobre operações financeiras (IOF), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSSLL) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)**, distribuídos de acordo com os critérios de repartição e somados aos valores repassados pelo **Fundo de Participação dos Municípios**.

v) Proposta de Emenda à Constituição nº 340, de 2013, que **aumenta em 3% os recursos do Fundo de Participação dos Municípios**, para serem repartidos aos Municípios, **excetuadas as Capitais**, com base num coeficiente individual de participação, resultante do produto do

fator representativo da população local, pelo fator representativo do inverso da respectiva receita corrente líquida per capita;

vi) Proposta de Emenda à Constituição nº 341, de 2013, que aumenta em **2%** o repasse para o Fundo de Participação dos Municípios (**FPM**), para ser entregue no **primeiro decêndio de julho**;

vii) Proposta de Emenda à Constituição nº 354, de 2013, altera as **regras de distribuição do ICMS aos Municípios** da forma seguinte:

I – 50%, na proporção do valor adicionado nas operações locais relativas ao ICMS;

II – 25%, na proporção da população residente no Município em relação à população total de seu respectivo Estado;

III – até 25%, de acordo com o que dispuser lei estadual.

A PEC nº 197 D, de 2012, – conhecida como a PEC do Comércio Eletrônico – modifica a sistemática de cobrança do ICMS sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado. A matéria teve origem no Senado Federal, foi aprovada na Câmara dos Deputados, sendo novamente remetida ao exame daquela Casa Revisora. Ela se transformou na **Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015**, com as seguintes novidades na incidência do ICMS sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado:

A EC altera o inciso VII do § 2º do art. 155 da CF para estabelecer que nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, **localizado em outro Estado**, adotar-se-á a **alíquota interestadual** e **cabará ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual**.

Além disto, a EC introduz o art. 99 no ADCT para estabelecer que o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual será partilhado entre os Estados de origem e de destino de forma

gradativa a partir de 2016 na forma abaixo:

Etapas	Estado de destino	Estado de origem
I – 2016	20%	80%
II - 2017	40%	60%
II - 2018	60%	40%
IV - 2019	80%	20%
V – A partir de 2020	Entra em vigor a regra prevista no inciso VII do § 2º do art. 155 da CF	

Já a **PEC nº 41, de 2014**, do Senado Federal, ainda não apreciada, faz alterações expressivas nas áreas tributária e fiscal, com repercussões na União, nos Estados e nos Municípios, como veremos nos pontos abaixo destacados:

i) fixa novas alíquotas do ICMS nas operações e prestações interestaduais, partindo-se de:

a) onze por cento, com redução progressiva, no prazo de oito anos a contar do exercício subsequente à entrada em vigor da Emenda à Constituição, chegando-se a quatro por cento a partir do oitavo ano;¹

b) as alíquotas são reduzidas para seis por cento, cinco e quatro por cento, respectivamente, no primeiro, segundo e terceiro ano de vigência, nas operações dos Estados das regiões Sul e Sudeste, destinadas às

¹I – onze por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do primeiro ano subsequente à vigência desta Emenda;

II – dez por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do segundo ano subsequente à vigência desta Emenda;

III – nove por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do terceiro ano subsequente à vigência desta Emenda;

IV – oito por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do quarto ano subsequente à vigência desta Emenda;

V – sete por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do quinto ano subsequente à vigência desta Emenda;

VI – seis por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do sexto ano subsequente à vigência desta Emenda;

VII – cinco por cento no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do sétimo ano subsequente à vigência desta Emenda;

VIII – quatro por cento a partir de 1º de janeiro do oitavo ano subsequente à vigência desta Emenda.

regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo;

c) as alíquotas passam de onze por cento, dez, nove, oito e sete por cento, a cada ano subseqüente à promulgação desta Emenda, nas operações e prestações originadas nos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Espírito Santo, destinadas às regiões Sul e Sudeste;

d) nas operações interestaduais com gás natural nacional ou importado a alíquota do ICMS será de sete por cento, nas operações originadas nas regiões Sul e Sudeste, exceto no Estado do Espírito Santo, destinadas às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive ao Estado do Espírito Santo, e de doze por cento, nas demais situações;

e) Nas operações e prestações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus, em conformidade com Processo Produtivo Básico previsto no Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e nas Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim, em Roraima, de Guajará-Mirim, em Rondônia, de Macapá/Santana, no Amapá, de Brasília, Eptaciolândia e Cruzeiro do Sul, no Acre, e de Tabatinga, no Amazonas, em conformidade com Processo Produtivo Básico estabelecido pela União e atendidas as condições previstas nos arts. 26 e 27 da Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, a alíquota será de doze por cento;

f) nas operações e prestações interestaduais realizadas entre a Zona Franca de Manaus e as Áreas de Livre Comércio serão aplicadas as alíquotas previstas nos incisos I a VIII da alínea “a” acima referidas;²

- ii)** institui uma compensação financeira pelo prazo de 20 anos para os Estados (75%) e para os Municípios (25%) nos casos de perda de receita com as novas regras do ICMS cria o Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR, para financiar investimentos com potencial efeito multiplicador para a região e para dinamização da atividade

²A PEC em seu art. 2º ressalva que as alíquotas acima listadas não se aplicam:

I – às operações interestaduais com bens e mercadorias importados do Exterior, disciplinadas pela Resolução SF nº 13, de 25 de abril de 2012;

II – às prestações interestaduais de serviço de transporte aéreo de passageiro, carga e mala postal, disciplinadas pela Resolução SF nº 95, de 13 de dezembro de 1996.

econômica, levando em conta a participação de cada Estado na formação do PIB per capita nacional;³

- iii) altera o inciso IV do § 2º do art. 155 da Constituição, segundo o qual Resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
- iv) A União entregará aos Estados e Distrito Federal recursos para incentivar investimentos com potencial efeito multiplicador sobre a região e dinamização da atividade econômica local;⁴
- v) revoga o inciso V do § 2º do art. 155 da Constituição que faculta ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

Além das PECs listadas, o ilustre Deputado solicita informações sobre as proposições relacionadas em seguida.

O PLS nº 130, de 2014, regulamenta matéria que o

³Não será compensada a perda de receita decorrente da concessão de isenção, redução de base de cálculo, crédito presumido ou outorgado, devolução de imposto, e de quaisquer outros incentivos ou benefícios fiscais ou financeiros relacionados ao ICMS.

⁴I – dois bilhões de reais no primeiro ano subsequente ao da entrada em vigor da Emenda;

II - quatro bilhões de reais no segundo ano subsequente ao da entrada em vigor da Emenda;

III - seis bilhões de reais no terceiro ano subsequente ao da entrada em vigor da Emenda;

IV - oito bilhões de reais a partir do quarto ano e até o vigésimo ano subsequente ao da entrada em vigor da Emenda.

Senado Federal acabou desmembrando do **PLP nº 238, de 2013**, do Poder Executivo. O **PLP nº 238, de 2013**, acabou tratando apenas das mudanças nos critérios de indexação e da fixação dos juros nos contratos de renegociação das dívidas estaduais e municipais junto à União, o que acabou se confirmando com a aprovação da **Lei nº 148, de 25 de novembro de 2014**.

Como se sabe, os contratos de refinanciamento das dívidas celebradas entre a União e os Estados, Distrito Federal e Municípios, com base, respectivamente, na Lei nº 9.496, de 1997, e na MP nº 2.185-35, de 2001, e nos contratos de empréstimos firmados com os Estados e o Distrito Federal ao amparo da MP nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, previam juros de 6%, 7,5% ou 9% a.a. e correção do saldo devedor pelo IGP-DI/FGV, além de um percentual de comprometimento com os encargos fixados de 11,5% a 15% da receita líquida real.

A **Lei nº 148, de 25 de novembro de 2014**, autorizou a União a adotar, nos contratos de refinanciamento de dívidas celebrados com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios as seguintes condições, **aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2013**:

I - juros calculados e debitados mensalmente, à taxa nominal de **4% a.a.** sobre o saldo devedor previamente atualizado;

II - atualização monetária calculada mensalmente com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE;

III - os encargos (juros de 4% a.a.+ indexação IPCA) ficarão limitados à variação da **Selic** para os títulos federais;

IV – a União está autorizada a conceder descontos sobre os saldos devedores dos contratos, em valor correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da Selic desde a assinatura dos respectivos contratos.

Dada a **demora em regulamentar a matéria**, a Câmara dos Deputados aprovou o **PLP nº 37-A, de 2015**, dando prazo de trinta dias da data de manifestação do devedor, para o Ministério da Fazenda promover os aditivos contratuais em conformidade com o disposto acima na **Lei nº 148, de 2014**.⁵ O Senado Federal, por meio do **PLC nº 35, de 2015**, introduziu

⁵O Ministro da Fazenda solicitou às lideranças das duas Casas um prazo até 2016 para regulamentara a

importantes mudanças no texto original, resumidas em seguida:

- i) **A proposição do SF alterou os arts. 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014.**

No **novo art. 2º da LC 148, de 2014**, a proposição do SF é mais incisiva ao determinar que, ao invés de **“é a União autorizada a adotar”, “a União adotará”** nos contratos de refinanciamento de dívidas celebradas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, as condições arroladas por nós ao comentarmos a lei complementar aludida acima.

A segunda alteração da redação do **art. 3º da LC 148, de 2014**, vai na mesma linha: ao invés de **“é a União autorizada a conceder descontos,” a União concederá descontos”**

A terceira mudança, **introduzida no novo parágrafo único do art. 4º da Lei nº 148, de 2014**, prescreve que **“a União terá até 31 de janeiro de 2016 para promover os aditivos contratuais, independentemente de regulamentação, após o que o devedor poderá recolher, a título de pagamento à União, o montante devido, com a aplicação da Lei, ficando a União obrigada a ressarcir ao devedor os valores eventualmente pagos a maior.”** A proposição encaminhada pela Câmara dos Deputados ao Senado Federal concedia o prazo de **30 dias para o Poder Executivo regulamentar o enunciado na Lei nº 148, de 2014**, a partir da data de manifestação do devedor.

- ii) **Outra importante alteração trazida pela proposição do Senado Federal diz respeito à possibilidade de os Estados, o Distrito Federal e os Municípios utilizarem os recursos em dinheiro depositados em instituição financeira oficial pelos devedores da fazenda pública, referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais o Estado, o Distrito Federal ou o Município seja parte.**

A instituição financeira oficial fica autorizada a transferir para a conta única do Tesouro do Estado, do Distrito Federal ou do Município 70% do valor atualizado dos depósitos⁶ referentes aos processos judiciais e administrativos, bem como os respectivos acessórios. Os recursos repassados na forma acima serão aplicados, exclusivamente, no pagamento de:

I – precatórios judiciais de qualquer natureza;

II – dívida pública fundada, caso a lei orçamentária do ente federativo preveja dotações suficientes para o pagamento da totalidade dos precatórios judiciais exigíveis no exercício e não remanesçam precatórios não pagos referentes aos exercícios anteriores;

III – despesas de capital, caso a lei orçamentária do ente federativo preveja dotações suficientes para o pagamento da totalidade dos precatórios judiciais exigíveis no exercício, não remanesçam precatórios não pagos referentes aos exercícios anteriores e o ente federado não conte com compromissos classificados como dívida pública fundada;

IV – recomposição dos fluxos de pagamento e do equilíbrio atuarial dos fundos de previdência referentes aos regimes próprios de cada ente federado, nas mesmas hipóteses do item III.

Além disto, o Estado, o Distrito Federal ou o Município poderá utilizar até **10% da parcela** que lhe for transferida **para constituição de Fundo Garantidor de PPPs** ou de outros mecanismos de garantia previstos em lei, **dedicados exclusivamente a investimentos de infraestrutura**.

Retornando, então, à demanda a nós encaminhada pelo ilustre relator André Moura, o **PLS nº 130, de 2014**, a que se referiu o nobre

⁶Segundo a relatora do PL nº 15, de 2015, Senadora Marta Suplicy a matéria foi trazida do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 183, de 2015, de autoria do Senador José Serra, que dispõe sobre os depósitos judiciais e administrativos no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e revoga a Lei nº 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e a Lei nº 11.429, de 26 de dezembro de 2006, uma vez que o mesmo também trata das finanças dos entes subnacionais, promovendo um alívio ao tesouro desses entes federados da ordem de R\$ 21,1 bilhões já em 2015, e de R\$ 1,6 bilhões nos anos subsequentes, conforme justifica o autor do citado Projeto.

Deputado em sua Consulta, regulamenta uma matéria que o Senado Federal acabou desmembrando do **PLP nº 238, de 2013**, do Poder Executivo.

Originalmente, um dos dispositivos do **PLP nº 238, de 2013**, previa a quebra da unanimidade no CONFAZ requerida para a convalidação dos benefícios irregulares à conta do ICMS já concedidos e sua reinstituição. A mudança no referido quórum para a aprovação de convênios implicaria **exceção temporária** à regra prevista na LC nº 24, de 1975 (art. 2º, § 2º). A regra não seria, portanto, revogada, o que significaria que a concessão de benefícios fiscais à conta do ICMS continuaria dependendo de aprovação unânime dos Estados, cessado o prazo estabelecido no PLP nº 238, de 2013. A Constituição não estabeleceu rito ou quórum de deliberação porque tal decisão não levaria em conta o desenvolvimento do País ao longo dos anos, bem como o dinamismo da economia (ou sua ausência) em cada Estado. A intenção era evitar a deflagração de competição predatória entre os Estados, em face da importância do ICMS como fator de atração de investimentos produtivos, ainda mais destacado em situações de desvantagens comparativas.

A matéria ganha **novo contorno** ao ser regulada no **PLS nº 130, de 2014**, sobretudo no Substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, ainda em tramitação, que estabelece, entre outros pontos, o seguinte:

I - mediante convênio celebrado nos termos da LC nº 24, de 1975, os Estados poderão deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto no art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal, por legislação estadual publicada até a data de início de produção de efeitos desta proposição e a reinstituição das isenções, incentivos e benefícios acima referidos que ainda se encontrem em vigor;

II - o convênio acima referido poderá ser aprovado e ratificado com o voto favorável de, no mínimo, **dois terços das unidades federadas e um terço das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões do País**.

III – define uma série de formalidades que serão seguidas

para dar publicidade aos atos normativos relativos a isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, sob pena de tais atos serem revogados;

IV - os atos concessivos publicados, registrados e depositados junto ao Confaz, permanecerão vigentes e produzindo efeitos como normas regulamentadoras nas respectivas unidades federadas concedentes das isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, vinculados ao ICMS;

V - as unidades federadas poderão estender a concessão das isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais para outros contribuintes estabelecidos em seu território, sob as mesmas condições e nos prazos limites de fruição, ou aderir às isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais concedidos ou prorrogados por outra unidade federada da mesma região.

Isto posto, relacionamos, em seguida, outras proposições que estão tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que, de uma forma ou de outra, contêm dispositivos que tratam de matéria conexa com o objetivo da Comissão Especial. São relacionadas as propostas de emenda à Constituição e em seguida as demais proposições que estão tramitando nas duas Casas Legislativas.

Transcrevemos o teor ou o objetivo de cada proposição, nos casos nos quais a indicação do objetivo da proposição é suficiente para entender seu objeto, destacando em todos os casos em **negrito as partes que julgamos mais importantes** e do interesse dos ilustres membros desta Comissão Especial, informando ainda a fase de tramitação de cada propositura.

PROPOSIÇÕES SOBRE PACTO FEDERATIVO

1 - Matérias em tramitação na Câmara dos Deputados

1.1. Propostas de Emenda à Constituição (PECs)

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
PEC 6/2015	Acrescenta inciso IV e §§ 5º e 6º ao art. 159 da Constituição Federal, e novo art. 99 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Aumenta as transferências de recursos para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), mediante a inclusão da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Social sobre o Lucro de Pessoa Jurídica (CSLL) em sua base de cálculo.	Art. 1º Acrescente-se inciso IV e §§ 5º e 6º ao art. 159 da Constituição Federal, com a seguinte redação: “Art. 159..... IV - do produto da arrecadação das contribuições sociais instituídas nos termos do art. 149, vinte por cento ao Fundo de Participação dos Municípios § 5º Excluem-se as contribuições sociais a que se referem a alínea a do inciso I e o inciso II, do art. 195 e, do art. 239. § 6º Os Municípios aplicarão os recursos repartidos nos termos do inciso IV, exclusivamente, em ações de saúde e de assistência social compreendidas no âmbito da seguridade social. Art. 2º Inclua-se novo artigo 99 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação: “Art. 99. O percentual a que se refere o inciso IV do art. 159, será entregue, nos primeiros quatro anos, na razão de cinco por cento, por ano, cumulativamente. ” Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos vigorarão a partir do ano subsequente ao de sua promulgação.	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PEC 357/2013	Altera a alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para aumentar o percentual da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados a ser aplicado em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	Art. 1º O art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 159. I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e nove por cento na seguinte forma: c) quatro por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste , através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;” (NR)	CCJC - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 470/2001]

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
<p>PEC 197/2012 PEC 103/201</p>	<p>Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado.</p> <p>Comércio já (PEC Eletrônico comentada)</p>	<p>Art. 1º Os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 155..... § 2º..... VII – nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, aplicar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre: a) A alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual, quando o consumidor final for contribuinte do imposto; b) a alíquota interna do Estado remetente e a alíquota interestadual, quando o consumidor final for contribuinte do imposto; VIII – a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída: a) ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto;"(NR) Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor no ano subsequente ao de sua publicação oficial e após decorridos 90 (noventa) dias desta. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional: Art. 1º Os incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 155..... § 2º..... VII - nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual; a) (revogada); b) (revogada); VIII - a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída: a) ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto;</p>	<p>OBS: Transformada na EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 87, DE 16 DE ABRIL DE 2015, (á comentada na primeira parte deste trabalho)</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>b) ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto; "(NR)</p> <p>Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 99: "Art. 99. Para efeito do disposto no inciso VII do § 2º do art. 155, no caso de operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte localizado em outro Estado, o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual será partilhado entre os Estados de origem e de destino, na seguinte proporção: I - para o ano de 2015: 20% (vinte por cento) para o Estado de destino e 80% (oitenta por cento) para o Estado de origem; II - para o ano de 2016: 40% (quarenta por cento) para o Estado de destino e 60% (sessenta por cento) para o Estado de origem; III - para o ano de 2017: 60% (sessenta por cento) para o Estado de destino e 40% (quarenta por cento) para o Estado de origem; IV - para o ano de 2018: 80% (oitenta por cento) para o Estado de destino e 20% (vinte por cento) para o Estado de origem; V - a partir do ano de 2019: 100% (cem por cento) para o Estado de destino." Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no ano subsequente e após 90 (noventa) dias desta.</p>	
<p>PEC 190/2012</p>	<p>Altera os arts. 158, 159 e 161 da Constituição Federal e o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para compensar os Estados e Municípios brasileiros devido à desoneração do ICMS nas exportações de produtos primários e produtos semielaborados. (Adaptações da Lei Kandir)</p>	<p>Art. 1º. Os arts. 158, 159 e 161 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes modificações, passando o atual parágrafo único do art. 158 a vigorar como § 1º: "Art. 158..... V - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação entregue aos Estados na forma do inciso IV do artigo 159, distribuídos com observância do disposto no § 2º deste artigo. § 2º As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso V, serão creditadas conforme os seguintes critérios: I – no caso do imposto de exportação: a) três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à exportação; e b) até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal; II – no caso do imposto de importação, do imposto sobre produtos industrializados nas operações envolvendo o comércio exterior e da contribuição prevista no inciso II, do § 2º, do art. 149, conforme critérios estabelecidos em lei complementar." (NR) "Art. 159..... IV – do produto arrecadado do imposto de importação, do imposto de exportação, do imposto sobre produtos industrializados nas operações envolvendo o comércio exterior e da contribuição prevista no inciso II, do § 2º, do art. 149, 40 % (quarenta por cento) aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das suas respectivas exportações de produtos primários e produtos semielaborados e da apropriação de crédito na aquisição de ativo permanente. "(NR)</p>	<p>MESA - Aguardando Criação de Comissão Especial</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>“Art. 161..... IV – indicar os critérios, os prazos e as condições que serão observados para o rateio do montante arrecadado previsto nos incisos IV do Art. 159, observando metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária mediante deliberação unânime.” (NR)</p> <p>Art. 2º. O art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes parágrafos: “Art. 91.....</p> <p>§ 5º A União entregará ainda aos Estados para os fins a que se refere o inciso IV do art. 159 desta Constituição, o produto da elevação de alíquota dos tributos nele indicados, verificado pelo contraste daquela alíquota que vigorava no momento da publicação da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, incidente sobre:</p> <p>I – a exportação de produtos primários e semielaborados; II – a importação de bens ou matérias primas destinadas a produção direta de produtos primários e semielaborados; III – a importação de bens destinados ao ativo permanente ou de bens de capital.</p> <p>§ 6º O valor a que se refere o § 5º deste artigo será:</p> <p>I - no mínimo:</p> <p>a) o valor indicado no art. 31 e Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, com a redação dada pela Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2002, devidamente atualizados até o mês de dezembro do ano imediatamente anterior ao da efetiva entrega, pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI); b) o valor correspondente à metade das perdas efetivamente incorridas no ano imediatamente anterior aos Estados e Distrito Federal decorrentes da desoneração das operações de exportação para o exterior de produtos primários e semielaborados e da apropriação de crédito na aquisição de ativo permanente, verificados em função da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996;</p> <p>II - no máximo o valor correspondente às perdas efetivamente incorridas no ano imediatamente anterior em face da instituição do disposto no caput deste artigo, segundo os termos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, decorrentes da desoneração das operações de exportação para o exterior de produtos primários e semi-elaborados e da apropriação de crédito na aquisição de ativo permanente.” (NR)</p> <p>Art. 3º. O Congresso Nacional editará, no prazo de cento e oitenta dias contados a partir da data da promulgação desta Emenda, projeto de lei complementar, o qual tramitará em regime de urgência, disciplinando a distribuição dos recursos a que se referem os arts. 158, § 2º, e 161 da Constituição e o 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabelecidos por esta Emenda a Constituição.</p> <p>Art. 4º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor em XX de XXXXXX do ano seguinte ao de sua publicação.</p>	
<p>PEC 172/2012</p>	<p>Altera o art. 160 da Constituição para estabelecer que a lei não imporá nem transferirá qualquer</p>	<p>Art. 1º. O artigo 160 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte alteração: “Art.160. ...</p>	<p>CCJC - Aguardando Designação de Relator</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	encargo ou a prestação de serviços aos Estados, Distrito Federal ou aos Municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio.	<p>§ 1º(atual parágrafo único)</p> <p>§ 2ºA lei não imporá nem transferirá qualquer encargo ou a prestação de serviços aos Estados, Distrito Federal ou aos municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio.</p> <p>Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.</p>	
PEC 148/2012	Altera o Art. 159, da Constituição Federal para resguardar a distribuição dos Fundos de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	<p>Art. 1º O Art. 159, da Constituição Federal, passa a ter a seguinte redação:</p> <p>Art. 159</p> <p>Inciso V – Subsídios, reduções ou isenções - exceto aqueles que beneficiem pessoas portadoras de deficiências ou relativas a salários e pensões alimentícias -, concedidos sobre Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e/ou sobre Imposto Sobre Produtos Industrializados, serão compensados em igual proporção pelo Governo Federal, para efeito de formação do bolo sobre o qual incidirão os percentuais previstos nos incisos I e II, deste artigo, para compor os fundos de participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.</p> <p>Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.</p>	CCJC - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 16/2011]
PEC 40/2011	Altera dispositivos constitucionais para ampliar a base de receitas que constituem os Fundos de Participação de Estados, Municípios e Distrito Federal (FPE/FPM). Explicação: A União entregará 38% (trinta e oito por cento) do produto da arrecadação da receita tributária.	<p>Art. 1º - O inciso I do art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 159 -</p> <p>I – do produto da arrecadação da receita tributária – impostos, taxas e contribuições – e demais receitas administradas pela Receita Federal do Brasil, excluídas as contribuições cobradas de empregados e empregadores em favor do Regime Geral de Previdência e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos da União, 38% (trinta e oito por cento) na seguinte forma:</p> <p>a) dezessete inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE);</p> <p>b) dezoito inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;</p> <p>c) um inteiro e dois décimos, equitativamente, a Fundos de Desenvolvimento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste;</p> <p>d) oito décimos por cento, no mês de novembro, ao Fundo de Participação dos Municípios”.</p> <p>Art. 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.</p>	CCJC - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 470/2001]
PEC 16/2011	Acrescenta § 5º ao art. 159 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece que nos impostos sujeitos à repartição de receita, a concessão de incentivos fiscais pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal ficará sujeita à compensação financeira.	<p>Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com o acréscimo do seguinte § 5º:</p> <p>“Art. 159.....</p> <p>.....</p> <p>§ 5º Nos impostos sujeitos à repartição de receita, a concessão de incentivos fiscais pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal ficará sujeita à compensação financeira, na forma da lei, aos entes federados que sofram redução das transferências asseguradas por esta Constituição.”</p> <p>Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.</p>	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PEC 511/2010	Altera a Constituição	Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:	CCJC - Aguardando Parecer

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	<p>Federal, estabelecendo limite máximo para a carga tributária nacional.</p> <p>Explicação: Limita ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento), calculado sobre o PIB do ano anterior.</p>	<p>“Art. 152-A. A somatória da arrecadação de todos os tributos federais, estaduais e municipais no ano vigente fica limitada ao percentual de vinte e cinco por cento, calculado sobre o Produto Interno Bruto do ano anterior.</p> <p>§ 1º A repartição das receitas dos tributos de que trata o caput entre os entes da Federação obedecerá ao seguinte:</p> <p>I - a parcela da União será de, no máximo, cinquenta por cento do total;</p> <p>II - a parcela dos Estados e Distrito Federal será de, no mínimo, vinte e cinco por cento do total;</p> <p>III - a parcela dos Municípios será de, no mínimo, vinte e cinco por cento do total.</p> <p>§ 2º Os percentuais referidos no § 1º serão apurados após a entrega do produto da arrecadação dos tributos partilhados entre os entes da Federação e poderão ser alterados por lei complementar.”</p> <p>Art. 2º O percentual estabelecido no caput do art. 152-A da Constituição Federal será alcançado no prazo de dez anos, contados a partir do ano subsequente ao da publicação desta Emenda Constitucional e com as consequentes adequações obrigatórias das despesas anuais às receitas de cada ente Federativo, obedecidos os seguintes limites máximos de tributação total em relação ao PIB do ano anterior:</p> <p>I - trinta e quatro inteiros por cento no primeiro ano subsequente ao da publicação desta Emenda Constitucional;</p> <p>II - trinta e três inteiros por cento no segundo ano;</p> <p>III - trinta e dois inteiros por cento no terceiro ano;</p> <p>IV - trinta e um inteiros por cento no quarto ano;</p> <p>V – trinta inteiros por cento no quinto ano;</p> <p>VI - vinte e nove inteiros por cento no sexto ano;</p> <p>VII - vinte e oito inteiros por cento no sétimo ano;</p> <p>VIII - vinte e sete inteiros por cento no oitavo ano;</p> <p>IX - vinte e seis inteiros por cento no nono ano subsequente ao da publicação desta Emenda Constitucional.</p> <p>Art. 3º Compete privativamente ao Senado Federal, na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição, monitorar os limites fixados</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>nesta Emenda Constitucional e estabelecer a forma pela qual serão observados os critérios de repartição dos tributos previstos nos parágrafos do art. 152-A da Constituição Federal.</p> <p>Art. 4º O descumprimento dos limites previstos nesta Emenda Constitucional caracteriza crime de responsabilidade do Ministro da Fazenda e dos Secretários de Fazenda dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.</p>	
<p>PEC 385/2009</p>	<p>Acrescenta inciso V ao § 1º do art. 155 e inciso V ao art. 158 da Constituição Federal. Explicação:</p> <p>Autoriza os Municípios a firmarem convênios com os Estados para assumirem a fiscalização e cobrança do ITCD - Imposto de Transmissão Causa Mortis.</p>	<p>Art. 1º Ficam acrescentados o inciso V ao parágrafo 1º do artigo 155 e o inciso V ao artigo 158 da Constituição Federal, com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 155.....</p> <p>.....</p> <p>§ 1º(imposto do Estado sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos)</p> <p>.....</p> <p>V – será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei estadual, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>Art. 158</p> <p>.....</p> <p>V – (pertencerá aos Municípios) a totalidade do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos, relativamente aos bens imóveis nele situados e respectivos direitos, bem como aos bens móveis, títulos e créditos cujo inventário ou arrolamento, ou o domicílio do doador, forem ali processados ou estiver ali situado, na hipótese da opção a que se refere o art. 155, § 1º, V."(NR)</p>	<p>CCJC - Pronta para Pauta</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com os seguintes artigos alterados ou acrescidos:</p> <p>“Art. 20.”</p> <p>§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração, cobrada, obrigatoriamente no caso de outros recursos minerais, sobre o faturamento bruto.</p> <p>.....”(NR)</p> <p>“Art. 34</p> <p>.....</p> <p>V -</p> <p>.....</p> <p>c) reter parcela do imposto previsto no art. 155, II, devida a outro Estado ou ao Distrito Federal;</p> <p>..... “(NR)</p> <p>“Art. 36.</p> <p>.....</p> <p>V - no caso do art. 34, V, ‘c’, de solicitação do Poder Executivo de qualquer Estado ou do Distrito Federal;</p> <p>..... “(NR)</p> <p>“Art. 37.</p> <p>.....</p> <p>§ 13. Lei complementar estabelecerá as normas gerais aplicáveis às administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispondo inclusive sobre direitos, deveres, garantias e prerrogativas de seus servidores, titulares dos cargos das carreiras específicas, mencionadas no inciso XXII.”(NR)</p> <p>“Art. 61.</p> <p>.....</p> <p>§ 3º Os projetos de lei complementar que tratem de matéria relativa ao imposto previsto no art. 155, II, terão sua discussão e votação iniciadas no Senado Federal e a iniciativa para sua apresentação caberá exclusivamente:</p> <p>I - a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional;</p> <p>II - a um terço dos Governadores de Estado e Distrito Federal ou das Assembleias Legislativas, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, desde que estejam representadas, em ambos os casos, todas as Regiões do País.</p> <p>§ 4º Quando proposição de que trata o § 3º deste artigo tiver como autor membro ou comissão da Câmara dos Deputados, ela será protocolada perante a Presidência do Congresso Nacional, que a encaminhará ao Senado Federal para o início da tramitação..”(NR)</p> <p>“Art. 105.</p> <p>.....</p> <p>III -</p> <p>.....</p> <p>d) contrariar a lei complementar e as resoluções do Senado Federal relativas ao imposto a que se refere o art. 155, II, bem como a regulamentação de que trata o art. 155, § 2º, XIII, negar-lhes vigência ou lhes der interpretação divergente da que lhes tenha atribuído outro tribunal.</p> <p>..... “(NR)</p> <p>“Art. 145.....</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
PEC 318/2008	<p>Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Explicação: Altera o art. 159 da Constituição Federal de 1988, acrescentando inciso sobre o repasse de 5% (cinco por cento) do Imposto de Importação sobre Produtos Estrangeiros aos municípios que hospedam zonas primárias aduaneiras.</p>	<p>Art.1º Acrescente-se o Inciso IV ao art. 159 da Constituição, com a seguinte redação: "Art. 159..... IV – do produto da arrecadação do Imposto de Importação sobre Produtos Estrangeiros, de que trata o art. 153, Inciso I, 5% (cinco por cento) para os Municípios que hospedam Zonas Primárias aduaneiras, na forma da Lei. ” Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>CCJC - Aguardando Designação de Relator</p>
PEC 233/2008 Do Poder Executivo (Reforma Tributária proposta pelo Poder Executivo)	<p>Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Explicação: Simplifica o sistema tributário federal, criando o imposto sobre o valor adicionado federal (IVA-F), que unificará as contribuições sociais: Cofins, PIS e Cide-combustível; extingue e incorpora a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) ao imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ); estabelece mecanismos para repartição da receita tributária; institui um novo ICMS que passará a ter uma legislação única, com alíquotas uniformes, e será cobrado no estado de destino do produto; desonera a folha de pagamento das empresas, acaba com a contribuição do salário-educação e parte da contribuição patronal para a Previdência Social. Reforma Tributária.</p>	<p>“Art. 34. V - c) reter parcela do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 155-A, devida a outra unidade da Federação;” (NR) “Art. 36. V - no caso do art. 34, V, “c”, de solicitação do Poder Executivo de qualquer Estado ou do Distrito Federal.” (NR) “Art. 61. § 3º A iniciativa da lei complementar de que trata o art. 155-A cabe exclusivamente: I - a um terço dos membros do Senado Federal, desde que haja representantes de todas as Regiões do país; II - a um terço dos Governadores de Estado e Distrito Federal ou das Assembleias Legislativas, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, desde que estejam representadas, em ambos os casos, todas as Regiões do País; III - ao Presidente da República.” (NR) “Art. 62. § 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, VIII, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.” (NR) “Art. 105. III - d) contrariar a lei complementar ou a regulamentação relativas ao imposto a que se refere o art. 155-A, negar-lhes vigência ou lhes der interpretação divergente da que lhes tenha atribuído outro tribunal.” (NR) “Art. 114. VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; (NR) “Art. 146. III - d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso dos impostos previstos nos arts. 153, IV e VIII, 155-A, 156, III, e das contribuições previstas no art. 195, I; (NR) “Art. 150. § 1º A vedação do inciso III, “b”, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV, V e VIII; e 154, II; e a vedação do inciso III, “c”, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos</p>	<p>Observações Importantes: 1 - PEC03107 – Proposta de Reforma Tributária de autoria do Poder Executivo - Tramitando em Conjunto no âmbito da Proposição principal: PEC 31/2007 2 - As PECs que foram apensadas à PEC 31, de 2007, foram apreciadas na relatoria da reforma tributária que tinha como relator o ex-Deputado Sandro Mabel.</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>previstos nos arts. 155, III, e 156, I.</p> <p>§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, ressalvado o disposto no art. 155-A, § 4º, I.</p> <p>(NR)</p> <p>“Art. 151.</p> <p>Parágrafo único. A vedação do inciso III não se aplica aos tratados internacionais aprovados na forma do art. 49, (NR)</p> <p>Art. 153.</p> <p>VIII - operações com bens e prestações de serviços, ainda que as operações e prestações se iniciem no exterior. (Fusão no imposto das Contribuições: CSLL, COFINS, PISPASEP)</p> <p>§ 2º</p> <p>III - poderá ter adicionais de alíquota por setor de atividade econômica.</p> <p>§ 6º O imposto previsto no inciso VIII:</p> <p>I - será não-cumulativo, nos termos da lei;</p> <p>II - relativamente a operações e prestações sujeitas a alíquota zero, isenção, não-incidência e imunidade, não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes, salvo determinação em contrário na lei;</p> <p>III - incidirá nas importações, a qualquer título;</p> <p>IV - não incidirá nas exportações, garantida a manutenção e o aproveitamento do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;</p> <p>V - integrará sua própria base de cálculo.</p> <p>§ 7º Relativamente ao imposto previsto no inciso VIII, considera-se prestação de serviço toda e qualquer operação que não constitua circulação ou transmissão de bens.” (NR)</p> <p>“Seção IV-A</p> <p>DO IMPOSTO DE COMPETÊNCIA CONJUNTA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL</p> <p>Art. 155-A. Compete conjuntamente aos Estados e ao Distrito Federal, mediante instituição por lei complementar, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.</p> <p>§ 1º O imposto previsto neste artigo:</p> <p>I - será não-cumulativo, nos termos da lei complementar;</p> <p>II - relativamente a operações e prestações sujeitas a alíquota zero, isenção, não-incidência e imunidade, não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes, salvo determinação em contrário na lei complementar;</p> <p>III - incidirá também sobre:</p> <p>a) as importações de bem, mercadoria ou serviço, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a finalidade, cabendo o imposto ao Estado de destino da mercadoria, bem ou serviço, nos termos da lei complementar;</p> <p>b) o valor total da operação ou prestação, quando as mercadorias forem fornecidas ou os serviços forem prestados de forma conexa, adicionada ou conjunta, com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;</p> <p>IV - não incidirá sobre:</p> <p>a) as exportações de mercadorias ou serviços, garantida a manutenção e o aproveitamento do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;</p> <p>b) o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5o;</p> <p>c) as prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.</p> <p>§ 2º As alíquotas do imposto serão definidas da seguinte forma:</p> <p>I - resolução do Senado Federal, de iniciativa de um terço dos Senadores ou de um terço dos Governadores, aprovada por três quintos de seus membros, estabelecerá as alíquotas do imposto, definindo também a alíquota padrão aplicável a todas as hipóteses não sujeitas a</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>outra alíquota;</p> <p>II - resolução do Senado Federal, aprovada pela maioria de seus membros, definirá o enquadramento de mercadorias e serviços nas alíquotas diferentes da alíquota padrão, exclusivamente mediante aprovação ou rejeição das proposições do órgão de que trata o § 7o;</p> <p>III - o órgão de que trata o § 7o poderá reduzir e restabelecer a alíquota aplicável a determinada mercadoria ou serviço, observadas as alíquotas do inciso I;</p> <p>IV - as alíquotas das mercadorias e serviços poderão ser diferenciadas em função de quantidade e de tipo de consumo;</p> <p>V - a lei complementar definirá as mercadorias e serviços que poderão ter sua alíquota aumentada ou reduzida por lei estadual, bem como os limites e condições para essas alterações, não se aplicando nesse caso o disposto nos incisos I a III.</p> <p>§ 3º Relativamente a operações e prestações interestaduais, nos termos de lei complementar:</p> <p>I - o imposto pertencerá ao Estado de destino da mercadoria ou serviço, salvo em relação à parcela de que trata o inciso II;</p> <p>II - a parcela do imposto equivalente à incidência de dois por cento sobre o valor da base de cálculo do imposto pertencerá ao Estado de origem da mercadoria ou serviço, salvo nos casos de:</p> <p>a) operações e prestações sujeitas a uma incidência inferior à prevista neste inciso, hipótese na qual o imposto pertencerá integralmente ao Estado de origem;</p> <p>b) operações com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica, hipótese na qual o imposto pertencerá integralmente ao Estado de destino;</p> <p>III - poderá ser estabelecida a exigência integral do imposto pelo Estado de origem, hipótese na qual:</p> <p>a) o Estado de origem ficará obrigado a transferir o montante equivalente ao valor do imposto de que trata o inciso I ao Estado de destino, por meio de uma câmara de compensação entre as unidades federadas;</p> <p>b) poderá ser estabelecida a destinação de um percentual da arrecadação total do imposto do Estado à câmara de compensação para liquidar as obrigações do Estado relativas a operações e prestações interestaduais.</p> <p>§ 4º As isenções ou quaisquer incentivos ou benefícios fiscais vinculados ao imposto serão definidos:</p> <p>I - pelo órgão de que trata o § 7o, desde que uniformes em todo território nacional;</p> <p>II - na lei complementar, para atendimento ao disposto no art. 146, III, "d", e para hipóteses relacionadas a regimes aduaneiros não compreendidos no regime geral.</p> <p>§ 5º O imposto terá regulamentação única, sendo vedada a adoção de norma estadual, ressalvadas as hipóteses previstas neste artigo.</p> <p>§ 6º Cabe à lei complementar:</p> <p>I - definir fatos geradores e contribuintes;</p> <p>II - definir a base de cálculo, de modo que o próprio imposto a integre;</p> <p>III - fixar, inclusive para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações e prestações;</p> <p>IV - disciplinar o regime de compensação do imposto;</p> <p>V - assegurar o aproveitamento do crédito do imposto;</p> <p>VI - dispor sobre substituição tributária;</p> <p>VII - dispor sobre regimes especiais ou simplificados de tributação, inclusive para atendimento ao disposto no art. 146, III, "d";</p> <p>VIII - disciplinar o processo administrativo fiscal;</p> <p>IX - dispor sobre as competências e o funcionamento do órgão de que trata o § 7o, definindo o regime de aprovação das matérias;</p> <p>X - dispor sobre as sanções aplicáveis aos Estados e ao Distrito Federal e seus agentes, por descumprimento das normas que disciplinam o exercício da competência do imposto, especialmente do disposto nos §§ 3o a 5o;</p> <p>XI - dispor sobre o processo administrativo de apuração do descumprimento das normas que disciplinam o exercício da competência do imposto pelos Estados e Distrito Federal e seus agentes, bem como definir órgão que deverá processar e efetuar o julgamento administrativo.</p> <p>§ 7º Compete a órgão colegiado, presidido por representante da União, sem direito a voto, e integrado por representante de cada Estado e do Distrito Federal:</p> <p>I - editar a regulamentação de que trata o § 5º;</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>II - autorizar a transação e a concessão de anistia, remissão e moratória, observado o disposto no art. 150, § 6º;</p> <p>III - estabelecer critérios para a concessão de parcelamento de débitos fiscais;</p> <p>IV - fixar as formas e os prazos de recolhimento do imposto;</p> <p>V - estabelecer critérios e procedimentos de controle e fiscalização extraterritorial;</p> <p>VI - exercer outras atribuições definidas em lei complementar.</p> <p>§ 8º O descumprimento das normas que disciplinam o exercício da competência do imposto sujeitará, na forma e gradação previstas na lei complementar, a:</p> <p>I - no caso dos Estados e do Distrito Federal, multas, retenção dos recursos oriundos das transferências constitucionais e sequestro de receitas;</p> <p>II - no caso dos agentes públicos dos Estados e do Distrito Federal, multas, suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível." (NR)</p> <p>"Seção VI</p> <p>DA REPARTIÇÃO E DESTINAÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS</p> <p>Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem." (NR)</p> <p>Art. 158. (Pertencem aos Municípios)</p> <p>Parágrafo único. (ICMS)</p> <p>I - três quartos, nos termos de lei complementar (hoje VAF);</p> <p>" (NR)</p> <p>Art. 159. A União destinará:</p> <p>I - do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os incisos III, IV e VIII do art. 153:</p> <p>a) trinta e oito inteiros e oito décimos por cento, ao financiamento da seguridade social;</p> <p>b) seis inteiros e sete décimos por cento, nos termos do art. 239;</p> <p>c) o percentual definido em lei complementar para:</p> <p>1. o pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo, o financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás, e o financiamento de programas de infraestrutura de transportes;</p> <p>2. o financiamento da educação básica, nos termos do art. 212, §§ 5º e 6º;</p> <p>II - do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os incisos III, IV, VII e VIII, do art. 153 e dos impostos instituídos nos termos do inciso I do art. 154:</p> <p>a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento, ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE);</p> <p>b) ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM):</p> <p>1. vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento;</p> <p>2. um por cento, a ser entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;</p> <p>c) quatro inteiros e oito décimos por cento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, segundo diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para aplicação em áreas menos desenvolvidas do País, assegurada a destinação de, no mínimo, noventa e cinco por cento desses recursos para aplicação nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (FCO-FNE-FNO);</p> <p>d) um inteiro e oito décimos por cento ao Fundo de Equalização de Receitas, para entrega aos Estados e ao Distrito Federal.</p> <p>§ 1º Para efeito de cálculo das destinações estabelecidas neste artigo, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157 e 158, I.</p> <p>§ 2º Para efeito de cálculo das destinações a que se refere o inciso II do caput deste artigo, excluir-se-ão da</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>arrecadação dos impostos as destinações de que trata o inciso I do caput deste artigo.</p> <p>§ 3º Do montante de recursos de que trata o inciso II, “d”, que cabe a cada Estado, setenta e cinco por cento serão entregues diretamente ao próprio Estado e vinte e cinco por cento aos respectivos Municípios, observados os critérios a que se refere o art. 158, parágrafo único.</p> <p>§ 4º A União entregará vinte e nove por cento da destinação de que trata o inciso I, “c”, 1, do caput deste artigo, a Estados, Distrito Federal e Municípios, para aplicação em infraestrutura de transportes, distribuindo-se, na forma da lei, setenta e cinco por cento aos Estados e Distrito Federal e vinte e cinco por cento aos Municípios.” (NR)</p> <p>“Art. 160.</p> <p>§ 1º A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos:</p> <p>I - ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;</p> <p>II - ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III.</p> <p>§ 2º A vedação prevista neste artigo não impede a União de efetuar a retenção de transferência na hipótese de que trata o art. 155-A, § 8o, I.” (NR)</p> <p>“Art. 161.</p> <p>I - estabelecer os critérios de repartição das receitas para fins do disposto no art. 158, parágrafo único, I;</p> <p>II - estabelecer normas sobre a entrega dos recursos de que trata o art. 159, II, “a”, “b” e “d”, especialmente sobre seus critérios de rateio, objetivando promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e entre Municípios;</p> <p>IV - estabelecer normas para a aplicação e distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, os quais observarão a seguinte destinação:</p> <p>a) no mínimo sessenta por cento do total dos recursos para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;</p> <p>b) aplicação em programas voltados ao desenvolvimento econômico e social das áreas menos desenvolvidas do País;</p> <p>c) transferências a fundos de desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal, para aplicação em investimentos em infraestrutura e incentivos ao setor produtivo, além de outras finalidades estabelecidas na lei complementar.</p> <p>§ 1º O Tribunal de Contas da União efetuará o cálculo das quotas referentes aos fundos a que alude o inciso II.</p> <p>§ 2º Na aplicação dos recursos de que trata o inciso IV do caput deste artigo, será observado tratamento diferenciado e favorecido ao semiárido da Região Nordeste.</p> <p>§ 3º No caso das Regiões que contem com organismos regionais, a que se refere o art. 43, § 1o, II, os recursos destinados nos termos do inciso IV, “a” e “b”, do caput deste artigo serão aplicados segundo as diretrizes estabelecidas pelos respectivos organismos regionais.</p> <p>§ 4º Os recursos recebidos pelos Estados e pelo Distrito Federal nos termos do inciso IV, “c”, do caput não serão considerados na apuração da base de cálculo das vinculações constitucionais.” (NR)</p> <p>“Art. 167.</p> <p>XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I e II, §§ 8o e 12, e da destinação de que trata o § 13, I, do mesmo artigo, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.</p> <p>§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155, 155-A e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, II, para a prestação de garantia ou contra garantia à União e para pagamento de débitos para com esta.” (NR)</p> <p>“Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da destinação estabelecida no art. 159, I, “a”, e das seguintes contribuições sociais:</p> <p>I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.</p> <p>§ 12. Nos termos de lei, a agroindústria, o produtor rural pessoa física ou jurídica, o consórcio simplificado de produtores rurais, a cooperativa de produção rural e a associação desportiva podem ficar sujeitos a contribuição sobre a receita, o faturamento ou o resultado de seus negócios, em substituição à contribuição de que trata o inciso I do caput, hipótese na qual não se aplica o disposto no art. 149, § 2º, I.</p> <p>§ 13. Lei poderá estabelecer a substituição parcial da contribuição incidente na forma do inciso I do caput deste artigo por um aumento da alíquota do imposto a que se refere o art. 153, VIII, hipótese na qual:</p> <p>I - percentual do produto da arrecadação do imposto a que se refere o art. 153, VIII, será destinado ao financiamento da previdência social;</p> <p>II - os recursos destinados nos termos do inciso I não se sujeitarão ao disposto no art. 159." (NR)</p> <p>Art. 198. (Recursos para a área de saúde)</p> <p>§ 2º</p> <p>II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 155 e 155-A e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, II, "a" e "d", deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;</p> <p>III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, II, "b", 1, e "d", e § 3o.</p> <p>" (NR)</p> <p>Art. 212. (Recursos para a área de educação)</p> <p>§ 1º Para efeito do cálculo previsto neste artigo:</p> <p>I - a parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada receita do governo que a transferir;</p> <p>II - são deduzidas da arrecadação dos impostos da União a que se refere o inciso I do art. 159 as destinações de que trata o referido inciso.</p> <p>§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a destinação de que trata o art. 159, I, "c", 2.</p> <p>§ 6º As cotas estaduais e municipais da destinação a que se refere o § 5o serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino." (NR)</p> <p>Art. 239. A arrecadação decorrente da contribuição das pessoas jurídicas de direito público, de que trata a Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970, e a destinação estabelecida no art. 159, I, "b", financiarão, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo.</p> <p>" (NR)</p> <p>Art. 2º Os artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a seguir enumerados passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Art. 60. (Educação)</p> <p>II - os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por vinte por cento dos recursos a que se referem os incisos I e III do art. 155; o art. 155-A; os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e as alíneas "a", "b", 1, e "d", do inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição, e distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2o e 3o do art. 211 da Constituição;</p> <p>§ 5º</p> <p>I - no caso do imposto e das transferências constantes do art. 155-A; do inciso IV do caput do art. 158; e das alíneas "a", "b", 1, e "d", dos incisos II do caput do art. 159 da Constituição;</p> <p>II - no caso dos impostos e transferências constantes dos incisos I e III do caput do art. 155; e dos incisos II e III do caput do art. 158 da Constituição;</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>" (NR) "Art. 76. § 1º O disposto no caput deste artigo não alterará a base de cálculo das destinações a que se referem os arts. 153, § 5o; 157; 158, I e II; e 159, I, "c", 2, e II, da Constituição. § 2º Para efeito do cálculo das deduções de que trata o art. 212, § 1o, II, da Constituição, considerar-se-ão, durante a vigência deste artigo, oitenta por cento da destinação a que se refere o art. 159, I, "c", 2, da Constituição." (NR) Art. 3º O imposto (ICMS) de que trata o art. 155, II, da Constituição vigorará até 31 de dezembro do sétimo ano subsequente ao da promulgação desta Emenda e observará as regras estabelecidas na Constituição anteriores à presente Emenda, bem como o seguinte: I - a alíquota do imposto nas operações e prestações interestaduais e nas operações e prestações realizadas nas Regiões Sul e Sudeste, destinadas às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ao Estado do Espírito Santo, serão, respectivamente, em cada um dos seguintes anos subsequentes ao da promulgação desta Emenda: a) onze por cento e seis inteiros e cinco décimos por cento, no segundo ano; b) dez por cento e seis por cento, no terceiro ano; c) oito por cento e cinco por cento, no quarto ano; d) seis por cento e quatro por cento, no quinto ano; e) quatro por cento e três por cento, no sexto ano; f) dois por cento e dois por cento, no sétimo ano; II - lei complementar poderá disciplinar, relativamente às operações e prestações interestaduais, observada adequação das alíquotas previstas no inciso I, a aplicação das regras previstas no § 3o do art. 155-A da Constituição; III - quanto ao direito à apropriação do crédito fiscal relativo a mercadorias destinadas ao ativo permanente, observado o disposto na Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, dar-se-á, a partir de 1o de janeiro de cada um dos seguintes anos subsequentes ao da promulgação desta Emenda: a) em quarenta e quatro meses, do segundo ano; b) em quarenta meses, do terceiro ano; c) em trinta e dois meses, do quarto ano; d) em vinte e quatro meses, do quinto ano; e) em dezesseis meses, do sexto ano; f) em oito meses, do sétimo ano. Parágrafo único. Em relação aos créditos fiscais de que trata o inciso III do caput deste artigo, relativos a mercadorias adquiridas em exercícios anteriores, a cada mudança de prazo, a apropriação do crédito passará a ser efetuada à razão do novo prazo estabelecido, na forma a ser disciplinada na lei complementar. Art. 4º As vedações do art. 150, III, "b" e "c", da Constituição não se aplicam ao imposto a que se refere o seu art. 155-A, até o prazo de dois anos contados do início da sua exigência. Parágrafo único. Durante o prazo de que trata o caput, a norma que implique majoração do imposto somente produzirá efeitos depois de decorridos trinta dias de sua publicação. Art. 5º Lei complementar definirá fonte e montante adicional de recursos a serem destinados ao Fundo de Equalização de Receitas de que trata o art. 159, II, "d", da Constituição. § 1º Do início de sua vigência até o oitavo ano subsequente ao da promulgação desta Emenda, o Fundo de Equalização de Receitas deverá ter seus recursos distribuídos de forma decrescente por critérios vinculados às exportações e de forma crescente para compensar a eventual redução de arrecadação dos Estados e do Distrito Federal em decorrência de alterações introduzidas por esta Emenda em relação ao imposto a que se refere o art. 155, II, da Constituição e à substituição deste pelo imposto de que trata o seu art. 155-A. § 2º Em relação ao imposto de que trata o art. 155-A da Constituição, não serão consideradas reduções de arrecadação aquelas que</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>sejam passíveis de recomposição, pelo próprio Estado ou Distrito Federal, mediante uso da faculdade prevista no art. 155-A, § 2o, V, da Constituição.</p> <p>§ 3º No período de que trata o § 1o, os Estados e o Distrito Federal que apresentarem redução da arrecadação do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição em decorrência de alterações introduzidas por esta Emenda não receberão transferências do Fundo de Equalização de Receitas em valor inferior ao que receberam no primeiro ano subsequente ao da promulgação desta Emenda, considerando os valores recebidos nos termos do art. 159, II, da Constituição e do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como de eventuais auxílios financeiros prestados pela União para fomento às exportações.</p> <p>§ 4º Do nono ao décimo quinto ano subsequente ao da promulgação desta Emenda, os Estados e o Distrito Federal não receberão transferências do Fundo de Equalização de Receitas em montante inferior ao recebido no oitavo ano subsequente ao da promulgação desta Emenda.</p> <p>§ 5º Não terão direito aos recursos do Fundo de Equalização de Receitas o Distrito Federal e os Estados que não implementarem as medidas decorrentes do cumprimento no disposto o art. 37, XXII, da Constituição, concernentes à emissão eletrônica de documentos fiscais, à escrituração fiscal e contábil, por via de sistema público de escrituração digital, nos prazos definidos na lei complementar de que trata o caput deste artigo.</p> <p>§ 6º O Poder Executivo da União encaminhará projeto da lei complementar de que trata este artigo no prazo até de cento e oitenta dias da promulgação desta Emenda.</p> <p>§ 7º Até que entre em vigor a lei complementar de que trata este artigo, os recursos do Fundo de Equalização de Receitas serão distribuídos aos Estados e ao Distrito Federal proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados, sendo que a nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do total.</p> <p>Art. 6º Até a fixação por lei complementar dos percentuais de destinação a que se refere o art. 159, I, c, da Constituição, são fixados os seguintes percentuais:</p> <p>I - dois inteiros e cinco décimos por cento, em relação ao item 1;</p> <p>II - dois inteiros e três décimos por cento, em relação ao item 2.</p> <p>§ 1º A soma dos percentuais a que se refere o caput deste artigo, quando fixados pela lei complementar, não poderá ultrapassar quatro inteiros e oito décimos por cento.</p> <p>§ 2º O percentual de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ser revisto, caso se verifique que restou inferior ao da razão entre a arrecadação da contribuição social do salário-educação, no último exercício de sua vigência, e o somatório das arrecadações dos impostos de que trata o art. 153, III e IV, da Constituição, das contribuições sociais para o financiamento da seguridade social (Cofins), para o Programa de Integração Social (PIS) e sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição de que trata o art. 177, § 4o, da Constituição, e da própria contribuição social do salário-educação, hipótese em que deverá ser reajustado, por lei complementar, com vistas a observar o percentual verificado no último exercício de vigência da contribuição social do salário educação.</p> <p>Art. 7º O percentual da destinação de recursos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, a que se refere o art. 159, II, "c", da Constituição, será aumentado gradativamente até atingir o percentual estabelecido pela presente Emenda, nos seguintes termos, em cada um dos anos subsequentes ao da promulgação desta Emenda:</p> <p>I - quatro inteiros e dois décimos por cento, no segundo ano;</p> <p>II - quatro inteiros e três décimos por cento, no terceiro ano;</p> <p>III - quatro inteiros e quatro décimos por cento, no quarto ano;</p> <p>IV - quatro inteiros e cinco décimos por cento, no quinto ano;</p> <p>V - quatro inteiros e seis décimos por cento, no sexto ano;</p> <p>VI - quatro inteiros e sete décimos por cento, no sétimo ano;</p> <p>VII - quatro inteiros e oito décimos por cento, no oitavo ano.</p> <p>§ 1o Até que seja editada a lei complementar que regulamenta o disposto no art. 161, IV, da Constituição, os recursos a que se refere o caput serão aplicados nas seguintes condições:</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>I - setenta e dois inteiros e nove décimos por cento em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, nos termos da Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989;</p> <p>II - dezesseis inteiros e dois décimos por cento por meio do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, nos termos da Medida Provisória no 2.156-5, de 24 de agosto de 2001;</p> <p>III - dez inteiros e nove décimos por cento por meio do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, nos termos da Medida Provisória no 2.157-5, de 24 de agosto de 2001.</p> <p>§ 2º O percentual mínimo de que trata o art. 161, IV, “a”, da Constituição será reduzido gradativamente até atingir o valor estabelecido na presente Emenda, nos seguintes termos, em cada um dos anos subsequentes ao da promulgação desta Emenda:</p> <p>I - oitenta por cento, no segundo ano;</p> <p>II - setenta e seis por cento, no terceiro ano;</p> <p>III - setenta e dois por cento, no quarto ano;</p> <p>IV - sessenta e oito por cento, no quinto ano;</p> <p>V - sessenta e quatro por cento, no sexto ano;</p> <p>VI - sessenta e dois por cento, no sétimo ano;</p> <p>VII - sessenta por cento, no oitavo ano.</p> <p>§ 3º A destinação mínima às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste dos recursos de que trata o art. 159, II, “c”, da Constituição será reduzida gradativamente até atingir o valor estabelecido na presente Emenda, nos seguintes termos, em cada um dos anos subsequentes ao da promulgação desta Emenda:</p> <p>I - noventa e nove por cento, no segundo ano;</p> <p>II - noventa e oito por cento, no terceiro ano;</p> <p>III - noventa e sete por cento, no quarto ano;</p> <p>IV - noventa e seis por cento, no quinto ano;</p> <p>V - noventa e cinco por cento, no sexto ano.</p> <p>§ 4º A referência à Região Nordeste nos dispositivos que tratam do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional inclui as áreas abrangidas pela regulamentação do art. 159, I, “c”, da Constituição, na redação anterior à presente Emenda.</p> <p>Art. 8º A contribuição para o salário-educação, de que trata o art. 212, § 5o, da Constituição, será extinta em 1o de janeiro do segundo ano subsequente ao da promulgação desta Emenda.</p> <p>Art. 9º Lei complementar poderá estabelecer limites e mecanismos de ajuste da carga tributária relativa aos impostos de que tratam os arts. 153, III e VIII, e 155-A, da Constituição relativamente aos exercícios em que forem implementadas as alterações introduzidas por esta Emenda.</p> <p>Art. 10. As unidades da Federação que vierem a instituir benefícios ou incentivos fiscais em desacordo com o previsto no art. 155, § 2o, XII, “g”, da Constituição não terão direito, enquanto vigorar o benefício ou incentivo, à transferência de recursos:</p> <p>I - do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;</p> <p>II - do Fundo de Equalização de Receitas; e</p> <p>III - do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional para os fundos de desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do art. 161, IV, “c”, da Constituição.</p> <p>Art. 11. Lei definirá reduções gradativas da alíquota da contribuição social de que trata o art. 195, I, da Constituição, a serem efetuadas do segundo ao sétimo ano subsequente ao da promulgação desta Emenda.</p> <p>Parágrafo único. O Poder Executivo da União encaminhará projeto da lei de que trata este artigo no prazo de noventa dias da promulgação desta Emenda.</p> <p>Art. 12. As alterações introduzidas por esta Emenda produzirão efeitos:</p> <p>I - a partir de 1o de janeiro do segundo ano subsequentes ao da promulgação desta Emenda, em relação às alterações dos arts. 146, 153, 157, 159, 167, 195, 198, 212 e 239 da Constituição e arts. 60 e 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>II - a partir de 1o de janeiro do oitavo ano subsequente ao da promulgação desta Emenda, em relação à introdução do art. 155-A da Constituição.</p> <p>§ 1º As remissões no texto da Constituição ao seu art. 159 que foram alteradas por esta Emenda mantêm seus efeitos até o prazo de que trata o inciso I do caput deste artigo.</p> <p>§ 2º As remissões no texto da Constituição ao seu art. 155, II, que foram alteradas por esta Emenda mantêm seus efeitos enquanto perdurar a exigência do imposto de que trata o referido dispositivo.</p> <p>Art. 13. Ficam revogados os seguintes dispositivos constitucionais:</p> <p>I - a partir de 1o de janeiro do segundo ano subsequente ao da promulgação desta Emenda:</p> <p>a) o § 3º do art. 155;</p> <p>b) os incisos I e II do art. 157;</p> <p>c) o § 4º do art. 177;</p> <p>d) as alíneas "a", "b" e "c" do inciso I e o inciso IV do art. 195;</p> <p>e) o § 4º do art. 239;</p> <p>f) o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;</p> <p>II - a partir de 1o de janeiro do oitavo ano subsequente ao da promulgação desta Emenda:</p> <p>a) o inciso II e os §§ 2o, 4o e 5o do art. 155;</p> <p>b) o § 1º do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p> <p>Art. 14. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.</p>	
<p>PEC 230/2008</p>	<p>Altera o Sistema Tributário Nacional quanto à desoneração (IPI e ICMS) de bens de capital e dá outras providências</p>	<p>Art. 1º O artigo da Constituição Federal a seguir enumerado passa a vigorar com a seguinte alteração:</p> <p>"Art. 153.</p> <p>.....</p> <p>§ 3º (IPI)</p> <p>.....</p> <p>III – não incidirá sobre máquinas, aparelhos e equipamentos industriais, e máquinas e implementos agrícolas, destinados ao processo produtivo;</p> <p>....."</p> <p>Art. 2º O inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:</p> <p>"Art. 155.</p> <p>§ 2º</p> <p>X -</p> <p>e) (ICMS) não incidirá sobre máquinas, aparelhos e equipamentos industriais, e máquinas e implementos agrícolas, destinados ao processo produtivo."</p> <p>....."</p> <p>Art. 3º Fica revogado o inciso IV do § 3º do art. 153 da Constituição Federal.</p> <p>Art. 4º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>PEC03107 - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 31/2007]</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
PEC 219/2008	Dispõe sobre a destinação do produto da arrecadação de qualquer novo imposto que venha a ser instituído pela União ou de qualquer majoração de imposto federal atualmente existente.	<p>Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 145-A:</p> <p>“Art. 145-A. A partir da promulgação da presente Emenda Constitucional, qualquer novo imposto que venha a ser instituído pela União ou qualquer majoração de alíquota ou de base de cálculo de imposto federal atualmente existente terá o produto de sua arrecadação distribuído aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.</p> <p>Parágrafo único. A União entregará, do produto da arrecadação a que se refere o caput deste artigo, vinte por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e vinte por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.”</p>	PEC03107 - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 31/2007]
PEC 167/2007	Altera a redação dos arts. 159 e 187 da Constituição Federal. Explicação: Destina 3% (três por cento) da repartição da receita tributária federal a ser repassada aos fundos municipais para aplicação em um fundo especial de apoio ao setor rural.	<p>Art. 1º Os artigos 159 e 187 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 159. A União entregará:</p> <p>I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, cinquenta por cento na seguinte forma:</p> <p>a)</p> <p>b)</p> <p>c)</p> <p>d) três por cento aos fundos municipais de que trata o § 3º do artigo 187, distribuídos na forma que dispuser lei complementar......(NR)”</p> <p>“Art. 187.....</p> <p>§ 3º Para receber e gerir os recursos de que trata a alínea d do inciso I do artigo 159, o Município deverá instituir fundo especial de apoio ao setor rural, atendidas as disposições de lei complementar que, dentre outros aspectos, deverá estabelecer que:</p> <p>I – o fundo especial será destinado, exclusivamente, a proporcionar investimentos de infra-estrutura comunitária para apoio às atividades de produção e de prestação de serviços no meio rural, bem como a financiar seus empreendedores e prestar-lhes assistência técnica;</p> <p>II – a gestão do fundo municipal será de responsabilidade de Conselho Comunitário, composto, dentre outros, por representantes do governo local, do órgão estadual de Extensão Rural, dos agricultores e dos trabalhadores rurais. (NR)”</p>	PEC03107 - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 31/2007]
PEC 166/2007	Inclui § 5º no art. 159 da CF. Estabelece que até 0,5% da arrecadação federal a ser entregue ao FPE e ao FPM , seja distribuído aos entes federativos que possuam unidades de conservação.	<p>Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:</p> <p>“Art.159.....</p> <p>§ 5º Para efeito do cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, alíneas “a” e “b”, lei federal poderá estabelecer que até 0,5% (meio por cento) seja distribuído em função de espaços territoriais especialmente protegidos existentes em cada Estado ou Município, no exercício anterior ao da apuração.”</p> <p>Artigo 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação oficial.</p>	PEC03107 - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 31/2007]

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
PEC 136/2007	<p>Inclua-se o seguinte artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Proíbe o aumento das alíquotas dos tributos, contribuições e impostos, até 31 de dezembro de 2015, excetuando-se a base de cálculo dos tributos patrimoniais (ITR, ITCD, IPVA, IPTU, ITBI), as alíquotas específicas (ad valorem) do IPI, Cofins e Pis/Pasep, bem como os tributos regulatórios (imposto de importação, imposto de exportação e IOF).</p>	<p>“Art. 95. Até 31 de dezembro de 2015, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão:</p> <p>I – aumentar alíquota ou base de cálculo dos seguintes tributos e contribuições:</p> <p>a) Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza, a que se refere o inciso III do art. 153 da Constituição;</p> <p>b) Imposto sobre Produtos Industrializados, a que se refere o inciso IV do art. 153 da Constituição;</p> <p>c) Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, a que se refere o inciso II do art. 155 da Constituição;</p> <p>d) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, a que se refere o inciso III do art. 156 da Constituição;</p> <p>e) Contribuições Sociais, a que se refere o art. 195 da Constituição;</p> <p>f) Taxas, a que se refere o inciso II do art. 145 da Constituição;</p> <p>II – aumentar alíquota dos seguintes impostos:</p> <p>a) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, a que se refere o inciso VI do art. 153 da Constituição;</p> <p>b) Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação, a que se refere o inciso I do art. 155 da Constituição;</p> <p>c) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, a que se refere o inciso III do art. 155 da Constituição;</p> <p>d) Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, a que se refere o inciso I do art. 156 da Constituição;</p> <p>e) Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, a que se refere o inciso II do art. 156 da Constituição;</p> <p>III – instituir tributo ou contribuição.</p> <p>§ 1º O disposto neste artigo não se aplica:</p> <p>I – às alíquotas específicas do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da contribuição para o Programa de Integração Nacional (PIS) e da contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP);</p> <p>II – à base de cálculo dos impostos referidos no inciso II do caput.</p> <p>§ 2º Aumentos de alíquotas ou bases de cálculo, na hipótese de que trata o § 1º, não poderão exceder a variação observada, entre a data do último reajuste e a da vigência do reajuste subsequente, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou de índice que venha a sucedê-lo, no caso de extinção”.</p>	<p>CCJC - Aguardando Parecer</p>
PEC 135/2007	<p>Altera o art. 158 da Constituição Federal, para definir regras distintas de participação no produto da arrecadação do ICMS para Municípios que tenham presídios.</p>	<p>Art. Único. O art. 158. da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se como § 1º o parágrafo único existente:</p> <p>“Art. 158.....</p> <p>..... (Repartição do ICMS)</p> <p>§ 2º No caso de Municípios que tenham em seu território instituições prisionais de qualquer espécie, as parcelas do ICMS referidas nos incisos I e II do parágrafo anterior serão de quatro quintos e um quinto, respectivamente.”</p>	<p>CCP - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 263/2004]</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	em todo o território nacional, por mercadoria, bem ou serviço, em número máximo de 5 (cinco).	<p>a) o órgão colegiado de que trata o inciso XII , g, definirá a quais mercadorias, bens e serviços serão aplicadas, devendo tal definição ser aprovada por resolução do Senado Federal, vedada alteração das definições;</p> <p>b) a menor alíquota será aplicada aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, à energia elétrica de baixo consumo, às máquinas e implementos agrícolas, aos insumos agropecuários, inclusive material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal, e aos medicamentos de uso humano, segundo condições e listas definidas em lei complementar e as mercadorias, bens e serviços definidos pelo órgão colegiado de que trata o inciso XII, g;</p> <p>c) à exceção da alíquota prevista na alínea b, as demais não poderão ser inferiores à maior alíquota de referência de que trata o inciso IV, b;</p> <p>d) o órgão de que trata o inciso XII, g, poderá redefinir para uma alíquota menor a alíquota aplicável a determinada mercadoria, bem ou serviço, bem como restabelecer a alíquota definida na forma da alínea a;</p> <p>e) relativamente à energia elétrica, as alíquotas poderão ser diferenciadas em função da quantidade consumida e do tipo de consumo;</p> <p>VI relativamente a operações e prestações interestaduais, será observado o seguinte:</p> <p>a) o imposto será calculado pela aplicação da alíquota da mercadoria, bem ou serviço sobre a respectiva base de cálculo;</p> <p>b) a parcela devida ao Estado de origem será obtida pela aplicação da alíquota de referência prevista no inciso IV, b, sobre a base de cálculo, que, para efeito de apuração dessa parcela, não compreenderá o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação ou prestação configure fato gerador dos dois impostos;</p> <p>c) a parcela devida ao Estado de localização do destinatário, inclusive nas aquisições feitas por consumidor final na venda ou faturamento direto, será a diferença entre os montantes obtidos na forma das alíneas a e b;</p> <p>d) quando for aplicada a alíquota a que se refere o inciso V, b, e essa for menor ou igual à alíquota de referência aplicável, o imposto caberá integralmente ao Estado de origem; e) a parcela do imposto a que se refere a alínea c não será objeto de compensação, pelo remetente, com o montante cobrado nas operações e prestações anteriores;</p> <p>f) o imposto poderá ser cobrado no Estado de origem, nos termos de lei complementar;</p> <p>g) lei complementar definirá a forma como o imposto devido a que se refere a alínea c será atribuído ao respectivo Estado ou Distrito Federal de localização do destinatário, podendo condicionar ao seu efetivo pagamento o aproveitamento do crédito fiscal a ele concernente para compensação com o montante devido nas operações e prestações seguintes;</p> <p>h) somente será considerada interestadual a operação em que houver a efetiva saída de mercadoria ou bem do Estado onde se encontrem para o Estado de localização do destinatário, assim considerado aquele onde ocorrer a entrega da mercadoria ou bem;</p> <p>i) relativamente à prestação do serviço de transporte terrestre e aquático, somente será interestadual aquela vinculada a mercadorias, bens, valores, semoventes e pessoas, passageiros ou não, cuja contratação preveja como destino físico unidade da Federação diferente daquela onde se iniciou a prestação;</p> <p>j) nas operações com gás natural e seus derivados, o imposto será devido na forma das alíneas a a c;</p> <p>l) para efeito do disposto na alínea g, na hipótese de ser estabelecido um sistema de compensação de arrecadação entre as unidades da Federação de origem e de destino, poderá ser estabelecida exceção à regra prevista na alínea e, desde que assegurada a atribuição da integralidade da parcela do imposto a que se refere a alínea c ao Estado de localização do destinatário;</p> <p>VII - não será objeto de isenção, redução de base de cálculo, crédito presumido ou qualquer outro incentivo ou benefício, fiscal ou financeiro, vinculado ao imposto, exceto:</p> <p>a) para atendimento ao disposto no art. 146, 111, d, hipótese na qual poderão ser aplicadas as restrições previstas nas alíneas a e b do inciso II;</p> <p>b) a isenção para operações com gêneros alimentícios de primeira necessidade, com energia elétrica de baixo consumo, com insumos agropecuários, inclusive com material reprodutivo destinado ao melhoramento genético animal e vegetal, e com medicamentos de uso humano, segundo condições e listas definidas em lei complementar;</p> <p>c) nas hipóteses previstas em lei complementar, relacionadas com tratados e convenções internacionais, regimes aduaneiros especiais,</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>áreas aduaneiras especiais, regimes de bagagem e outras situações especiais relativas às atividades de comércio exterior;</p> <p>d) para atendimento de programas de incentivo à cultura e de assistência social, nos termos definidos em lei complementar;</p> <p>VIII - terá regulamentação única, sendo vedada a adoção de norma autônoma estadual;</p> <p>IX</p> <p>a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior, a qualquer título, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;</p> <p>c) sobre as transferências interestaduais de mercadorias e bens entre estabelecimentos do mesmo titular;</p> <p>X- ...</p> <p>e) sobre as prestações de serviços de televisão por assinatura;</p> <p>XI - a instituição por lei estadual limitar-se-á a estabelecer a exigência do imposto na forma disciplinada pela lei complementar de que trata o inciso XII;</p> <p>XII-</p> <p>a) definir fatos geradores e contribuintes do imposto;</p> <p>b) dispor sobre substituição tributária, inclusive, se for o caso, as hipóteses de transferência de responsabilidade pelo pagamento da parcela do imposto a que se refere o inciso VI, c;</p> <p>f) assegurar o aproveitamento do crédito relativo à remessa de serviços e de mercadorias para outro Estado, com a observância do disposto no inciso VI, e, e do crédito relativo ao montante cobrado nas operações anteriores decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente, segundo critérios que estabelecer;</p> <p>g) dispor sobre a competência e o funcionamento do órgão colegiado integrado por representante de cada Estado, do Distrito Federal e da União;</p> <p>h) disciplinar o processo administrativo-fiscal;</p> <p>i) definir as bases de cálculo, de modo que o montante do imposto as integre, inclusive nas hipóteses do inciso IX;</p> <p>j) dispor sobre regimes especiais ou simplificados de tributação, inclusive para atendimento ao disposto no art. 146, 111, d, e para definição de tratamento diferenciado para o produtor rural, pessoa física ou jurídica, segundo parâmetros e critérios que estabelecer;</p> <p>l) prever sanções, inclusive retenção dos recursos oriundos das transferências constitucionais, aplicáveis aos Estados e ao Distrito Federal e seus agentes, por descumprimento da legislação do imposto, especialmente do disposto no inciso VII;</p> <p>m) dispor sobre o processo administrativo de apuração das infrações da legislação do imposto praticadas pelos Estados e Distrito Federal e seus agentes, bem como definir órgão que deverá processar e efetuar o julgamento administrativo;</p> <p>n) definir a forma como o Estado de localização do destinatário exercerá a sujeição ativa na hipótese do inciso VI, c;</p> <p>o) prever a obrigatoriedade da prestação, por meio eletrônico, das informações relativas à realização de cada operação e prestação no momento de sua realização. A sistema- integrado de informações, disponível às administrações tributárias;</p> <p>XIII - compete ao órgão colegiado de que trata o inciso XII, g, mediante aprovação pelo número de votos definido em lei complementar, observado o mínimo de quatro quintos de seus membros:</p> <p>a) editar a regulamentação de que trata o inciso VIII;</p> <p>b) autorizar a transação e a concessão de anistia, remissão e moratória, observado o disposto no art. 150, § 62;</p> <p>c) estabelecer critérios para a concessão de parcelamento de débitos fiscais;</p> <p>d) fixar as formas e os prazos de recolhimento do imposto;</p> <p>e) estabelecer critérios e procedimentos de controle e fiscalização na hipótese do inciso VI, c.</p> <p>§ 72 Ressalvado o disposto no § 22 , X. b, a incidência do imposto de que trata o inciso 11 do caput, sobre energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados:</p> <p>I - ocorre em todas as etapas da circulação;</p> <p>II - em relação à energia elétrica ocorre também nas etapas de produção, de transmissão, de distribuição, de conexão e de conversão, até</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>a sua destinação final." (NR)</p> <p>"Art.158 (pertence aos Municípios)</p> <p>111 -cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados ou registrados em seus territórios: (NR)</p> <p>"Art.159</p> <p>§ 6º A parcela correspondente ao aumento da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados decorrente da extinção dos créditos de incentivos fiscais atribuídos a contribuições sociais submetidas ao princípio da não-cumulatividade, em conformidade com a regra contida no art. 153, § 32, V, em substituição à destinação a que se refere o inciso I do caput, aplica-se a seguinte:</p> <p>I - quarenta e cinco por cento, a fundo nacional de desenvolvimento regional, nos termos de lei complementar, para investimentos nas zonas e regiões menos desenvolvidas do País, por intermédio dos respectivos Estados;</p> <p>II - três por cento, conforme o disposto no inciso I, c, do caput. deverão ser aplicados, levando em consideração inclusive os critérios de distribuição dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, da seguinte forma:</p> <p>I - noventa e três por cento, nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste;</p> <p>II - sete por cento, nas áreas menos desenvolvidas das Regiões Sul e Sudeste, com prioridade para o Estado do Espírito Santo, o Vale da Ribeira dos Estados do Paraná e de São Paulo, o Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, o Oeste do Estado de Santa Catarina, a Metade Sul e o Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e o Norte do Estado de Minas Gerais.</p> <p>§ 7º Os recursos destinados ao fundo previsto no § 6º, I, deverão ser aplicados, levando em consideração inclusive os critérios de distribuição dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, da seguinte forma:</p> <p>I - noventa e três por cento, nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste;</p> <p>II - sete por cento, nas áreas menos desenvolvidas das Regiões Sul e Sudeste, com prioridade para o Estado do Espírito Santo, o Vale da Ribeira dos Estados do Paraná e de São Paulo, o Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, o Oeste do Estado de Santa Catarina, a Metade Sul e o Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e o Norte do Estado de Minas Gerais.</p> <p>§ 8º Dos recursos de que trata o § 7º, vinte e cinco por cento deverão ser aplicados mediante convênios com os Municípios das regiões nele referidas." (NR)</p> <p>"Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei complementar, tratamento jurídico diferenciado e favorecido, visando a incentivar-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei." (NR)</p> <p>Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:</p> <p>"Art. 95. A regra enunciada no art. 150, 111, c, da Constituição, não se aplica ao imposto previsto no art. 155, 11, da Constituição, nos dois primeiros anos de vigência da lei complementar que o disciplinar."</p> <p>"Art. 96. Para efeito de apuração da parcela do produto da arrecadação a que se refere o art. 159, § 6º, da Constituição será considerado o percentual verificado no exercício de 2002 do crédito efetivamente aproveitado em relação à arrecadação total do referido imposto acrescida do referido crédito.</p> <p>Parágrafo único. O percentual referido no caput será obtido mediante apuração especial ou estimativa efetuada pelo Ministério da</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>Fazenda, mediante observância das seguintes etapas:</p> <p>I- publicação preliminar da apuração;</p> <p>II - prazo mínimo de quinze dias para recursos das unidades federadas;</p> <p>III - publicação definitiva</p> <p>"Art. 97. Na hipótese de a entrega dos recursos a que se refere o art. 159, I, b, da Constituição, nos exercidos de 2005 e 2006, não alcançar o montante equivalente ao valor entregue no exercício de 2004, acrescido de um bilhão e quinhentos milhões de reais, a União complementar os recursos de modo a garantir a entrega desse montante, nos termos da lei."</p> <p>Art. 32 A transição do imposto de que trata o art. 155, 11, da Constituição, para a forma definida nesta Emenda, observará o seguinte:</p> <p>I - cabe à lei complementar:</p> <p>a) fixar prazos máximos de vigência para incentivos e benefícios fiscais, definindo também as regras vigentes à época da concessão, que permanecerão aplicáveis;</p> <p>b) criar fundos ou outros mecanismos necessários à consecução da transição;</p> <p>II - fica vedada, a partir da promulgação desta Emenda, a concessão ou prorrogação de isenções, reduções de base de cálculo, créditos presumidos ou quaisquer outros incentivos ou benefícios fiscais ou financeiros relativos ao imposto;</p> <p>III - para efeito de aplicação do disposto no art. 155, § 1 2Q, IV, b, da Constituição, para vigência nos dois primeiros exercícios da exigência do imposto na forma dada por esta Emenda, as alíquotas de referência deverão ser fixadas de forma a manter equilíbrio com o sistema de partilha das alíquotas interestaduais vigentes na data da promulgação desta Emenda;</p> <p>IV - lei estadual poderá estabelecer adicional de até cinco pontos percentuais nas alíquotas definidas nos termos do art. 155, § 22, IV e V, a, da Constituição, observado o seguinte:</p> <p>a) o adicional poderá ser estabelecido para, no máximo, quatro mercadorias e serviços, que tenham, em 1º de janeiro de 2003, alíquotas superiores às que vierem a ser definidas;</p> <p>b) a alíquota da mercadoria, bem ou serviço, acrescida do respectivo adicional, não poderá ser superior à alíquota efetiva vigente em 1º de janeiro de 2003;</p> <p>c) o adicional estabelecido poderá vigorar pelo prazo de três anos, contado do início da exigência do imposto na forma desta Emenda, devendo ser reduzido, após o referido prazo, em, pelo menos, um ponto percentual ao ano, até a sua completa extinção; V- para efeito do disposto no art. 155, § 2º, XIII, d, da Constituição, o órgão colegiado de que trata o inciso XII, g, do mesmo parágrafo, poderá estabelecer um sistema de transição, definindo critérios para que os Poderes Executivos dos Estados e do Distrito Federal fixem os prazos de pagamento;</p> <p>VI - lei complementar poderá permitir a manutenção das exigências previstas na legislação estadual vigentes na data da promulgação desta Emenda, estabelecidas como condição à aplicação do diferimento do lançamento e - pagamento do imposto.</p> <p>Parágrafo único. Para efeito do inciso I, a, o prazo máximo da vigência dos incentivos e benefícios fiscais não poderá exceder onze anos, contado da data da promulgação desta Emenda.</p> <p>Art. 4º Relativamente ao adicional de que trata o inciso IV do artigo precedente, caso ocorra redução de receita não compensada nos termos do artigo 5º desta Emenda, a lei estadual poderá estabelecer o adicional referido para até quatro mercadorias ou serviços, independentemente das restrições previstas nas alíneas do mesmo inciso IV.</p> <p>Art. 52 A lei complementar estabelecerá um sistema de ressarcimento das eventuais reduções da arrecadação dos Estados e do Distrito Federal do imposto de que trata o art. 155, 11, da Constituição, definindo montante e critérios de entrega de recursos, decorrentes das alterações introduzidas por esta Emenda.</p> <p>Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará projeto de lei complementar de que trata o caput no prazo de noventa dias da promulgação desta Emenda.</p> <p>Art. 6º A lei complementar de que trata o inciso III, d, do art. 146 da Constituição Federal, poderá contemplar também o fornecimento de refeições a consumidor final.</p> <p>Art. 72 Para efeito da definição de que trata o inciso V, a, do § 22 do art. 155 da Constituição, na forma dada por esta Emenda, o álcool hidratado será enquadrado na segunda menor alíquota, devendo submeter-se à alíquota de doze por cento, uniforme em todo o território</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>nacional, enquanto tal definição não se consumir.</p> <p>Art. 8º Para efeito da definição de que trata o inciso V, b, do § 2º do art. 155 da Constituição, na forma dada por esta Emenda, a lei complementar observará o limite global de renúncia de receita de dez por cento relativamente às mercadorias ou bens listados.</p> <p>Parágrafo único - Na hipótese de ocorrer redução superior a dois por cento na arrecadação do imposto de que trata o art. 155, 11, da Constituição, o órgão colegiado competente poderá reenquadrar as mercadorias ou bens que definir para alíquota diversa da referida no caput, por prazo determinado.</p> <p>Art. 9 A edição inaugural da regulamentação referida no inciso XIII, a, do § 2g do art. 155 da Constituição, na forma dada por esta Emenda, bem como as alterações posteriores operadas durante os dois primeiros anos contados da data dessa edição, deverão observar a unanimidade dos membros do órgão colegiado competente.</p> <p>Art. 1 O O Poder Executivo encaminhará, no prazo de noventa dias contados da data da promulgação desta Emenda, projetos de lei ou de lei complementar, conforme o caso, promovendo a desoneração dos bens destinados ao ativo permanente das empresas e relacionados com as suas atividades, mediante garantia de crédito ou compensação dos tributos referidos no art. 149, 155, 11, 195, I, a e b, e 239, da Constituição Federal, em quarenta e oito parcelas, mensais e sucessivas.</p> <p>Art. 11 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo máximo de 180 dias, a contar da data da promulgação desta Emenda, instituirão a Lei Orgânica da Administração Tributária, que disporá sobre as atividades de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos, desenvolvidas exclusivamente por servidor público titular de cargo efetivo, organizados em carreiras.</p> <p>Art. 12 As alterações na redação dos incisos 11, IV a IX, XI e XII, do § 2º do art. 155 da Constituição, produzirão efeitos a partir da vigência da lei complementar prevista no art. 155, § 22, XII, da Constituição, com a redação dada por esta Emenda, mantendo-se aplicáveis, até então, as redações vigentes até a data da promulgação desta Emenda.</p> <p>Parágrafo único - A lei complementar referida no caput deverá ser apresentada no prazo de cento e vinte dias, contado da promulgação desta Emenda, definindo, especialmente, em relação aos gêneros alimentícios de primeira necessidade, à energia elétrica nas operações de baixo consumo, insumos agropecuários, máquinas e implementos agrícolas e aos medicamentos de uso humano, as listas e condições para aplicação da menor alíquota e, se for o caso, da isenção.</p> <p>Art. 13 Ficam revogados o inciso I do art. 161, a alínea e do inciso XII do § 2º e os §§ 42 e 5º do art. 155 todos da Constituição, a partir da produção dos efeitos dos dispositivos a que se refere o art. 11.</p>	
PEC 45/2007	<p>Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Explicação: Introduz os impostos seletivos na competência federal e estadual, pago ao Estado consumidor, através da substituição tributária, sem oneração para as exportações; estabelece na competência da União a criação do imposto sobre movimentação financeira, com alíquota máxima de 0,76% e retira a CSLL; extingue o imposto sobre grandes fortunas; entrega aos Municípios o IPVA, o</p>	<p>Art. 1º Os artigos da Constituição Federal a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>“Art. 149.....</p> <p>§ 2º As contribuições de intervenção no domínio econômico:.....</p> <p>“Art. 150.....</p> <p>§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.”</p> <p>.....</p> <p>“Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:</p> <p>I – importação de produtos e serviços estrangeiros;</p> <p>II – exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, e de serviços;</p> <p>III – renda e proventos de qualquer natureza;</p> <p>IV – movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira;</p> <p>V – imposto seletivo sobre petróleo, combustíveis e lubrificantes de qualquer origem, cigarros e outros produtos do fumo,</p>	<p>PEC03107 - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 31/2007]</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	<p>imposto sobre propriedade territorial rural e o imposto sobre transmissão "causa mortis".</p>	<p>energia elétrica, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, aparelhos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, veículos automotores de qualquer natureza e para qualquer finalidade, produtos considerados supérfluos ou suntuários, telecomunicações, e qualquer outro produto ou serviço indicado na lei.</p> <p>.....</p> <p>§ 2º O imposto previsto no inciso IV terá alíquota máxima de setenta e seis centésimos por cento.</p> <p>§ 3º O imposto previsto no inciso V:</p> <p>I – incidirá também na importação;</p> <p>II – será monofásico;</p> <p>III – terá alíquotas diferenciadas por produto;</p> <p>IV – não incidirá sobre produtos e serviços destinados ao exterior.</p> <p>§ 4º A lei estabelecerá a forma de devolver, ao exportador, o montante do imposto previsto no inciso V que onerar os produtos e serviços exportados.”</p> <p>.....</p> <p>“Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto seletivo sobre petróleo, combustíveis e lubrificantes de qualquer origem, cigarros e outros produtos do fumo, energia elétrica, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, aparelhos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, veículos automotores de qualquer natureza e para qualquer finalidade, produtos considerados supérfluos ou suntuários, telecomunicações, e qualquer outro produto ou serviço indicado em lei complementar.</p> <p>§ 1º O imposto previsto neste artigo:</p> <p>I – será monofásico, incidindo nas operações e prestações destinadas a consumidor final, devendo ser exigido antecipadamente por substituição tributária, inclusive na importação;</p> <p>II – incidirá também na importação;</p> <p>III – terá alíquotas diferenciadas por produto e uniformes em todo o território nacional;</p> <p>IV – não incidirá sobre produtos e serviços destinados ao exterior;</p> <p>V – não será objeto de incentivos e benefícios fiscais;</p> <p>VI – terá suas alíquotas fixadas mediante deliberação conjunta dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p>§ 2º Em relação ao imposto previsto neste artigo, a lei complementar:</p> <p>I – estabelecerá a forma de devolver ao exportador, o montante do imposto que onerar a aquisição de produtos exportados ;</p> <p>II – indicará os Estados que deverão efetuar a devolução;</p> <p>III – disporá sobre a substituição tributária prevista no § 1º, I;</p> <p>IV – indicará outros produtos e mercadorias tributados;</p> <p>V – estabelecerá seus fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.”</p> <p>“Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:</p> <p>(além do IPTU e da Transmissão <i>inter vivos</i>....)</p> <p>III – propriedade de veículos automotores;</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>IV – propriedade territorial I rural; V – transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; § 3º O imposto previsto no inciso IV: I – terá seus fatos geradores, bases de cálculo, alíquotas e contribuintes fixados em lei complementar; II – não será objeto de incentivos e benefícios fiscais concedidos por lei municipal; III – terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas; IV – não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei complementar, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel. § 4º O imposto previsto no inciso V: I – relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Município da situação do bem; II – relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Município onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador; III – terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar: a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior; b) se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior; IV – terá suas alíquotas fixadas em lei complementar.” “Art. 158.(pertencem aos Municípios)..... IV – trinta por cento do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 155 (seletivo dos Estados). Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas: I – setenta e cinco por cento segundo o disposto em lei complementar; II – vinte e cinco por cento segundo o disposto em lei estadual.” “Art. 159. A União entregará: I – do produto da arrecadação dos impostos previstos no art. 153, III, IV e V, vinte e nove por cento na seguinte forma: a) treze por cento, ao Fundo de Participação dos Estados; b) catorze por cento, ao Fundo de Participação dos Municípios; c) dois por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer; II – do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 153, V, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos e serviços indicados no art. 155..... § 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios trinta por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II e do</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>§ 4º, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único.</p> <p>§ 4º Se, em apuração trimestral, a arrecadação do imposto previsto no art. 153, V, for superior a vinte e cinco por cento da soma da arrecadação desse imposto e do previsto no art. 155, a União entregará o montante excedente aos Estados e ao Distrito Federal, em parcelas proporcionais à arrecadação do imposto estadual.”</p> <p>“Art. 160.</p> <p>Parágrafo único.</p> <p>III – ao cumprimento do disposto no art. 155, § 1º, V, na forma da lei complementar.”</p> <p>.....</p> <p>“Art. 195.</p> <p>I – do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo, sem vínculo empregatício;</p> <p>.....</p> <p>§ 11 É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I e II, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.</p> <p>§ 12 Os débitos relativos à contribuição prevista no inciso I poderão ser compensados com pagamentos do imposto previsto no art. 153, IV, na forma da lei.</p> <p>§ 13 Os montantes compensados na forma do parágrafo anterior serão ressarcidos ao órgão a que se destina a receita da contribuição.”</p> <p>Art. 2º O imposto de que trata o art. 153, IV, da Constituição, observará o disposto no art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p> <p>Art. 3º Esta Emenda entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua promulgação.</p> <p>§ 1º Antes da data prevista no caput a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão editar as leis complementares e ordinárias necessárias a aplicação das alterações previstas nesta Emenda.</p> <p>§ 2º As leis editadas produzirão efeitos a partir da entrada em vigor desta Emenda.</p> <p>§ 3º Fica assegurada a aplicação da legislação anterior, à data prevista no caput, no que não seja incompatível com esta Emenda e com a legislação prevista nos parágrafos anteriores.</p> <p>§ 4º O disposto no art. 153, IV, entra em vigor em 1º de janeiro subsequente ao da publicação desta Emenda, sendo a alíquota do imposto, em 2004, de trinta centésimos por cento.</p> <p>Art. 4º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Constituição: art. 153, § 5º, art. 155, §§ 3º, 4º e 5º, art. 158, II e III, e art. 161, I.</p>	
PEC 31/2007	Altera o Sistema Tributário Nacional, unifica a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de	<p>“Art. 34.</p> <p>.....</p> <p>V -</p> <p>c) reter parcela do produto da arrecadação do imposto previsto no art. 155, II, devida a outra unidade da Federação;</p> <p>.....”(NR)</p>	PLEN - Pronta para Pauta Última tentativa de reforma tributária mais ampla, tendo como relator o ex-Deputado Sandro Mabel

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	<p>Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, dentro de outras providências.</p> <p>OBS: Última tentativa de reforma tributária mais ampla, tendo como relator o ex-Deputado Sandro Mabel</p>	<p>“Art. 36. V - no caso do art. 34, V, c, de solicitação do Poder Executivo de qualquer Estado ou do Distrito Federal. ”(NR)</p> <p>“Art.52. § 2º A competência prevista no inciso XV será implementada por Conselho Tributário Nacional, órgão consultivo composto por representantes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, bem como outros membros convidados da sociedade, com corpo técnico de especialistas habilitados em concurso público, capacitados em avaliação de políticas públicas tributárias e administração tributária, em conformidade com norma editada no uso da competência prevista no inciso XIII.” (NR)</p> <p>“Art. 61. § 3º Lei complementar que disciplinar o imposto previsto no art. 155, II, poderá, ainda, ser proposta por um terço dos Governadores de Estado e do Distrito Federal ou por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.” (NR)</p> <p>“Art. 105. III - d) contrariar a regulamentação de que trata o art. 155, § 2º, VIII, ou lhe der interpretação divergente da que lhe tenha atribuído outro tribunal. ”(NR)</p> <p>“Art.146..... III - d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso dos impostos previstos no arts. 153, IV e VIII, 155, II, 156, III, e das contribuições previstas no art. 195, I. IV - estabelecer limites e mecanismos de aferição e controle da carga tributária nacional, que deverão considerar, dentre outros, a receita tributária dos entes federados, o Produto Interno Bruto e a dívida pública, de forma a propiciar carga tributária compatível com o desenvolvimento econômico e social, bem como assegurar que a melhoria dos indicadores referidos resultem também em benefícios para a sociedade. ”(NR)</p> <p>“Art. 150. § 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias retro enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, ressalvado o disposto no art. 155, § 2º, VII e suas alíneas. ”(NR)</p> <p>“Art. 152-A. É vedado aos Estados e ao Distrito Federal, no exercício da competência prevista no art. 155, II, e § 2º, XI, dispor sobre</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>matéria não relacionada na lei complementar de que trata o inciso XII ou na resolução de que trata o inciso IV, ambos do art. 155, § 2º, ou, ainda que relacionadas, possuam conteúdo ou forma diferentes daqueles nelas constantes.”</p> <p>“Art.153.(Compete à União instituir impostos sobre:)</p> <p>.....</p> <p>VIII - receita ou faturamento da empresa ou entidade a ela equiparada na forma da lei;</p> <p>.....</p> <p>§ 3º</p> <p>I - será seletivo, em função da essencialidade do produto e da sua sustentabilidade ambiental e de seu processo de produção;</p> <p>.....</p> <p>§ 6º Em relação ao imposto previsto no inciso VIII do caput, a lei definirá:</p> <p>I - os setores de atividade econômica para os quais sua incidência será não-cumulativa; e</p> <p>II - a incidência sobre o importador de bens ou serviços do exterior, ou a quem a ele for equiparado.” (NR)</p> <p>“Art.155.</p> <p>II -</p> <p>.....</p> <p>§ 2º</p> <p>.....</p> <p>IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República, de um terço dos senadores ou de um terço dos governadores, aprovada por três quintos de seus membros, estabelecerá:</p> <p>a) as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, observando o limite mínimo de sete por cento e o máximo de vinte e cinco por cento e definindo, dentre elas, uma alíquota padrão aplicável a todas as hipóteses não sujeitas a outro enquadramento especificado na forma do inciso V, a;</p> <p>b) relativamente às operações e prestações interestaduais, as alíquotas de referência, para efeito específico de determinação da parcela do imposto devida ao Estado de origem, nos termos do inciso VI, b;</p> <p>c) critérios de distribuição e fontes dos fundos mencionados no inciso VII;</p> <p>V - terá alíquotas uniformes estabelecidas em todo o território nacional, por mercadoria, bem ou serviço, em número máximo de seis, observado o seguinte:</p> <p>a) o órgão colegiado de que trata o inciso XII, g, proporá a sujeição de mercadorias, bens e serviços a alíquotas diferentes da padrão, submetida a aprovação por resolução do Senado Federal, prevalecendo a sujeição à alíquota padrão para todas as hipóteses não propostas pelo órgão ou não aprovadas pelo Senado;</p> <p>b) o órgão de que trata o inciso XII, g, poderá redefinir para uma alíquota menor a alíquota aplicável a determinada mercadoria, bem ou serviço, bem como restabelecer a alíquota definida na forma da alínea a;</p> <p>c) relativamente à energia elétrica, as alíquotas poderão ser diferenciadas em função da quantidade consumida e do tipo de consumo;</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>d) lei estadual poderá estabelecer:</p> <p>1 - adicional de até cinco pontos percentuais, aplicável a operações intra-estaduais relativas a combustíveis e a mais três mercadorias, bens ou serviços, independentemente do limite máximo previsto no inciso IV, a;</p> <p>2 - redução de até seis pontos percentuais, aplicável a operações com óleo diesel e outros combustíveis com ele misturados;</p> <p>VI - relativamente a operações e prestações interestaduais, será observado o seguinte:</p> <p>a) o imposto será calculado pela aplicação da alíquota do bem, mercadoria ou serviço sobre a respectiva base de cálculo;</p> <p>b) a parcela devida ao Estado de origem será obtida pela aplicação da alíquota de referência prevista no inciso IV, b, sobre a base de cálculo, que, para efeito de apuração dessa parcela, não compreenderá o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação ou prestação configurar fato gerador dos dois impostos;</p> <p>c) a parcela devida ao Estado de localização do destinatário, inclusive nas aquisições feitas por consumidor final na venda ou faturamento direto, será a diferença entre os montantes obtidos na forma das alíneas a e b;</p> <p>d) a parcela do imposto a que se refere a alínea c não será objeto de compensação, pelo remetente, com o montante cobrado nas operações e prestações anteriores;</p> <p>e) o imposto poderá ser cobrado no Estado de origem, nos termos de lei complementar;</p> <p>f) lei complementar definirá a forma como o imposto devido a que se refere a alínea c será atribuído ao respectivo Estado ou Distrito Federal de localização do destinatário, podendo condicionar ao seu efetivo pagamento o aproveitamento do crédito fiscal a ele concernente para compensação com o montante devido nas operações e prestações seguintes;</p> <p>g) somente será considerada interestadual a operação em que houver a efetiva saída de mercadoria ou bem do Estado onde se encontrem para o Estado de localização do destinatário, assim considerado aquele onde ocorrer a entrega da mercadoria ou bem;</p> <p>h) relativamente à prestação do serviço de transporte, somente será interestadual aquela vinculada a mercadorias, bens, valores, semoventes e pessoas, passageiros ou não, cuja contratação preveja como destino físico unidade da Federação diferente daquela onde se iniciou a prestação;</p> <p>i) nas operações com gás natural e seus derivados, o imposto será devido na forma das alíneas a a c;</p> <p>j) para efeito do disposto na alínea f, na hipótese de ser estabelecido um sistema de compensação de arrecadação entre as unidades da Federação de origem e de destino, poderá ser estabelecida exceção à regra prevista na alínea d, desde que assegurada a atribuição da integralidade da parcela do imposto a que se refere a alínea c ao Estado de localização do destinatário;</p> <p>VII - instituindo-se compensação financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, mediante estabelecimento de respectivos fundos de desenvolvimento, ficará vedada a concessão de isenção, redução de base de cálculo, crédito presumido ou qualquer outro incentivo ou benefício, fiscal ou financeiro, vinculado ao imposto, exceto:</p> <p>a) para atendimento ao disposto no art. 146, III, d, hipótese na qual poderão ser aplicadas as restrições previstas nas alíneas a e b do inciso II;</p> <p>b) a isenção e redução de base de cálculo para operações e prestações definidas pelo órgão colegiado a que se refere o inciso XII, g;</p> <p>c) nas hipóteses previstas em lei complementar, relacionadas com tratados e convenções internacionais, regimes aduaneiros especiais,</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>áreas aduaneiras especiais, regimes de bagagem e outras situações especiais relativas às atividades de comércio exterior, bem como a áreas sob tratamento fiscal diferenciado;</p> <p>d) para atendimento de programas de incentivo à cultura e de assistência social, nos termos definidos em lei complementar;</p> <p>VIII - terá regulamentação única, sendo vedada a adoção de norma autônoma estadual, ressalvado o previsto no inciso V, d;</p> <p>IX -</p> <p>a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior, a qualquer título, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;</p> <p>.....</p> <p>c) sobre a transferência interestadual de bem ou mercadoria entre estabelecimentos do mesmo titular;</p> <p>.....</p> <p>XI - a instituição por lei estadual limitar-se-á a estabelecer a exigência do imposto na forma disciplinada pela lei complementar de que trata o inciso XII;</p> <p>XII -</p> <p>a) definir fatos geradores e contribuintes do imposto;</p> <p>b) dispor sobre substituição tributária, inclusive, se for o caso, sobre transferência de responsabilidade pelo pagamento da parcela do imposto a que se refere o inciso VI, c;</p> <p>.....</p> <p>f) assegurar o aproveitamento do crédito relativo à remessa de serviços e de mercadorias para outro Estado, com a observância do disposto no inciso VI, d, e do crédito relativo ao montante cobrado nas operações anteriores decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente, segundo critérios que estabelecer;</p> <p>g) dispor sobre a competência e o funcionamento do órgão colegiado integrado por representante de cada Estado, do Distrito Federal e da União;</p> <p>h) disciplinar o processo administrativo-fiscal;</p> <p>i) definir as bases de cálculo, de modo que o montante do imposto as integre, inclusive nas hipóteses do inciso IX;</p> <p>j) dispor sobre regimes especiais ou simplificados de tributação, inclusive para atendimento ao disposto no art. 146, III, d, e para definição de tratamento diferenciado para o produtor rural, pessoa física ou jurídica, segundo parâmetros e critérios que estabelecer;</p> <p>l) prever sanções, inclusive retenção dos recursos oriundos das transferências constitucionais, aplicáveis aos Estados e ao Distrito Federal e seus agentes, por descumprimento da legislação do imposto, especialmente do disposto no inciso VII;</p> <p>m) dispor sobre o processo administrativo de apuração das infrações da legislação do imposto praticadas pelos Estados e Distrito Federal e seus agentes, bem como definir órgão que deverá processar e efetuar o julgamento administrativo;</p> <p>n) definir a forma como o Estado de localização do destinatário exercerá a sujeição ativa na hipótese do inciso VI, c;</p> <p>o) prever a obrigatoriedade da prestação, por meio eletrônico, das informações relativas à realização de cada operação e prestação, no</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>momento de sua realização, a sistema integrado de informações, disponível às administrações tributárias;</p> <p>p) estabelecer formas, critérios e limites para a concessão de benefícios e incentivos fiscais voltados ao fomento industrial e agropecuário, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais;</p> <p>q) definir parâmetros para a fixação de alíquotas compatíveis com o equilíbrio nos mercados de biocombustíveis e suas alternativas;</p> <p>XIII - compete ao órgão colegiado de que trata o inciso XII, g, mediante aprovação pelo número de votos definido em lei complementar, observado o mínimo de noventa e cinco por cento de seus membros:</p> <p>a) editar a regulamentação de que trata o inciso VIII;</p> <p>b) autorizar a transação e a concessão de anistia, remissão e moratória, observado o disposto no art. 150, § 6º;</p> <p>c) estabelecer critérios para a concessão de parcelamento de débitos fiscais;</p> <p>d) fixar as formas e os prazos de recolhimento do imposto;</p> <p>e) estabelecer critérios e procedimentos de controle e fiscalização na hipótese do inciso VI, c;</p> <p>f) estabelecer mecanismos para evitar acúmulo de crédito, especialmente para as cadeias produtivas dos bens, produtos e serviços sujeitos à menor alíquota, admitindo-se para isso redução de base de cálculo, postergação da incidência ou do pagamento do imposto para etapa subsequente, assim como requisitos para suspensão do imposto nas operações com empresas definidas como exportadoras, e criação de câmaras de compensação.</p> <p>.....</p> <p>§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do caput deste artigo e o art. 153, I, II e VIII, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.</p> <p>.....</p> <p>§ 7º Ressalvado o disposto no § 2º, X, b, a incidência do imposto de que trata o inciso II do caput, em relação à energia elétrica, ocorre também nas etapas de produção, de transmissão, de distribuição, de conexão e de conversão, até a sua destinação final." (NR)</p> <p>"Art. 156.</p> <p>.....</p> <p>§ 3º</p> <p>.....</p> <p>IV - erigir normas gerais tendentes a adequar o imposto ao regime não-cumulativo e ao princípio da destinação preferencial do produto da arrecadação ao Município em que a prestação do serviço tenha sido efetivamente consumida.</p> <p>.....</p> <p>§ 5º O imposto previsto no inciso III do caput incide sobre cessão de uso e locação de bens móveis" (NR)</p> <p>"SEÇÃO V- A</p> <p>Do Sistema de Integração Tributária</p> <p>Art. 156-A Os impostos previstos nos arts. 153, IV e VIII, 155, II, e 156, III, serão recolhidos de acordo com as regras do sistema integrado de liquidação de tributos, conforme lei complementar que definirá:</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>I - o aproveitamento recíproco do saldo de créditos fiscais acumulados do contribuinte, relativamente aos impostos mencionados no caput;</p> <p>II - as condições referentes à ordem e preferência das operações de transferência dos créditos fiscais;</p> <p>III - o período mínimo de acumulação de créditos fiscais, sem possibilidade de aproveitamento na apuração do respectivo imposto, apto a credenciar o aproveitamento recíproco mencionado no inciso I, bem como o prazo de decadência desse direito;</p> <p>IV - mecanismo integrado de recolhimento, com guias unificadas e documentos fiscais eletrônicos;</p> <p>V - regime especial de fiscalização e controle dos contribuintes que utilizem a liquidação integrada com aproveitamento recíproco de créditos, admitindo-se a fixação de prazos especiais de decadência e prescrição das obrigações tributárias que ensejaram créditos de determinado imposto utilizados na liquidação de débitos de outro;</p> <p>VI - a forma pela qual será realizada a cobrança dos créditos indevidamente utilizados, incorporando as garantias e preferências inerentes às obrigações de natureza tributária, inclusive tipificando o ilícito e respectivas sanções;</p> <p>VII - as hipóteses excepcionais em que a apuração dos impostos pagos de acordo com sistema integrado não deva atender ao princípio da não incorporação de imposto na base de cálculo de outro, que deve prevalecer para os impostos mencionados no caput;</p> <p>VIII - a forma pela qual cada ente tributante será compensado em razão da absorção de crédito gerado na contabilidade de imposto de titularidade de outro ente, autorizada a criação de fundo, ou câmara de compensação, com vinculação de parcela do produto da arrecadação de impostos ou retenção de transferências constitucionais.</p> <p>Parágrafo único. As regras de apuração do imposto devido e as demais normas não atinentes à liquidação integrada permanecerão sob a competência dos entes titulares dos impostos mencionados no caput.”</p> <p>“Art.158.(Pertencem aos Municípios)</p> <p>.....</p> <p>III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados ou registrados em seus territórios;</p> <p>.....</p> <p>Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV (ICMS), serão creditadas conforme os seguintes critérios:</p> <p>I - três quartos, conforme lei complementar, que adotará, entre outros, critérios fundados no valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios, bem como na valoração dos ativos ambientais preservados e nos projetos de sustentabilidade ambiental implementados pelos Municípios;</p> <p>II - um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.” (NR)</p> <p>“Art. 171-A. A lei poderá definir práticas de comércio exterior danosas à economia nacional e autorizar a cobrança de direitos compensatórios e a imposição de limitações e sanções que visem a neutralizá-las ou coibi-las.</p> <p>Parágrafo único. A cobrança de direitos compensatórios e a imposição de limitações e sanções poderão alcançar as práticas ocorridas a partir da data da publicação do ato que indicar o início do processo de sua apuração.”</p> <p>“Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>definidas em lei complementar, tratamento jurídico diferenciado e favorecido, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.” (NR)</p> <p>“Art. 195</p> <p>.....</p> <p><u>V – fiscalizatória sobre a movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira. (CPMF)</u></p> <p>..... (NR)</p> <p>Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:</p> <p>“Art. 95. A regra enunciada no art. 150, III, c, da Constituição, não se aplica ao imposto previsto no art. 155, II, da Constituição, nos dois primeiros anos de vigência da lei complementar que o disciplinar.”</p> <p>“Art. 96. O prazo previsto no caput do art. 84 e § 1º, prorrogado nos termos do art. 90 e § 1º, ambos deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica prorrogado até 31 de dezembro de 2012, ou, se ocorrer antes, o início da cobrança de contribuição fiscalizatória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos de natureza financeira, com fundamento no art. 195, V, da Constituição.”</p> <p>“Art. 97. Aplicam-se à contribuição prevista no art. 195, V, da Constituição, as regras prescritas no art. 85 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p> <p>Parágrafo único. A contribuição mencionada no caput não incide sobre as movimentações ou transmissões de valores decorrentes de transferências sociais promovidas pela União, ainda que em convênio com Estados e Distrito Federal e Municípios, em benefício da inclusão de pessoas de baixa renda.”</p> <p>“Art. 98. O termo final do período previsto no art. 76 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até o ano de 2012.”</p> <p>“Art. 99. O termo final previsto no art. 79 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias fica prorrogado até o ano de 2014.”</p> <p>Art. 3º A transição do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição, para a forma definida nesta Emenda, observará o seguinte:</p> <p>I - os incentivos e benefícios fiscais e financeiros concedidos ou autorizados até 1º de fevereiro de 2007, nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, ou exclusivamente nos termos de norma estadual ou distrital, inclusive os concedidos em caráter individual e os de natureza objetiva concedidos por produto, ficam convalidados e mantidos pelos prazos previstos nos respectivos atos concessórios, não podendo sua fruição ultrapassar os seguintes prazos, contados da data da promulgação desta Emenda:</p> <p>a) para os destinados ao fomento industrial e agropecuário, onze anos;</p> <p>b) para os destinados à cultura, ao esporte, a programas sociais e os vinculados ao fomento das atividades portuária e aeroportuária, ao investimento em infraestrutura rodoviária e em programa habitacional, sete anos;</p> <p>c) para os demais, três anos;</p> <p>II - fica vedada, a partir da promulgação desta Emenda, a concessão ou prorrogação de isenção, reduções de base de cálculo, créditos presumidos ou quaisquer outros incentivos ou benefícios fiscais ou financeiros relativos ao imposto, inclusive a extensão a novos produtos ou serviços, ou a concessão, a novos contribuintes beneficiários, dos incentivos e benefícios fiscais e financeiros mantidos na forma do</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>inciso anterior;</p> <p>III - o disposto no inciso II não se aplica às isenções e reduções de base de cálculo definidas pelo órgão colegiado nos termos do art. 155, § 2º, VII, b;</p> <p>IV - a lei complementar a que se refere o art. 155, § 2º, XII, disporá sobre o regime de transição e estabelecerá os mecanismos necessários à sua consecução, prevendo inclusive os critérios segundo os quais o órgão colegiado mencionado no art. 155, § 2º, XII, g, verificará o correto enquadramento dos benefícios e incentivos previstos no inciso I;</p> <p>V - nos sete primeiros anos da exigência do imposto na forma dada por esta Emenda, as alíquotas de referência deverão ser fixadas de forma a manter equilíbrio com o sistema de partilha das alíquotas interestaduais vigentes na data da promulgação desta Emenda, podendo ser observado critério diverso na fixação das alíquotas aplicáveis aos biocombustíveis;</p> <p>VI - a partir do oitavo ano de exigência do imposto na forma dada por esta Emenda, as alíquotas de referência deverão ser reduzidas até atingirem o percentual de quatro por cento, observado o seguinte:</p> <p>a) a menor alíquota de referência será reduzida em um ponto percentual ao ano;</p> <p>b) a maior alíquota de referência será reduzida em dois pontos percentuais ao ano;</p> <p>c) após o primeiro ano de vigência do percentual de quatro por cento, essa alíquota perderá o efeito até que o Senado Federal exerça a competência prevista no art. 155, § 2º, IV, b, da Constituição, com a redação dada por esta Emenda;</p> <p>VII - para efeito do disposto no art. 155, § 2º, XIII, d, da Constituição, o órgão colegiado de que trata o inciso XII, g, do mesmo parágrafo, poderá estabelecer um sistema de transição, definindo critérios para que os Poderes Executivos dos Estados e do Distrito Federal fixem os prazos de pagamento;</p> <p>VIII - lei complementar poderá permitir a manutenção das exigências previstas na legislação estadual vigentes na data da promulgação desta Emenda, estabelecidas como condição à aplicação do diferimento do lançamento e pagamento do imposto;</p> <p>IX - lei estadual ou distrital poderá reduzir ou revogar benefícios e incentivos fiscais e financeiros concedidos por norma estadual ou distrital, ressalvados:</p> <p>a) os concedidos nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, que obedecerão o disposto no referido diploma legal; e</p> <p>b) os concedidos por prazo certo e em função de condições, que, respeitados os prazos máximos previstos nas alíneas a e b do inciso I, serão cancelados pela autoridade estadual competente caso desatendida condição fixada no ato concessório;</p> <p>X - para efeito de aplicação do disposto no art. 155, § 2º, V, a, da Constituição, no primeiro ano da exigência do imposto na forma dada por esta Emenda, na hipótese de não aprovação pelo Senado Federal da proposta do órgão colegiado, o bem, mercadoria ou serviço ficará sujeito à maior alíquota do imposto, quando estiver sujeito, em 1º de fevereiro de 2007, na maioria das unidades da federação, a alíquotas superiores à padrão estabelecida;</p> <p>XI - para efeito de aplicação do disposto no art. 155, § 2º, V, d, 2, da Constituição, no primeiro ano da exigência do imposto na forma dada por esta Emenda, a redução de alíquota não poderá implicar definição de alíquota inferior à vigente em 1º de fevereiro de 2007;</p> <p>XII - pelo prazo de sete anos, contados da data da promulgação desta Emenda, lei complementar poderá definir mecanismo, montante e critérios de rateio, entre os Estados e em função das operações a eles destinadas, dos créditos dos bens alocados no ativo permanente</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>que concorram para a realização de operações com mercadorias mencionadas no art. 155, § 2º, X, b, da Constituição.</p> <p>§ 1º Em relação aos benefícios e incentivos fiscais e financeiros concedidos ou autorizados exclusivamente por norma estadual ou distrital:</p> <p>I - o disposto no inciso I do caput deste artigo somente se aplica àqueles constantes de publicação em diário oficial até 1º de fevereiro de 2007;</p> <p>II - os beneficiários deverão se habilitar em noventa dias após a promulgação desta Emenda, devendo em igual prazo os Estados e Distrito Federal republicar nos seus respectivos diários oficiais todos os atos concessórios, fazendo referência à data de sua publicação original;</p> <p>III - em sessenta dias da publicação prevista no inciso II deste parágrafo, os Estados e o Distrito Federal deverão efetuar o registro e o depósito da documentação comprobatória dos atos de concessão e de seus fundamentos legais, para arquivamento junto ao órgão colegiado previsto no art. 155, § 2º, XII, g;</p> <p>IV - verificada, pelo órgão colegiado previsto no art. 155, § 2º, XII, g, a manutenção indevida do incentivo ou benefício, deverá ser feita comunicação ao órgão previsto no art. 155, § 2º, XII, m, para instauração do respectivo processo administrativo;</p> <p>V - os benefícios e incentivos mencionados na alínea c do inciso I do caput deste artigo serão reduzidos, nos termos da lei complementar, em cinquenta por cento no último ano do prazo ali mencionado.</p> <p>§ 2º Os benefícios e incentivos a que se refere o § 1º, concedidos ou autorizados após 1º de fevereiro de 2007 e até a data de promulgação desta Emenda, ficam preservados em relação ao que já houver sido efetivamente aproveitado, cessando sua fruição ou quaisquer outros efeitos após a data da promulgação desta Emenda.</p> <p>§ 3º Os benefícios e incentivos desconstituídos judicialmente, entre 1º de fevereiro de 2006 e 1º de fevereiro de 2007, por desacordo com o art. 155, § 2º, XII, g, da Constituição, com a redação anterior às alterações promovidas por esta Emenda, ficam convalidados e mantidos pelos prazos e condições estabelecidos neste artigo, e as obrigações decorrentes dos efeitos retroativos da desconstituição judicial poderão ser remitidas por lei dos Estados ou do Distrito Federal.</p> <p>Art. 4º A lei complementar a que se refere o art. 155, § 2º, XII, estabelecerá um sistema de apuração e de ressarcimento das eventuais reduções da arrecadação dos Estados e do Distrito Federal do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição, decorrentes das alterações introduzidas por esta Emenda, definindo montante orçamentário, respectivas fontes e critérios de entrega de recursos, vedada retenção ou contingenciamento de valores por parte da União.</p> <p>Art. 5º Pelo prazo de vinte anos, o disposto na primeira parte do art. 155, § 2º, VII, caput, da Constituição, no que se refere aos Estados e ao Distrito Federal, será consubstanciado no adicional de um por cento, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, à entrega prevista no art. 159, I, a, da Constituição, garantida a destinação de, no mínimo, noventa e três por cento ao Distrito Federal e aos Estados incluídos nas regiões abrangidas pelo disposto no art. 159, I, c, da Constituição.</p> <p>§ 1º Enquanto a resolução de que trata o art. 155, § 2º, IV, da Constituição, não definir os critérios para distribuição dos recursos destinados aos fundos de desenvolvimentos estaduais, esses serão distribuídos na proporção dos respectivos coeficientes do Fundo de Participação dos Estados, da seguinte forma:</p> <p>I – noventa e dois por cento serão destinados a fundos de desenvolvimento estaduais, na proporção dos respectivos coeficientes</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>do Fundo de Participação dos Estados, da seguinte forma:</p> <p>a) oitenta e seis por cento aos Estados incluídos na região abrangida pelo disposto no art. 159, I, c, e ao Distrito Federal, devendo este aplicar 60% dos recursos recebidos nos demais municípios abrangidos pela Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE;</p> <p>b) sete por cento, aos Estados da Região Centro-Oeste;</p> <p>c) sete por cento, aos demais Estados, com prioridade de aplicação no Vale da Ribeira dos Estados do Paraná e de São Paulo, no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, no Oeste do Estado de Santa Catarina, na Metade Sul, no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e no Sudoeste do Estado do Paraná;</p> <p>II - oito por cento, conforme o disposto no art. 159, I, c, da Constituição.</p> <p>§ 2º A destinação de metade dos recursos prevista no caput iniciar-se-á noventa dias a partir da data da promulgação desta Emenda e a metade restante a partir do início da exigência do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição, com as alterações veiculadas por esta Emenda.</p> <p>Art. 6º Pelo prazo de cinco anos contados da data da promulgação desta Emenda, os Estados e o Distrito Federal poderão destinar recursos aos fundos de desenvolvimento estaduais previstos no art. 5º desta Emenda, até o limite de nove por cento da receita dos impostos previstos no art. 155, I, II e III, e das transferências de que tratam os incisos I, a, e II do art. 159.</p> <p>Art. 7º Os recursos dos fundos de desenvolvimento estaduais nos termos dos arts. 5º e 6º serão aplicados conforme normas estaduais e não sofrerão afetação de qualquer natureza.</p> <p>Parágrafo único. O disposto no caput não reduzirá a base de cálculo das transferências aos Municípios previstas nos arts. 159, § 3º e 158, III e IV, nem do pagamento das dívidas.</p> <p>Art. 8º Os adicionais criados pelos Estados e pelo Distrito Federal, nos termos do art. 82, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, até um ano após a data da promulgação desta Emenda terão vigência, no máximo, até o ano de 2014, naquilo em que estiverem em desacordo com o previsto nesta Emenda, na Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000, ou na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, com as alterações previstas por esta Emenda.</p> <p>Parágrafo único. Os adicionais a que se refere o caput serão fixados ou mantidos independentemente do limite máximo ou do adicional previstos no art. 155, § 2º, IV, a, e V, d, da Constituição, com as alterações previstas por esta Emenda.</p> <p>Art. 9º A partir da promulgação desta Emenda até o prazo de vinte anos contados do início da exigência do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição, com as alterações veiculadas por esta Emenda, o disposto na primeira parte do art. 155, § 2º, VII, caput, da Constituição, no que se refere aos Municípios, será consubstanciado no adicional de um por cento, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, à entrega prevista no art. 159, I, b, da Constituição.</p> <p>§ 1º Enquanto a resolução de que trata o art. 155, § 2º, IV, da Constituição, não definir os critérios para distribuição dos recursos destinados aos fundos de desenvolvimentos municipais, esses serão repassados em duas parcelas, uma a ser entregue em junho e a outra em dezembro, na proporção dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios.</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>§ 2º No ano da promulgação desta Emenda, a entrega de recursos de que trata este artigo alcançará retroativamente a arrecadação integral do semestre correspondente.</p> <p>Art. 10. Os Municípios poderão optar por sistema especial de pagamento dos precatórios e débitos judiciais, que vigorará pelo prazo de três anos contados da data da promulgação desta Emenda, destinando ao pagamento desses débitos, em cada exercício, dois por cento da receita corrente líquida apurada no exercício anterior, dela excluídos os valores das vinculações constitucionais.</p> <p>§ 1º Para os Municípios que optarem pelo sistema especial previsto no caput fica permitido o pagamento de precatórios e débitos judiciais de qualquer natureza de que trata o caput na modalidade de compensação com débitos inscritos em dívida ativa, implicando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário até atingir a ordem cronológica prevista no caput do art. 100 da Constituição, e na modalidade de renúncia do credor do precatório a, pelo menos, quarenta por cento do valor atualizado do crédito.</p> <p>§ 2º No pagamento efetuado segundo a opção referida neste artigo incluem-se os precatórios e débitos judiciais de qualquer natureza de exercícios anteriores ainda não quitados até a data estabelecida no caput, inclusive os abrangidos pelo art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p> <p>§ 3º A opção pelo sistema e o cumprimento da destinação de recursos previstos no caput deste artigo afasta transitoriamente a incidência dos arts. 34, VI, 36, II, 100, caput, §§ 1º, 1º-A, 2º, 4º e 5º da Constituição, bem como do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, inclusive quanto a sequestros financeiros já requisitados ou determinados até a data da promulgação desta Emenda.</p> <p>Art. 11. Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o inciso I do parágrafo único do art. 158 da Constituição permanecem aplicáveis os critérios de distribuição dos recursos referidos no dispositivo constitucional vigente até a data da promulgação desta Emenda.</p> <p>Parágrafo único. A transição para os novos critérios ocorrerá no prazo mínimo de oito anos, de tal sorte que nenhum Município sofra perdas em relação ao valor real das receitas a que fazia jus anteriormente.</p> <p>Art. 12. Pelo prazo de cinco anos contados a partir do nonagésimo dia após a promulgação desta Emenda, a participação e a compensação financeira a que se refere o art. 20, § 1º, da Constituição, relativamente aos outros recursos minerais ali mencionados, serão calculadas com base na receita bruta.</p> <p>Art. 13. Pelo prazo de vinte anos contados da data da promulgação desta Emenda, a lei complementar que estabelecer o sistema mencionado no art. 156-A, da Constituição, constituirá fundo para implementação do sistema integrado dos impostos, observando o seguinte:</p> <p>I - o ente tributante que absorver crédito gerado na contabilidade de imposto de titularidade de outro ente será compensado com repasse imediato de recursos provenientes da arrecadação do imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição;</p> <p>II - a União, após realizar o repasse mencionado no inciso I, efetuará, em idêntico montante, retenção das transferências constitucionais ou demais exigibilidades a que teria direito o ente tributante titular do imposto que deu causa ao crédito, inclusive de sua parcela nos recursos mencionados no inciso III;</p> <p>III - nos termos da lei complementar mencionada no caput, em harmonia com a lei complementar de que trata o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os Estados e Distrito Federal e Municípios receberão, para fins de aporte ao fundo, fração da receita líquida do imposto de que trata o art. 153, VIII, da Constituição, destinado a compensar em cinquenta por cento as receitas de</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>imposto de que seriam titulares se as operações de exportação, para o exterior, de bens e serviços, não estivessem protegidas pela não incidência;</p> <p>IV - parcela adicional do produto da arrecadação do imposto mencionado no art. 153, VIII, da Constituição, poderá ser utilizada para cobrir eventual déficit do fundo.</p> <p>§ 1º A lei complementar mencionada no caput definirá os termos, inicial e final, da aplicação do princípio enunciado no inciso VII do art. 156-A da Constituição, bem como a forma em que será operacionalizado.</p> <p>§ 2º A lei complementar mencionada no caput definirá a parcela dos recursos referidos no inciso III a serem destinados ao ressarcimento dos contribuintes exportadores que, após esgotadas as possibilidades do sistema integrado dos impostos previsto no art. 156-A, da Constituição, mantiverem créditos sem aproveitamento, hipótese em que o regulamento poderá, se for o caso, definir deságio ou desconto, em função do montante apartado nos termos deste parágrafo.</p> <p>§ 3º O imposto previsto no art. 156, III, não integrará o sistema mencionado no art. 156-A antes do quinto ano subsequente ao início de sua implementação.</p> <p>§ 4º Somente poderão compor o sistema integrado de impostos os créditos fiscais gerados a partir da vigência da lei complementar de que trata o caput.</p> <p>Art. 14. Pelo prazo de doze anos contados da data da promulgação desta Emenda, a vinculação de receita resultante de impostos da União, mencionada no caput do art. 212, da Constituição, não alcançará o produto de arrecadação do imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição.</p> <p>§ 1º Parcela do produto da arrecadação do imposto mencionado no seu final poderá ser afetada às finalidades descritas nos incisos I, III e IV do art. 13 desta Emenda.</p> <p>§ 2º Pelo prazo mencionado no caput, as finalidades financiadas com os recursos mencionados no inciso I, b, do art. 195 e nos arts. 239 e 240, da Constituição, poderão ser providas por parcela do produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, VIII, da Constituição, remanescente após as afetações especificadas no parágrafo anterior.</p> <p>Art. 15. O Senado Federal, em até cento e oitenta dias contados da data da promulgação desta Emenda, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei complementar sob o regime de urgência constitucional, instituindo políticas tributárias e de desenvolvimento industrial e agropecuário com horizonte até o ano de 2022, visando acelerar o crescimento da economia, de forma sustentável, e a redução das desigualdades regionais, observadas no mínimo as seguintes diretrizes:</p> <p>I - garantia de crescentes recursos orçamentários para investimento em infraestrutura nas regiões menos desenvolvidas;</p> <p>II - regionalização do Orçamento-Geral da União de investimentos e de programas de financiamento com juros e prazos diferenciados e favorecidos, com o objetivo de incentivar a produção e reduzir as desigualdades;</p> <p>III - dimensionamento do tamanho desejável do Estado e do custo da máquina pública;</p> <p>IV - plano estratégico de redução da carga tributária global, de sorte a não ultrapassar, a partir do ano de 2022, a proporção de trinta por cento do Produto Interno Bruto;</p> <p>V - preservação da função fiscalizatória da contribuição de que trata o art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>Transitórias, ou art. 195, V, da Constituição, com redação dada por esta Emenda, e sua utilização para substituir, parcial ou totalmente, a contribuição mencionada no art. 195, I, a, da Constituição;</p> <p>VI - aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental;</p> <p>VII - reembolso, aos turistas residentes no exterior, dos impostos e contribuições destacados nos documentos fiscais emitidos na aquisição de bens e serviços durante sua estada no território nacional.</p> <p>Parágrafo único. Lei complementar disciplinará a forma como o órgão de que trata o art. 52, § 2º, acompanhará o desempenho da carga tributária global e de cada tributo que a compõe, com o objetivo de assegurar sua redução progressiva, para isso podendo advertir o respectivo ente tributante e posteriormente recomendar e obter, do Senado, mediante Resolução, a redução forçada de alíquotas.</p> <p>Art. 16. A regulamentação e a implantação das medidas de que trata esta Emenda devem observar a restrição fundamental de não acarretar aumento da carga tributária, especialmente em relação ao imposto previsto no art. 153, VIII.</p> <p>Parágrafo único. Durante a implementação das medidas de que trata esta Emenda, eventual aumento de carga tributária será revertido tão logo quanto possível, mediante redução de alíquotas das contribuições previstas no art. 195, I, b, ou seu sucedâneo, o imposto de que trata o art. 153, VIII, ou ainda da alíquota máxima do imposto de que trata o art. 155, II, todos da Constituição, conforme a irregularidade se verifique, respectivamente, no âmbito da União ou dos Estados federados.</p> <p>Art. 17. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo máximo de um ano, instituirão Lei Orgânica da Administração Tributária, que disporá sobre as atividades de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos, desenvolvidas exclusivamente por servidor público, titular de cargo efetivo, organizado em carreiras.</p> <p>Art. 18. As alterações na redação dos incisos IV a IX e XI a XIII, do § 2º do art. 155, dos incisos I e IV do § 3º do art. 156, do art. 156-A da Constituição, produzirão efeitos a partir da vigência das leis complementares previstas no art. 155, § 2º, XII, no art. 156, § 3º, e no art. 156-A, caput, da Constituição, com a redação dada por esta Emenda, mantendo-se aplicáveis, até então, as redações vigentes até a data da promulgação desta Emenda.</p> <p>Parágrafo único. As leis complementares referidas no caput deverão ser apresentadas no prazo de cento e vinte dias, contados da promulgação desta Emenda.</p> <p>Art. 19. Ficam revogados:</p> <p>I - a alínea e do inciso XII do § 2º e os §§ 4º e 5º do art. 155, todos da Constituição, a partir da produção dos efeitos dos dispositivos a que se refere o art. 18;</p> <p>II – a alínea b do inciso I, o inciso IV e os §§ 12 e 13 do art. 195, após o início da exigência do imposto de que trata o art. 153, IX, todos da Constituição.</p>	
PEC 418/2005	Dispõe sobre a repartição das receitas que cabem aos municípios previstas no inciso IV, do art. 158, da Constituição Federal.	<p>Art.1.º - O parágrafo único do artigo 158, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Art. 158 –(Pertencem aos Municípios).....</p> <p>.....</p> <p>IV -</p>	CCP - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 263/2004]

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>Parágrafo único - As parcelas de receitas mencionadas no inciso IV (ICMS) serão creditadas mensalmente, tendo como referência o número de habitantes de cada município, conforme os seguintes critérios:</p> <p>a) mediante apuração da média per capita do montante da cota parte mensal que cabe aos municípios, dividido pelo número de habitantes do Estado.</p> <p>b) Para efeito de apuração dos valores que serão repassados às prefeituras mensalmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgará no mês de junho de cada ano os números da população de cada estado e de cada município, com validade de julho a junho do ano seguinte.</p> <p>Art. 2.º - Fica revogado o inciso I do artigo 161. (Definição de VAF)</p> <p>Art. 3.º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.</p>	
<p>PEC 293/2004</p>	<p>Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC nº 255/04, devendo os arts. 3º, 8º e 9º, serem renumerados para 3º, 4º e 5º; e os arts. 146, IV, 150, VI e, 153, § 4º, IV, 158, parágrafo único, I, II, 171-A e parágrafo único, 203, parágrafo único e 216, § 3º, constantes do art. 1º, e os arts., 4º, 5º, 7º, renumerados para 2º, 3º e 4º). Explicação: Proposta chamada de "Minirreforma ou Reforma Tributária".</p>	<p>Art. 1º Os artigos da Constituição a seguir enumerados passam a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>"Art. 146 IV - estabelecer limites e mecanismos de aferição e controle da carga tributária nacional, que deverão considerar, dentre outros, a receita tributária dos entes federados, o Produto Interno Bruto e a dívida pública, de forma a propiciar carga tributária compatível com o desenvolvimento econômico e social, bem como assegurar que a melhoria dos indicadores referidos resultem também em benefícios para a sociedade.(NR)</p> <p>"Art. 150 VI e) importação de obras de arte de artistas brasileiros, ainda que produzidas no exterior, e de artistas estrangeiros que versem sobre temas brasileiros.(NR)</p> <p>"Art.153 § 4º IV - não incidirá sobre as florestas e demais formas de vegetação natural consideradas de preservação permanente, as áreas cobertas por florestas nativas, primitivas ou regeneradas, as comprovadamente imprestáveis para quaisquer explorações agrícolas, pecuárias, granjeiras, aquícolas ou florestais, bem como aquelas sob restrição normativa de caráter ambiental. "(NR)</p> <p>"Art.158.....</p> <p>Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:</p> <p>I- três quartos, conforme lei complementar;</p>	<p>PEC22804 - Aguardando Parecer - Ag. devolução Relator não-membro</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>II - um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal." (NR)</p> <p>"Art. 171-A. A lei poderá definir práticas de comércio exterior danosas à economia nacional e autorizar a cobrança de direitos compensatórios e a imposição de limitações e sanções que visem a neutralizá-las ou coibi-las.</p> <p>Parágrafo único. A cobrança de direitos compensatórios e a imposição de limitações e sanções poderão alcançar as práticas ocorridas a partir da data da publicação do ato que indicar o início do processo de sua apuração."</p> <p>"Art. 203</p> <p>Parágrafo único. A União instituirá programa de renda mínima destinado a assegurar a subsistência das pessoas e das famílias, priorizando-se inicialmente as de baixa renda, podendo ser financiado e realizado por meio de convênio com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na forma da lei." (NR)</p> <p>"Art. 216</p> <p>§ 3^o A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais, bem como para a importação de obras de arte de artistas estrangeiros.</p> <p>....." (NR)</p> <p>Art. 2^o Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o inciso 1 do parágrafo único do art. 158 da Constituição, permanecem aplicáveis os critérios de distribuição dos recursos referidos no dispositivo constitucional vigente até a data da promulgação desta Emenda.</p> <p>Parágrafo único. A transição para os novos critérios ocorrerá no prazo mínimo de seis anos, de tal sorte que nenhum Município sofra perdas em relação ao valor das receitas a que fazia jus anteriormente.</p> <p>Art. 3^o No primeiro ano de vigência do imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição, na forma dada por esta Emenda, o Senado Federal, observado o disposto no art. 52, XV, da Constituição, proporá revisão do Sistema Tributário Nacional, para vigência em 2007, especialmente:</p> <p>I - alteração dos impostos e contribuições previstos nos arts. 153, IV, 155, li, 156, III, 195, 1, b, 212, § 5^o, 239 e 240, da Constituição, visando à simplificação e racionalização de suas cobranças e às suas transformações em tributos, sempre que possível, consolidados e Incidentes sobre o valor adicionado;</p> <p>II - estabelecimento de novo sistema de partilha federativa dos tributos, levando em conta, especialmente, as alterações referidas no inciso I.</p> <p>Parágrafo único. A revisão prevista no caput deverá levar em consideração o disposto no art. 92 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."</p> <p>Art. 4^o O Senado Federal, em até cento e vinte dias contados da data da promulgação desta Emenda, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei complementar, sob o regime de urgência constitucional, instituindo política de desenvolvimento industrial com vistas a reduzir as desigualdades regionais, observadas, no mínimo, as seguintes diretrizes:</p> <p>I – garantia de crescente recursos orçamentários para investimento em infra-instrutura nas regiões menos desenvolvidas;</p> <p>II – regionalização do Orçamento-Geral da União de investimentos;</p> <p>III – concessão de financiamentos com juros e prazos diferenciados e favorecidos, com a finalidade de incentivar a produção.</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
PEC 263/2004	Altera a redação do art.158 da Constituição Federal. Explicação: Estabelece como critério de repartição do ICMS para os Municípios a quantidade de presos e o número de habitante do Município.	Art. 1º O art. 158 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º: "Art. 158. § 1º As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios: I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios; II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal. § 2º As leis a que se refere o inciso II do § 1º poderão prever que os recursos mencionados neste inciso serão creditados na proporção do número de habitantes do Município e do número de presos em penitenciárias e casas de detenção em funcionamento em cada Município." Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.	MESA - Aguardando criação de Comissão Temporária
PEC 255/2004	Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Explicação: Dispõe sobre a tributação do ICMS que terá alíquotas uniformes em todo o Território Nacional, em número máximo de cinco, cobradas no Estado de origem, aprovadas por Resolução do Senado Federal, dentre outras modificações. Inclui a Emenda à Constituição nº 42, de 2003 - Reforma Tributária. (Texto desmembrado da PEC nº 228, de 2004, na Câmara, por sua vez oriunda do desmembramento da PEC nº 74, de 2003, no Senado (PEC 74-A / 03 - SF) correspondente à PEC nº 41/03, na Câmara.	OBS: Esta PEC trata de mais uma proposta de reforma tributária abrangente, cuja relatoria coube ao ex-Deputado Virgílio Guimarães.	MESA - Desmembrada
PEC 104/2003	Altera o art. 159 da Constituição Federal. Explicação: Aumenta para 50% o valor a ser repassado pela União do produto arrecadado com Imposto de Renda e IPI,	Art. 1º O inciso I do art. 159, da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 159..... I – do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, cinquenta por cento na seguinte forma: c) quatro por cento da aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-	CCJC - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 470/2001]

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	sendo 4% (quatro por cento) aplicado nos Fundos Constitucionais, permite o remanejamento de uma Região para outra.	Oeste , através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, podendo, de acordo com as demandas regionais e as disponibilidades financeiras, ser remanejado de uma região para outra, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer.	
PEC 470/2001 (SF) PEC 20/2001	Altera o inciso I do art. 159, e sua alínea 'c', da CF, para definir novo percentual de participação no produto da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, destinada aos programas de financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Aumenta para 4% o percentual de distribuição da receita tributária da União a ser aplicado em programas de financiamento do setor produtivo, distribuindo-se o aumento em nove décimos por cento para a região norte e região nordeste, e dois décimos para o centro-oeste.	Art. 1º O inciso I do art. 159, da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 159..... I – do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, cinquenta por cento na seguinte forma: c) quatro por cento, para aplicação em programas em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste , através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, distribuindo-se nove décimos por cento para o Norte, nove décimos por cento para o Centro Oeste e dois inteiros e dois décimos por cento para o Nordeste , ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região , na forma que a lei estabelecer. (NR)	CCJC - Aguardando Designação de Relator
PEC 338/2001	Revoga a alínea "b" do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.	Artigo único. Fica revogada a alínea b do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal. Extingue a imunidade tributária sobre a energia elétrica e o petróleo e seus derivados nas operações interestaduais	SERCO(SGM) - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 234/1995]
PEC 139/1999	Acresce inciso VIII e § 6º ao art. 153, criando imposto progressivo sobre heranças e doações de competência da União.	OBS: Retira dos Estados e do Distrito Federal a competência de instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doações e cria o imposto progressivo sobre heranças e doações de competência da União	SERCO(SGM) - Aguardando Constituição de Comissão Temporária
PEC 8/1999	Institui Imposto Seletivo Sobre Hidrocarbonetos em Estado Natural, Derivados de Petróleo, Combustíveis e Óleos Lubrificantes.	OBS: Estabelece a criação na União dos Impostos Seletivos sobre Hidrocarbonetos em Estado Natural, Derivados de Petróleo, Combustíveis e Óleos Lubrificantes, que incidirá uma única vez na cadeia produtiva.	PLEN - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 110/1992]
PEC 559/1997	Modifica o inciso IV, do art. 158; o inciso I e a alínea "b", do art. 159, da Constituição Federal.	OBS: Aumenta para trinta e cinco por cento a participação dos Municípios no produto da arrecadação do ICMS, estabelecendo ainda que a União entregará trinta e cinco inteiros e cinco décimos por cento do produto da arrecadação do IR e do IPI ao FPM.	PLEN - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 110/1992]
PEC 195/1995	Altera o Sistema Tributário Nacional Explicação: Altera o	Reforma abrangente do Sistema Tributária Nacional.	PLEN - Tramitando em Conjunto [Proposição principal:

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	§ 3º do art. 61; e arts.145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156 e 157 da Constituição Federal de 1988.		PEC 110/1992]
PEC 145/1995	Altera dispositivos da Constituição Federal.. Altera o art. 153, 155 e 167 da Constituição Federal de 1988.	OBS: Compete à União a criação de impostos sobre produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de combustíveis líquidos.	PLEN - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 81/1995]
PEC 124/1995	Altera o Sistema Tributário Nacional (Suprime a alínea "c" do inciso III do art. 146 e o § 5º do art. 150, dá nova redação aos arts. 148, 149, 150, § 1º, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, inciso I, e 195, inciso I, acrescenta parágrafo ao art. 195, da Constituição Federal) e dá outras providências.	Reforma abrangente do Sistema Tributária Nacional.	PLEN - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 110/1992]
PEC 81/1995	Cria o Imposto sobre Distribuição de Combustíveis Líquidos e Gasosos, de competência da União e dá outras providências.	OBS: Determina que o produto da arrecadação do Imposto sobre Distribuição de Combustíveis Líquidos e Gasosos, de competência da União, seja destinado a conservação, restauração, eliminação de pontos críticos e adequação de capacidade de rodovias.	PLEN - Pronta para Pauta
PEC 47/1995	Altera dispositivos da Constituição Federal relativos ao Sistema Tributário Nacional.	A PEC propõe alteração de diversos dispositivos do Sistema Tributário Brasileiro, reduzindo o número de tributos.	PLEN - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 110/1992]
PEC 46/1995	Modifica o Sistema Tributário Nacional, o financiamento da Seguridade Social, estabelece normas de transição e dá outras providências (Capítulo I, do Título VI, art. 195 e outros dispositivos correlatos, da Constituição Federal).	OBS: Cria imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira; imposto sobre produção, circulação, distribuição ou consumo de bebidas, veículos, energia, tabaco, petróleo e combustíveis, inclusive derivados daquele e destes, sobre serviços de telecomunicações, bem assim, desde que definidos em lei complementar, sobre outros bens ou sobre outros serviços; imposto sobre comércio exterior; imposto sobre a renda e imposto sobre a propriedade imobiliária.	PLEN - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 110/1992]
PEC 38/1995	Altera o art. 167 da Constituição Federal, para criar o Fundo Rodoviário Nacional.	OBS: Estabelece que a União aplicará, anualmente, nunca menos de três por cento da receita resultante de impostos, no Fundo Rodoviário Nacional (já extinto), que terá por objetivo financiar a construção e restauração de rodovias federais.	PLEN - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PEC 110/1992]

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
PEC 110/1992	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Mais uma tentativa de reforma tributária abrangente, sob a relatoria do ex-deputado Mussa Demes, que acabou não prosperando por falta de apoio do Poder Executivo à época..	PLEN - Pronta para Pauta
PEC 17/1991	Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional. Altera os arts. 145 e 150 da Constituição Federal de 1988; criando o imposto único.	O Sistema Tributário passa a ter os seguintes impostos: I - imposto sobre transações financeiras; II - imposto sobre comércio exterior; III - imposto sobre propriedade territorial rural. A União é responsável por sua arrecadação, com imediata transferência das parcelas correspondentes a estados" Distrito Federal, municípios e fundos de participações, nos termos de lei complementar.	PLEN - Pronta para Pauta

1.2. Outras Proposições (Infra Constitucionais) na Câmara dos Deputados

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
PLP 37/2015	"Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014."	O PLP nº 37-A, de 2015, na Câmara dos Deputados, ainda em apreciação no Senado, dando prazo de trinta dias da data de manifestação do devedor, para o Ministério da Fazenda promover os aditivos contratuais em conformidade com o disposto na Lei nº 148, de 2014.	PLEN - Pronta para Pauta
PLP 15/2015	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.	Prevê a realização prévia de estudo de impacto financeiro de renúncia de receita da União em decorrência de desoneração de tributos compartilhados com Estados e Municípios e compensação financeira na hipótese de prejuízo dos entes federados.	PLEN - Pronta para Pauta
PL 7513/2014	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.	O PL manda compensar a renúncia tributária referente ao Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI e ao Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer Natureza-IRPF sobre as transferências para os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios e dá outras providências.	CFT - Aguardando Parecer
PLP 440/2014	Altera a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990.	Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios.	MESA - Aguardando Deliberação de Recurso
PLP 411/2014	Institui o Programa de Renegociação das Dívidas de Estados e Municípios com a União, vinculados ao atingimento de metas sociais nas áreas de educação, saúde e segurança; e dá outras providências.	Autoriza a União a firmar Programas de Acompanhamento Fiscal, sob a gestão do Ministério da Fazenda, com os Municípios das Capitais e com os Estados que não estão obrigados a manter Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal nos termos do § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.	CFT - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PL 3558/2004]
PLP 385/2014	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Trata de mudanças na cobrança do ISS dos seguintes setores: 1. Construção civil: possibilitar a cobrança sobre o valor total da obra, sem a dedução de materiais. Neste ponto, a construção civil entende que deve ser deduzido os materiais, enquanto os fiscos municipais entendem que a aplicação da legislação não permite a referida dedução. Só para se ter uma ideia, segundo as pesquisas da Confederação Nacional de Municípios, se essa atividade tivesse o recolhimento do ISS na forma devida, representaria um acréscimo de R\$ 5 bilhões ao ano para os Municípios. 2. Atividades das Administradoras de cartão de crédito e débito: possibilitar o recolhimento onde está domiciliado o tomador de serviços, o que trará uma justiça fiscal na exigência do tributo desta atividade. Nesse caso, tomador é o lojista, o restaurante, o posto, dentre outros. Se essa atividade fosse recolhida nesses moldes, representaria um ganho médio de R\$ 2 bilhões ao ano para os Municípios (dados constantes do estudo da CNM).	CFT - Aguardando Parecer

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		3. Leasing – arrendamento mercantil: a proposta é alterar o local de recolhimento para o tomador de serviço. Essa medida promoverá a justiça fiscal e poderá representar um ganho médio de R\$ 4 bilhões ao ano aos cofres locais (informações do estudo da CNM). A medida se faz de extrema importância, devido aos diversos processos judiciais que debateram onde é o lugar devido de recolhimento desta operação.	
PLP 6498/2013	Estabelece encontro de contas entre os entes federados no tocante aos créditos recíprocos.	Os créditos dos Estados e Municípios junto à União, uma vez consolidados e/ou transitados em julgado poderão ser utilizados para quitação de parcelas de dívida renegociada com a União nos termos da Lei n.º 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória n.º 2185-35, de 24 de agosto de 2001.	CME - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PL 1117/2007]
PLP 366/2013 PLS 386/2012	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa); e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências.	A matéria tem por objetivos prevenir e reprimir a “guerra fiscal” e atualizar e ampliar a Lista de Serviços tributáveis pelo ISS. Para alcançar seus objetivos, o PLP nº 366, de 2013, é constituído por sete artigos, sendo que: (i) os art. 1º a 3º alteram a Lei Complementar (LCP) nº 116, de 2003 (Lei do ISS); (ii) o art. 4º altera a Lei nº 8.429, de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências (Lei de Improbidade Administrativa); (iii) o art. 5º altera o art. 3º da LCP nº 63, de 1990, com a finalidade de corrigir a distorção cometida quando determinada empresa, que vende mercadorias em filiais distribuídas por vários Municípios, emite nota fiscal apenas pelo estabelecimento onde se localiza o seu centro de distribuição. No caso atual, o valor adicionado é computado apenas para o Município onde está localizado o centro de distribuição da referida empresa, sem que isso gere qualquer benefício aos Municípios onde são efetivamente comercializadas as mercadorias. (iv) o art. 6º fixa prazo de um ano para os entes federados se adequarem às novas regras; (v) o art. 7º veicula a cláusula de vigência.	PL241207 - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PL 2412/2007]
PLP 358/2013	Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para refinar os critérios de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios conforme estabelecidos no art. 159 da Constituição Federal.	A norma aumenta os coeficientes do FPM e muda a distribuição dos recursos por Estado.	PL241207 - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PL 2412/2007]
PLP 312/2013	Altera a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que "dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos	Disciplina o rateio do valor adicionado gerado pela atividade econômica da indústria sucroalcooleira para fins de cálculo da cota-parte do ICMS destinada aos Municípios.	CFT - Aguardando Designação de Relator

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	Municípios, e dá outras providências".		
PLP 293/2013	Altera a Lei Complementar nº 62, de 1989.	Estabelece novos critérios para distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE	CFT - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PL 3558/2004]
PLP 284/2013	Altera o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966)	Eleva o fator representativo do Fundo de Participação dos Municípios destinado aos pequenos Municípios.	CFT - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PL 3558/2004]
PLP 250/2013	Regulamenta o art. 14 da Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.	Estabelece na LRF que não será admitida a concessão de incentivos fiscais de impostos compartilhados.	CFT - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PL 3558/2004]
PLP 240/2013	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal..	Estabelecer também regras relativas à renúncia de receitas compartilhadas	CFT - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PL 3558/2004]
PL 3779/2012	Institui o Programa Nacional de Financiamento de Projetos de Infraestrutura (PRONFIPI) como fonte de recursos para financiamento de obras de infraestrutura para os Estados.	Institui o Programa Nacional de Financiamento de Projetos de Infraestrutura (PRONFIPI) como fonte de recursos para financiamento de obras de infraestrutura para os Estados participantes de Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados com base na regularidade no pagamento da dívida dos Estados com a União.	CFT - Aguardando Parecer
PL 3753/2012	Estabelece alterações nas condições fixadas para o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária dos Municípios.	Estabelece alterações nas condições fixadas para o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios, relacionada com a MP nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001	CFT - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PL 3558/2004]
PL 3548/2012	Atualiza e ajusta as condições estabelecidas pela Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.	Atualiza as condições relativas aos Programas de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e de Incentivo à Redução do Setor Público na Atividade Bancária.	CFT - Aguardando Designação de Relator
PL 3467/2012	Altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que "Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal"	Estabelece que os contratos de refinanciamento serão pagos em até 480 prestações mensais com juros de 3% (três por cento), a partir de 2012 e serão atualizados com base no IPCA e fixa em 11% (onze por cento) o limite máximo de comprometimento da Receita Líquida Real.	PLEN - Pronta para Pauta

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
PLP 233/2012	Estabelece critérios para a aplicação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios nas condições que especifica.	A norma estabelece que os Municípios que sofreram redução do coeficiente individual de participação do Fundo de Participação dos Municípios em decorrência da aplicação dos dados do censo populacional apurado em 2010 continuarão a ter os recursos de transferência calculados segundo os coeficientes anteriores ao censo, sendo a diferença reduzida gradativamente de acordo com os critérios desta lei complementar.	PLEN - Pronta para Pauta
PLP 214/2012	Altera as Leis Complementares nºs 62, de 1989 e 63, de 1990.	Dispõe sobre a compensação financeira da União aos Estados e aos Municípios pelas desonerações fiscais dos Impostos sobre a renda e Proventos de qualquer natureza e sobre Produtos Industrializados e sobre a compensação financeira dos Estados aos Municípios de seus respectivos territórios pelas desonerações fiscais do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	PLEN - Pronta para Pauta
PLP 170/2012	Altera a Lei complementar nº 101, de 2000.	Estabelece compensação, pela União, aos demais entes federativos, em razão de renúncias de receitas do Imposto de Renda e do IPI. OBS: esta matéria está sendo tratada em outras proposições	PLEN - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 61/1991]
PL 1129/2011	Autoriza a União a consolidar as dívidas dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios renegociadas através das Leis nº 8.727, de 1993, e nº 9.496, de 1997, e dá outras providências.	Reduz de 13% para 5% (cinco por cento) o comprometimento das receitas correntes líquidas para amortização da dívida dos entes da Federação. (A nosso ver a matéria fere a LRF)	PLEN - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 61/1991]
PL 407/2011	Acrescenta parágrafo ao art. 11 da Lei nº 6.830, de 1980.	Proíbe a penhora de depósitos bancários à vista, quando da cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias.	CCJC - Pronta para Pauta
PLP 84/2011	Altera o CTN (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), a Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que "dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios", e a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, que "dispõe sobre a Lei Orgânica do TCU".	Este Projeto estabelece que o rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) reflita de fato a realidade do tamanho das populações dos Municípios brasileiros, de modo que veda o uso de estimativas na determinação dos coeficientes individuais de participação do FPM.	CCJC - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 135/1996]
PLP 82/2011	Altera a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que "dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação do ICMS aos Municípios.	Esta proposição traz muitas alterações nos critérios de distribuição do ICMS para os Municípios. Além do valor adicionado, sugere considerar fatores ambientais, populacionais, geração, transmissão e distribuição de energia, entre outros.	CCJC - Aguardando Parecer

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
PLP 605/2010	Dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios que apresentaram redução do coeficiente a partir do Censo de 2010.	A proposição manda que os coeficientes individuais do FPM dos entes que apresentarem redução destes em decorrência dos dados populacionais apurados no Censo de 2010 serão calculados, no período de 2011 a 2020, observando-se a incidência de redutor progressivo que estabelece para cada ano sobre os decréscimos resultantes.	PLEN - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 141/2007]
PLP 589/2010 (DO Poder Executivo)	Altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, estabelecendo sistemática de equalização para entrega de valores ao FPM.. OBS: parece-nos importante examinar esta proposição na Comissão Especial que examina o Pacto Federativo	Art. 1º A Lei Complementar no 62, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo: “ Art. 6º -A. A União poderá adotar sistemática de equalização para entrega de valores ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM, nos termos de regulamento, observado o seguinte: I - a equalização será feita mediante antecipação da entrega de valores, quando for verificada redução do montante nominal entregue ao Fundo, apurada pelo valor correspondente à variação nominal negativa acumulada no ano em relação aos valores a ele transferidos nos mesmos meses do ano imediatamente anterior; II - a equalização de recursos será mensal e executada à conta da dotação orçamentária do FPM; III - a apuração da primeira variação de que trata o inciso I, em cada exercício, dar-se-á em relação aos montantes entregues ao FPM no período de janeiro a abril de cada ano; IV - o crédito mensal do valor relativo à equalização será efetuado, em parcela única, até o vigésimo dia do mês subsequente ao período objeto da apuração; V - os valores entregues a título de equalização nos termos deste artigo serão compensados na base de cálculo do FPM, quando houver variação nominal positiva no cálculo de apuração realizados nos termos do inciso I; VI - a compensação de valores de que trata o inciso V será efetuada em tantas parcelas quantas forem necessárias para a equalização de todo o montante antecipado, mesmo que em exercícios supervenientes ao da antecipação, não podendo ultrapassar dois por cento do montante entregue ao FPM na respectiva parcela.” (NR).	CCJC - Aguardando Parecer
PL 5081/2009	Altera a Lei nº 9.703, de 1998 e revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 1.569, de 1977 e 2.163, de 1984. PROJETO DO 2º PACTO REPUBLICANO.	Dispõe sobre a instituição de mecanismos de cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa da União, das autarquias e das fundações públicas federais, mediante a regulamentação da prestação de garantias extrajudiciais, da oferta de bens imóveis em pagamento, do parcelamento e pagamento à vista de dívida de pequeno valor, da previsão da redução do encargo legal previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969.	PLEN - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 141/2007]
PL 5080/2009	Altera as Leis nºs 5.010, de 1966; 6.830, de 1980 e 8.212, de 1991.	Esta proposição de autoria do Poder Executivo dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública na União, nos Estados e Distrito Federal e nos Municípios. Altera a Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830, de 1980)	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 2.412, de 2007, que

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		OBS: Esta matéria pode ser, a nosso ver, do interesse dos Governadores e dos Prefeitos Municipais.	dispõe sobre a execução administrativa da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas respectivas autarquias e fundações públicas.
PLP 524/2009	Acrescente § 4º ao art. 14 e § 5º ao art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.	Determina que quando a União realizar renúncia de receita do IPI e do Imposto de Renda, produzindo redução na arrecadação tributária, deverá acrescer aos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios os valores equivalentes à renúncia concedida. Exclui a restrição aos Municípios que ultrapassarem os limites de gastos com pessoal em virtude do impacto na receita corrente líquida	CCJC - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 106/2000]
PLP 485/2009	Altera as Leis Complementares nº 62, de 1989 e 63, de 1990, para regulamentar as compensações financeiras decorrentes de desonerações do Imposto sobre a Renda, IPI e ICMS.	Dispõe sobre compensações financeiras aos Estados e aos Municípios pelas desonerações fiscais concedidas pela União ou pelos Estados nos casos especificados. (OBS: Como se vê há várias proposições que estão tratando deste tema)	CFT - Aguardando Parecer
PLP 463/2009	Cria o Fundo Nacional de Compensação Tributária aos Estados, Distrito Federal e Municípios.	Fica criado o Fundo Nacional de Compensação Tributária (FUNCOT), destinado a reparar as perdas dos Estados, Distrito Federal e Municípios em decorrência da desoneração fiscal do Imposto sobre Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	CFT - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 463/2009]
PLP 286/2008	Altera os critérios de cálculo dos coeficientes de participação do Fundo de Participação dos Municípios. Explicação: Altera a Lei nº 5.172, de 1966, para contar em dobro a população rural para efeito do cálculo das quotas do FPM - Fundo de Participação dos Municípios.	Esta lei complementar altera os critérios de cálculo dos coeficientes de participação do Fundo de Participação dos Municípios, estabelecendo que a parcela da população de cada Município que reside na zona rural contará em dobro para efeito do disposto na Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 91, § 1.º, alínea “a”, e §2.º.	CFT - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 463/2009]
PL 1453/2007	Altera as Leis nºs 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, que regulamentam a compensação financeira pela exploração de recursos minerais, e cria uma	A compensação financeira pela exploração de recursos minerais , para fins de aproveitamento econômico, será de até 6% sobre o valor da produção. Para efeito do cálculo de compensação financeira de que trata o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, entende-se por valor da produção o valor, na mina, do produto da lavra. O percentual da compensação, será de: I - minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio: 6%	CFT - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 463/2009] (OBS: Não há qualquer relação entre o PL nº 1453, de 2007, e o PLP nº 463, de 2009)

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	participação especial para o setor mineral.	II - ferro, fertilizante, carvão e demais substâncias minerais: 4% III - pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonados e metais nobres: 0,4% e IV - ouro: 2%, quando extraído por empresas mineradoras, isentos os garimpeiros.	
PLP 116/2007	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.	A proposição desonera do Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana - IPTU, os imóveis públicos (terrenos de marinha e acrescidos), ainda que ocupados ou possuídos por particulares	CFT - Aguardando Parecer
PL 6128/2005	Dá nova redação aos arts. 2º, parágrafo único, art. 3º, caput, incisos I e II, art. 4º, art. 5º, art. 6º item IX da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.	A Matéria, a nosso ver, fere a LRF ao mudar os critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.	CCJC - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 106/2000]
PL 3558/2004	Autoriza a União a consolidar as dívidas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios renegociadas através das Leis nº 8.727, de 1993, e nº 9.496, de 1997, e dá outras providências..	A proposição reduz de 13% para 5% o comprometimento das receitas correntes líquidas para amortização da dívida dos entes da Federação. (Matéria fere a LRF, além do que desconsidera os contratos firmados entre a União e os Entes Federados Subnacionais)	CFT - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 463/2009]
PL 5879/2001 PLS 676/1999	Altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais.	A proposição manda aplicar o índice de preços ao consumidor ampliado - IPCA do IBGE, desde que se faça a celebração dos aditivos contratuais, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais a que se refere a Lei nº 9.496, de 1997. OBS.: A Matéria fere a LRF, além do que o tema já foi regulado por meio da Lei nº 148, de 25 de novembro de 2014.	CFT - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 463/2009]
PLP 241/2001	Modifica o § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que "estabelece os critérios e	Estabelece que o cálculo do valor adicionado do ICMS seja computado somente de 50% (cinquenta por cento) do valor das operações isentas, visando um equilíbrio na divisão da receita tributária.	CFT - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 463/2009]

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências..		
PLP 224/2001	Dá nova redação ao § 1º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios	Inclui os Municípios enquadrados no coeficiente individual de participação de 3,6 (três inteiros e seis décimos) e integrantes de Região Metropolitana na Reserva do FPM, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 3º do Decreto-Lei nº 1.881, de 1981.	CFT - Aguardando Designação de Relator
PLP 106/2000	Dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios(FPM).	O número de habitantes utilizado no cálculo dos coeficientes individuais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM de que trata o art. 91, § 2º, da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1996, com a redação estabelecida pelo Ato Complementar n.º 35, de 28 de fevereiro de 1967, e nos termos do art. 1º do Decreto-Lei n.º 1.881, de 27 de agosto de 1981, <u>será revisto, a cada 10 (dez) anos, tomando por base o recenseamento demográfico realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.</u> O número de habitantes de cada Município, utilizado no cálculo dos coeficientes individuais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM de que trata o art. 91, § 2º, da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1996, com a redação estabelecida pelo Ato Complementar n.º 35, de 28 de fevereiro de 1967, e nos termos do art. 1º do Decreto-Lei n.º 1.881, de 27 de agosto de 1981, será revisto a partir do ano seguinte ao da publicação oficial da contagem a que se refere o caput deste artigo, sendo mantido até o ano da publicação oficial dos resultados demográficos do novo censo.	CFT - Aguardando Parecer
PLP 88/1999	Regula o art. 165, § 9º, da Constituição Federal, estatui normas gerais para elaboração e organização dos planos, orçamentos e demonstrações contábeis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.	Trata de proposição complementar que substitui a Lei nº 4.320, de 1964.	CFT - Aguardando Parecer
PLP 135/1996	Regulamenta o art. 165, § 9º da Constituição Federal de	Trata de outra proposição complementar que substitui a Lei nº 4.320, de 1964.	CCJC - Tramitando em Conjunto [Proposição principal:

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	1988.		PLP 106/2000]
PL 38/1995 PLS 93/1994	Dá nova redação aos arts. 1º e 7º da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e prorroga o prazo previsto em seu art. 15..	Prorroga para 30 de junho de 1995 o prazo para Estados, DF, Municípios, bem como as suas autarquias, fundações públicas e empresas, realizarem o refinanciamento de dívidas internas para com a União.	CDEIC - Aguardando Parecer
PLP 38/1995	Modifica dispositivos da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990. Explicação: Exclui do cálculo do valor adicionado as operações imunes do imposto, a saber: a exportação de produtos industrializados, a destinação a outros estados de petróleo e energia elétrica, e a saída de livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão, valor este que serve de suporte para a determinação do índice a ser aplicado na distribuição de três quartos das receitas do ICMS devidas aos municípios.	São excluídas do cálculo do valor adicionado as operações imunes do imposto, a saber: a exportação de produtos industrializados, a destinação a outros estados de petróleo e energia elétrica, e a saída de livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão, valor este que serve de suporte para a determinação do índice a ser aplicado na distribuição de três quartos das receitas do ICMS devidas aos Municípios.	CDEIC - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 366/2013]
PLP 25/1995	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990.	Define, no que diz respeito a repartição das receitas provenientes do ICMS, que o valor das mercadorias é o total da operação correspondente a todos os débitos atribuídos ao seu destinatário, dispondo que o imposto incidente na operação será adicionado ao Município onde ocorrer o fato gerador, mesmo que seu pagamento seja antecipado, suspenso, diferido ou alterado por qualquer forma.	CFT - Aguardando Designação de Relator
PLP 98/1992 PLS 171/1989	Regulamenta o disposto no art. 161 da Constituição Federal Constituição Federal de 1988.	Define, nos termos do inciso I do art. 161 da Constituição Federal, o valor adicionado para fins de cálculo da participação dos Municípios na receita do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	CFT - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 312/2013]
PLP 61/1991	Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990.	Altera a Lei Complementar que regulamenta a alínea "b" do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal de 1988, para dispor que no cálculo do valor adicionado seja computado apenas cinquenta por cento das operações imunes.	CFT - Tramitando em Conjunto [Proposição principal: PLP 463/2009]
PLP 276/1990	Regulamenta o art. 161, inciso III da Constituição	Dispõe, nos termos do art. 161, inciso III da Constituição Federal, sobre o acompanhamento, pelos beneficiários, do cálculo das	MESA - Aguardando Apreciação pelo Senado

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	Federal.	quotas e da liberação das participações tributárias.	Federal

2 - Matérias em tramitação no Senado

2.1. Propostas de Emenda à Constituição

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
PEC 1 de 2015	Altera o inciso III da letra "d" do art. 159 da Constituição Federal e suprime o § 4º do mesmo artigo, para destinar, de forma mais coerente e equânime, recursos oriundos do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) para estados e municípios.	Destina: 1/3 da CIDE Combustíveis para os Estados e outro 1/3 para os Municípios.	Tramitando: Sim 05/02/2015 - CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 19 horas. Matéria aguardando distribuição.
PEC 41 de 2014	Fixa as alíquotas do ICMS nas operações e prestações interestaduais, institui compensação financeira para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cria o Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR.	Fixa as alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações e prestações interestaduais, institui compensação financeira para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cria o Fundo de Desenvolvimento Regional - FDR, com a finalidade de financiar a execução de projetos de investimento com potencial efeito multiplicador sobre a região e dinamização da atividade econômica local, altera o inciso IV e revoga o inciso V do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.	Tramitando: Sim 10/03/2015 - CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição.
PEC 12 de 2013 (?????)	Altera o art. 159 da Constituição Federal para incluir o produto da arrecadação das contribuições sociais que especifica no compartilhamento com Estados e Municípios e alterar os percentuais dos repasses.	Art. 1º. O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 159..... I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados trinta inteiros e cinco décimos por cento na seguinte forma: a) Treze por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; b) Treze inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios; IV – do produto da arrecadação da contribuição para o financiamento da seguridade social e da contribuição social sobre o	Tramitando: Sim 10/03/2015 - CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição.

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>lucro líquido vinte e seis inteiros e cinco décimos por cento na seguinte forma:</p> <p>a) Treze por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;</p> <p>b) Treze inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.</p> <p>.....</p> <p>§ 5º os percentuais previstos nos incisos I e IV do caput serão acrescidos de dois pontos percentuais, ao ano, durante cinco anos consecutivos, até alcançarem, no inciso I, quarenta inteiros e cinco décimos por cento e, no inciso IV, trinta e seis e cinco décimos por cento.</p> <p>§ 6º os percentuais previstos nas alíneas “a” e “b” dos incisos I e IV, ambos do caput, serão acrescidos de um ponto percentual, ao ano, durante cinco anos consecutivos, até alcançarem os seguintes valores:</p> <p>c) Dezoito por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;</p> <p>a) Dezoito inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios. ”(NR)</p> <p>Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.</p>	
PEC 70 de 2012	<p>Altera os arts. 159 e 165 da Constituição Federal para estabelecer a compensação pela União da concessão de benefícios fiscais que incidam sobre a base de cálculo das receitas dos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito federal e do Fundo de Participação dos Municípios.</p>	<p>Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se o atual § 1º e os subsequentes:</p> <p>“Art. 159.</p> <p>.....</p> <p>§ 1º A União compensará os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na forma da lei, pela redução no produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados decorrente de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, redução de alíquota, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão.”</p> <p>Art. 2º O art. 165 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º e 8º, renumerando-se os atuais §§ 7º e 8º e os subsequentes:</p> <p>“Art.165.</p> <p>.....</p> <p>§ 7º O projeto de lei orçamentária incluirá previsão de compensação, em valor equivalente aos gastos tributários projetados para o mesmo exercício na concessão de isenções, anistias e quaisquer benefícios fiscais referentes aos impostos que constituem a base de cálculo do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, do Fundo de Participação dos Municípios e dos programas de financiamento de que trata o art. 159, I.</p> <p>§ 8º A eventual diferença entre os gastos tributários efetivos no exercício e a compensação concedida será incluída na lei orçamentária do exercício subsequente e destinada ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, do Fundo de</p>	<p>Tramitando: Sim 10/03/2015 - CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição.</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>Participação dos Municípios e dos programas de financiamento de que trata o art. 159, I, sem prejuízo do que determina o § 7º."</p> <p>....."</p> <p>Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.</p>	
PEC 69 de 2012	Altera o art. 159 da Constituição Federal para elevar os repasses de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.	<p>Aumenta para 27,5% a participação do FPM no produto da arrecadação IR+IPI.</p>	Tramitando: Sim 05/03/2015 - CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador Luiz Henrique, favorável à Proposta na forma do substitutivo que apresenta.
PEC 30 de 2012	Dá nova redação à alínea "b" do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para excluir as operações originadas de Estados da Região Norte que destinem energia elétrica a outros Estados da vedação de incidência da alíquota interestadual do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	<p>Art. 1º A alínea "b" do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 155.</p> <p>.....</p> <p>§ 2º.....</p> <p>.....</p> <p>X -</p> <p>.....</p> <p>b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica - exceto no caso da energia elétrica produzida em usinas hidrelétricas - e o Estado fornecedor pertencer à Região Norte.</p> <p>....." (NR)</p> <p>Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação</p>	Tramitando: Sim 23/12/2014 - CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.
PEC 19 de 2012	Altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.	<p>Aumenta em um ponto percentual os recursos do FPE, a ser repassado no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano.</p>	Tramitando: Sim 10/03/2015 - CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição.
PEC 4 de 2012	Altera a redação do inciso I do artigo 159, da Seção VI, repartição das receitas tributárias, Capítulo I, do Sistema	<p>Art. 1º. O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>"Art.159.....</p> <p>I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e nove por cento na seguinte forma:</p>	Tramitando: Sim 27/02/2015 - CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	Tributário Nacional, Título VI, da Tributação e do Orçamento, da Constituição Federal.	 e) um por cento ao Fundo de Participação dos Estados, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano;”(NR) Art. 2º. Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.	Walter Pinheiro, pela constitucionalidade, juridicidade e, quanto ao mérito, favorável à Proposta.
PEC 2 de 2012	Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a compensação financeira pela União aos demais entes federados de gasto tributário relativo aos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.	Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 159-A: “Art. 159-A. A União compensará os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pela redução no produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados decorrente de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, redução de alíquota, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão. § 1º O valor da compensação financeira pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios será inserido na lei de diretrizes orçamentárias para o exercício seguinte e abrangerá a totalidade do gasto tributário efetivado no exercício anterior. § 2º A lei orçamentária anual consignará dotações destinadas à compensação de que trata o caput em montante equivalente ao valor definido no § 1º. § 3º A execução das dotações orçamentárias a que se refere o § 2º seguirá as normas de liberação dos recursos de que trata o art. 159, I e II, vedada qualquer restrição ou contingenciamento na sua entrega pela União aos demais entes federativos. § 4º As rotinas e procedimentos do planejamento, apreciação pelo Congresso Nacional e a execução da compensação financeira pela União aos demais entes federativos serão estabelecidos mediante lei complementar.” Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 98: “Art. 98. Enquanto não for editada a lei complementar de que trata o § 4º do art. 159-A da Constituição Federal, a compensação financeira pela União aos demais entes federativos obedecerá critérios, prazos e condições determinados neste artigo. § 1º Em cada exercício financeiro, o Poder Executivo, mediante o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, informará o valor do gasto tributário, nos termos definidos pelo art. 159-A da Constituição Federal, efetivado no exercício anterior, valor esse a ser integralmente compensado, no exercício seguinte, pela União aos demais entes federativos. § 2º Em cada exercício financeiro, o projeto de lei orçamentária anual incluirá dotações nos montantes a que se refere o § 1º, conforme os valores constantes da respectiva lei de diretrizes orçamentárias. § 3º A execução das dotações orçamentárias a que se refere o § 2º seguirá as normas de liberação dos recursos de que trata o art. 159, I e II, vedada qualquer restrição ou contingenciamento na sua entrega pela União aos demais entes federativos.	Tramitando: Sim. 03/02/2015 - SCLSF SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos: - nº 525, de 2014, do Senador Aécio Neves, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2011, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 125, de 2011; e 2, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma; - nº 936, de 2014, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 2012, com as Propostas de Emenda à Constituição nº 31 e 125, de 2011; e 2, de 2012, que já tramitam em conjunto, por regularem matéria correlata. Votação, em turno único.

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>§ 4º Excepcionalmente no período 2014 a 2022, o valor da compensação pela União será parcial, de acordo com a seguinte regra de transição:</p> <p>I – no exercício de 2014, o valor a ser compensado corresponderá à parcela de dez por cento do valor do gasto tributário efetivado no exercício de 2012;</p> <p>II – em cada exercício no período de 2015 a 2022, a parcela do valor da compensação do gasto tributário efetivado será acrescida de dez pontos percentuais em relação à parcela do valor compensado no exercício anterior.</p> <p>§ 5º A partir de 2023 e nos exercícios seguintes, o valor da compensação financeira a que se refere o art. 159-A corresponderá a cem por cento do valor do gasto tributário efetivado.</p> <p>§ 6º Até que seja editada a lei complementar de que trata o § 4º do art. 159-A da Constituição Federal, caberá à comissão mista a que se refere o § 1º do art. 166 dispor sobre qualquer lacuna nas rotinas e procedimentos para a compensação financeira do gasto tributário relativo aos recursos de que trata o art. 159, I e II.”</p> <p>Art. 3º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2013.</p>	
PEC 47 de 2011	Altera o art. 159 da Constituição Federal, para entrega de recursos aos Estados e Municípios que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza.	Determina a entrega de recursos pela União aos Estados e Municípios que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza de proteção integral	Tramitando: Sim 10/03/2015 - CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição.
PEC 33 de 2011	Altera o art. 159 da Constituição Federal, para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.	<p>Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>“Art. 159. A União entregará:</p> <p>I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados cinquenta e um inteiros e cinco décimos por cento na seguinte forma:</p> <p>.....</p> <p>b) vinte e seis por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;</p> <p>.....” (NR)</p> <p>Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.</p>	Tramitando: Sim 19/01/2015 - SSCLSF SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO A matéria continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Primeira sessão de discussão, em primeiro turno.
PEC 31 de 2011	Acrescenta o art. 159-A à Constituição Federal, para determinar a	Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 159-A: “Art. 159-A. A União compensará financeiramente os demais entes federados, no próprio exercício financeiro e na forma da lei,	Tramitando: Sim 03/02/2015 - SSCLSF SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	compensação financeira pela União aos demais entes federados, e pelos Estados aos respectivos municípios, nas hipóteses que especifica.	<p>assim como os Estados compensarão seus respectivos Municípios, sempre que adotarem a concessão de qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo ou redução de alíquotas, concessão de crédito presumido, anistia, remissão, favores fiscais ou financeiros-fiscais, ou qualquer outro benefício de natureza tributária relativo a impostos ou contribuições cujas receitas sejam compartilhadas na forma estabelecida nesta Constituição. ” (NR).</p> <p>Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>DO SENADO</p> <p>Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos: - nº 525, de 2014, do Senador Aécio Neves, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2011, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 125, de 2011; e 2, de 2012, a fim de que tenha tramitação autônoma; - nº 936, de 2014, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 68, de 2012, com as Propostas de Emenda à Constituição nº 31 e 125, de 2011; e 2, de 2012, que já tramitam em conjunto, por regularem matéria correlata. Votação, em turno único.</p>
PEC 33 de 2010	Altera o inciso V do § 2º do art. 155 da Constituição, para facultar ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas e máximas nas operações internas relativamente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	<p>Art. 1º O inciso V do § 2º do art. 155 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 155.</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>§ 2º</p> <p>.....</p> <p>V – é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas e máximas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;</p> <p>.....” (NR)</p> <p>Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Art. 3º Fica revogado o inciso IV do § 4º do art. 155 da Constituição Federal.</p>	<p>Tramitando: Sim.</p> <p>11/03/2015 - CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</p> <p>Recebido nesta Comissão às 17h50. Matéria aguardando distribuição.</p>
PEC 12 de 2009	Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a compensação aos Estados, Distrito Federal e Municípios dos benefícios tributários e	<p>Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 159</p> <p>.....</p> <p>.....</p> <p>§ 5º Qualquer benefício tributário concedido pela União, referidos no art. 150, § 6º, ou redução temporária de alíquota, relativos</p>	<p>Tramitando: sim.</p> <p>11/03/2015 - CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.</p> <p>Recebido nesta Comissão às 17h50. Matéria aguardando distribuição.</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	reduções temporárias de alíquotas concedidas pela União, relativos aos impostos referidos nos incisos I e II desse artigo.	<p>aos impostos de que tratam os incisos I e II, deverão ser acompanhados de medida de compensação financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em valor equivalente à redução do produto da arrecadação.</p> <p>§ 6º A medida de compensação de que trata o § 5º é condição de validade do benefício tributário ou da redução temporária de alíquota. (NR)"</p> <p>Art. 2º Essa Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.</p>	

2.2. Proposições Infra Constitucionais no Senado Federal

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
<p>PLP 37 de 2015 (CD) Título alternativo: PLC 15 de 2015</p> <p>Esta proposição teve origem na Câmara dos Deputados</p>	<p>Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014.</p>	<p>“Art. 4º.....</p> <p>§ 1º A União terá o prazo de até 30 (trinta) dias, da data da manifestação do devedor, protocolada no Ministério da Fazenda, para promover os aditivos contratuais, independente de regulamentação.</p> <p>§ 2º Vencido o prazo, previsto no §1º, o devedor poderá recolher, a título de pagamento à União, o montante devido, com a aplicação da Lei, ressalvado o direito da União de cobrar eventuais diferenças que forem devidas.”</p> <p>Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>Tramitando: Sim 07/04/2015 - SSCLSF SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO</p> <p>Incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 07.04.2015, nos termos do Requerimento nº 211, de 2015. Discussão, em turno único. Matéria não apreciada na sessão de 07.04.2015, transferida para a sessão de 08.04.2015. Matéria não apreciada na sessão de 08.04.2015, transferida para a sessão de 09.04.2015.</p>
<p>PLS 130 de 2014</p>	<p>Convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).</p>	<p>Art. 1º Ficam convalidados os atos normativos de concessão de benefícios ou de incentivos fiscais ou financeiros vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), editados até 1º de maio de 2014, sem observância do disposto no art. 155, § 2º, XII, “g”, da Constituição Federal.</p> <p>Art. 2º Ficam remetidos e anistiados os créditos tributários do ICMS, constituídos ou não, relativos a operações e prestações alcançadas por benefícios ou incentivos fiscais ou financeiros vinculados ao ICMS, concedidos por legislação estadual ou distrital editada até a data de publicação desta Lei Complementar sem observância do disposto no art. 155, § 2º, XII, “g”, da Constituição Federal.</p> <p>Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>Tramitando: Sim 08/04/2015 - SEXP SECRETARIA DE EXPEDIENTE Anexado o texto revisado (fls. 244 a 246).</p>
<p>PLS 128 de 2013</p>	<p>Acrescenta o inciso V ao §1º do art. 8º da Medida</p>	<p>Art. 1º O § 1º do art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:</p>	<p>Tramitando: Sim 17/12/2014 - CAE Comissão de</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	Provisória no 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, que estabelece critério para a consolidação, a assunção e o refinanciamento pela União da dívida pública mobiliária e outras que específica de responsabilidade dos Municípios, para excepcionalizar do limite fiscal operações destinadas a investimentos, sob as condições que especifica.	<p>“Art. 8º.....</p> <p>§1º.....</p> <p>V – as operações de crédito contratadas junto a organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento destinadas a investimentos em infraestrutura, saneamento ambiental, habitação, transporte e mobilidade urbana, desde que:</p> <p>a) previamente incluídas em Termos de Revisão do Programa de Ajuste Fiscal do Município tomador com a União; e</p> <p>b) condicionadas à ampliação do limite fiscal em razão de cumprimento de metas relativas à dívida financeira em trajetória descendente estabelecida no referido Programa.</p> <p>.....” (NR)</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	Assuntos Econômicos Devolvido pelo relator, por solicitação desta secretaria. A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.
PLS 375 de 2012	Regula a alínea g do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para dispor sobre a concessão e revogação de isenções, incentivos e benefícios fiscais relativamente ao imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.	<p>Art. 1º Esta Lei Complementar regula a forma como, mediante deliberação dos Estados, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados, relativamente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).</p> <p>Art. 2º Para os fins desta Lei Complementar, as isenções, os incentivos e os benefícios fiscais referidos na alínea g do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal compreendem toda e qualquer modalidade de benefício, de caráter fiscal, financeiro ou financeiro-fiscal, associado ao ICMS, do qual resulte postergação, redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.</p> <p>Parágrafo único. Constituem modalidades de benefício de que trata o caput, entre outros:</p> <p>I – isenção;</p> <p>II – subsídio com fundamento no ICMS apurado;</p> <p>III – redução de base de cálculo;</p> <p>IV – crédito presumido ou outorgado;</p> <p>V – anistia;</p> <p>VI – remissão;</p> <p>VII – moratória;</p> <p>VIII – fixação de alíquota interna inferior à maior alíquota prevista para a operação ou prestação interestadual;</p> <p>IX – redução de alíquota que implique tratamento diferenciado para determinada operação, prestação ou sujeito passivo;</p> <p>X – redução ou dedução do valor do imposto a pagar;</p> <p>XI – devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do imposto ao contribuinte, a responsável ou a terceiros, que não configure a restituição de que tratam os arts. 165 a 169 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);</p> <p>XII – parcelamento de débitos por prazo superior a 60 (sessenta) meses;</p> <p>XIII – fixação do prazo de recolhimento do imposto por prazo superior a 60 (sessenta) dias, contado da ocorrência do fato gerador, ressalvados os casos de calamidade pública;</p> <p>XIV – financiamento concedido por órgão, entidade ou fundo da administração pública, estadual, a contribuinte ou responsável, vinculado ao valor do ICMS.</p> <p>Art. 3º A autorização para a concessão de benefício de que trata o parágrafo único do art. 2º desta Lei Complementar dar-se-á por meio de convênio celebrado pelos Estados.</p> <p>§ 1º O benefício somente terá eficácia, no âmbito de cada Estado, após a ratificação do respectivo convênio autorizativo por lei estadual específica.</p>	Tramitando: Sim 10/03/2015 - CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição. (Tramitam em conjunto o PLS 99/2012 e o PLS 375/2012).

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>§ 2º O benefício previsto em acordo, tratado ou convenção internacional referendado pelo Congresso Nacional prescinde, para sua eficácia, de autorização em convênio e de ratificação por lei estadual.</p> <p>§ 3º Anistia ou remissão de pequeno valor, definido em convênio, pode ser concedida, unilateralmente, por lei estadual.</p> <p>Art. 4º O benefício de que trata o parágrafo único do art. 2º desta Lei Complementar poderá ser revogado, total ou parcialmente, em virtude de:</p> <p>I – convênio firmado pelos Estados; ou</p> <p>II – lei estadual específica, independentemente de previsão em convênio;</p> <p>Parágrafo único. A revogação de que trata o caput deste artigo não produzirá efeitos antes do:</p> <p>I – exercício seguinte ao da publicação da lei ou convênio;</p> <p>II – decurso do prazo de 90 (noventa) dias da publicação da lei ou convênio;</p> <p>III – decurso do prazo previsto na lei concessiva, quando o benefício for concedido por prazo certo e em função de determinadas condições.</p> <p>Art. 5º É vedado aos Municípios conceder benefício relacionado no parágrafo único do art. 2º desta Lei Complementar relativamente à sua cota-parte em ICMS de que trata o inciso IV do art. 158 da Constituição Federal.</p> <p>Art. 6º A concessão de benefício em desacordo com esta Lei Complementar implica, cumulativamente, ineficácia da lei e nulidade do ato concessivo, sujeitando o sujeito passivo beneficiário ao pagamento do imposto não pago, devolvido ou financiado, e acréscimos legais.</p> <p>§ 1º A declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo concessivo de benefício em desacordo com esta Lei Complementar:</p> <p>I – impede a entidade federada – Estado, Distrito Federal ou Município – responsável de:</p> <p>a) receber transferências voluntárias;</p> <p>b) obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;</p> <p>c) contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal;</p> <p>II – sujeita os agentes públicos responsáveis pela manutenção da concessão do benefício, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis, às penas previstas:</p> <p>a) na Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, pela prática de crime tipificado no art. 12, itens 1 ou 2, combinado com o art. 74;</p> <p>b) na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, pela prática de ato de improbidade administrativa, nos termos dos arts. 10, incisos VII e X, e 11, inciso I.</p> <p>§ 2º Os impedimentos previstos no inciso I do § 1º deste artigo perdurarão pelo prazo de 3 (três) anos.</p> <p>§ 3º Compete ao Tribunal de Contas da União verificar a aplicação, quando for o caso, do disposto no inciso I do § 1º deste artigo, impondo as sanções cabíveis na hipótese de seu descumprimento.</p> <p>§ 4º Os Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal bem como os Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, respeitadas as respectivas competências, executarão, naquilo que cabível, o disposto no § 3º deste artigo.</p> <p>Art. 7º São mantidas as isenções, os incentivos e os benefícios fiscais relacionados ao ICMS decorrentes de convênios vigentes à data da entrada em vigor desta Lei Complementar, até que revogados ou alterados por outro.</p> <p>Art. 8º Convênio a ser celebrado no prazo de 90 (noventa) dias a contar da entrada em vigor desta Lei Complementar poderá, excepcionalmente, autorizar os Estados a:</p> <p>I – conceder remissão do ICMS e respectivos acréscimos legais, relativos a fatos geradores ocorridos até a data de entrada em vigor desta Lei Complementar, não pagos em virtude de isenções, incentivos e benefícios fiscais, concedidos até 22 de outubro de 2012 sem amparo em convênio regularmente aprovado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975;</p> <p>II – convalidar isenções, incentivos e benefícios fiscais referidos no inciso I deste artigo, por prazo determinado, ressalvados os concedidos por prazo certo e em função de determinadas condições, que permanecerão aplicáveis até a data fixada no respectivo ato individual de concessão.</p> <p>Parágrafo único. É vedada a restituição do ICMS e acréscimos legais já pagos em decorrência da invalidação de isenções, incentivos e benefícios fiscais referidos no caput deste artigo.</p> <p>Art. 9º O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), cuja instituição e regimento resultaram de convênios celebrados com</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>fundamento na Lei Complementar nº 24, de 1975, é o fórum das reuniões de representantes dos Estados destinadas a promover a celebração de convênios previstos nos arts. 3º, 4º e 8º desta Lei Complementar, e de convênios que objetivem:</p> <p>I – alterar o regimento do CONFAZ;</p> <p>II – instituir obrigações acessórias que aproveitem à administração do ICMS;</p> <p>III – definir pequeno valor para efeito do disposto no § 3º do art. 3º desta Lei Complementar.</p> <p>Art. 10. Os convênios previstos nesta Lei Complementar atenderão ao seguinte:</p> <p>I – serão deliberados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados, sob a presidência do representante do Ministério da Fazenda;</p> <p>II – serão aprovados se obtiverem votos de três quintos dos Estados, entre os quais figure, pelo menos, 1 (um) Estado de cada uma das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste;</p> <p>III – poderão dispor que a aplicação de qualquer das suas cláusulas seja limitada a um ou a alguns Estados;</p> <p>IV – serão publicados no Diário Oficial da União no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final da reunião referida no inciso I deste artigo.</p> <p>Art. 11. As referências feitas nesta Lei Complementar a Estados incluem o Distrito Federal.</p> <p>Art. 12. Fica mantida a redação dada pelo art. 13 da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, ao art. 178 do Código Tributário Nacional.</p> <p>Art. 13. A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 34–A:</p> <p>“Art. 34–A. Sairão com suspensão do imposto:</p> <p>I - as mercadorias remetidas pelo estabelecimento do produtor para estabelecimento da cooperativa de que faça parte, situada no mesmo Estado;</p> <p>II - as mercadorias remetidas pelo estabelecimento de Cooperativa de Produtores para estabelecimento, no mesmo Estado, da própria Cooperativa, da Cooperativa Central ou de Federação de Cooperativas de que a Cooperativa remetente faça parte.</p> <p>Parágrafo único. O imposto devido pelas saídas, mencionadas nos incisos I e II, será recolhido pelo destinatário quando da saída subsequente, esteja esta sujeita ou não ao pagamento de tributo.”</p> <p>Art. 14. O disposto nesta Lei Complementar não se aplica às indústrias instaladas ou que vierem a instalar-se na Zona Franca de Manaus, durante o prazo previsto nos arts. 40 e 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p> <p>Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Art. 16. Fica revogada a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975.</p>	
<p>PLS 210 de 2012 (?????????)</p>	<p>Dispõe sobre a execução de Planos de Ações Especiais - PAE e confere aos Estados e Municípios que se encontram com dívidas para com a União a faculdade de celebração de convênios com esta, para aplicação especial das parcelas de pagamentos de suas dívidas.</p> <p>OBS: Esta proposição não observa o que está previsto na Lei de Responsabilidade</p>	<p>Art. 1º. Esta Lei estabelece normas sobre a execução de Planos de Ações Especiais - PAE e confere aos Estados e Municípios que se encontram com dívidas para com a União a faculdade de celebração de convênios com esta, para aplicação especial das parcelas de pagamentos de suas dívidas.</p> <p>Art. 2º. Constituem créditos a favor da União cujos pagamentos estão submetidos à presente lei as obrigações decorrentes de contratos firmados entre, por um lado, a União, e por outro, os Estados e Municípios, decorrentes da aplicação das seguintes normas:</p> <p>I - Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989, que “Dispõe sobre o refinanciamento pela União da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas entidades da Administração Indireta, e dá outras providências.”;</p> <p>II - Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, que “Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.”;</p> <p>III - Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que “Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela</p>	<p>Tramitando: Sim 25/03/2015 - CCJ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição. (Tramitam em conjunto os PLS nºs 170 e 210, de 2012)</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	<p>Fiscal, além do que corre o risco de ser considerada inconstitucional por desrespeitar o ato jurídico perfeito (contratos celebrados e livremente acordados entre a União e os Estados, DF e Municípios.) (CF Art. 5º, XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada)</p>	<p>União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.”; e</p> <p>IV - Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, que “Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.”.</p> <p>Art. 3º Ficam os Estados e Municípios que têm dívidas para com a União de que trata o art. 2º desta Lei autorizados a aplicar os valores das prestações de pagamentos das dívidas nas seguintes finalidades:</p> <p>I – cinquenta por cento para despesas destinadas:</p> <p>a. à construção, ampliação, reforma e modernização de postos de saúde e hospitais;</p> <p>b. à construção, ampliação, reforma e modernização de escolas e demais unidades de prestação de serviços educacionais;</p> <p>c. ao reaparelhamento dos órgãos de segurança pública;</p> <p>II – cinquenta por cento em ampliação de outras despesas correntes e incremento dos quadros de servidores das áreas fins das funções de:</p> <p>a. saúde;</p> <p>b. educação; e</p> <p>c. segurança pública.</p> <p>§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, a União firmará com os Estados e Municípios convênios em que ficarão definidas as formas de aplicação dos recursos das parcelas de pagamento dos empréstimos;</p> <p>§ 2º Como vista à aprovação do respectivo convênio, o Estado ou Município interessado elaborará um Plano de Ação Especial, a ser submetido ao legislativo correspondente na forma de projeto de lei de crédito especial.</p> <p>§ 3º Nos anos seguintes ao ano de criação de cada dotação, as despesas em que serão aplicados os recursos de que trata esta lei constarão das Leis Orçamentárias Anuais na forma de dotações cujo título será acrescido do termo “ – PAE”.</p> <p>§ 4º Mesmo antes de aprovado e sancionado o projeto de lei de que trata o parágrafo anterior, o Estado ou Município interessado apresentará o respectivo Plano ao Ministério da Fazenda, que examinará a adequação do conteúdo aos fins previstos no caput deste artigo.</p> <p>§ 5º Aprovado o Plano, será firmado convênio entre a União e o respectivo Estado ou Município interessado.</p> <p>Art. 4º Até o quinto dia de cada mês, os Estados e Municípios que tenham firmado os convênios de que trata o § 4º do artigo anterior apresentarão ao Ministério da Fazenda a listagem de pagamentos efetuados para verificação da destinação nas finalidades previstas no respectivo Plano de Trabalho.</p>	

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>Parágrafo único. Atestada pelo Ministério da Fazenda a utilização dos valores nas finalidades de que trata o caput do art. 3º, a Secretaria do Tesouro Nacional promoverá a redução do pagamento das prestações com vencimento no mês seguinte, no montante efetivamente atestado.</p> <p>Art. 5º O Ministério da Fazenda regulamentará a presente Lei em até 90 dias após sua publicação.</p> <p>Art. 6º A Controladoria Geral da União fará as auditorias nos Estados e Municípios para acompanhar a execução e aplicação dos recursos de que trata a presente a Lei.</p> <p>Art. 7º Os convênios de que trata esta Lei não estarão subordinados às normas da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, nem às das Leis de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	
PLS 618 de 2011	<p>Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que específica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.</p>	<p>Art. 1º. Fica a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, autorizada, até 31 de dezembro de 2012, a:</p> <p>I - assumir a dívida pública mobiliária dos estados e do Distrito Federal, bem como, ao exclusivo critério do Poder Executivo Federal, outras obrigações decorrentes de operações de crédito interno e externo, ou de natureza contratual, relativas a despesas de investimentos, líquidas e certas, exigíveis até 31 de dezembro de 2010;</p> <p>II - assumir os empréstimos tomados pelos Estados e pelo Distrito Federal junto à Caixa Econômica Federal, com amparo na Resolução no 70, de 5 de dezembro de 1995, do Senado Federal, bem como, ao critério do Poder Executivo Federal, outras dívidas cujo refinanciamento pela União, nos termos desta Lei, tenha sido autorizado pelo Senado Federal até 31 de dezembro de 2012;</p> <p>III - compensar os créditos assumidos com eventuais créditos de natureza contratual, líquidos, certos e exigíveis, detidos pelas unidades da Federação contra a União;</p> <p>IV - assumir a dívida pública mobiliária emitida por Estados e pelo Distrito Federal, após 13 de dezembro de 1995, para pagamento de precatórios judiciais;</p> <p>V - refinar os créditos decorrentes da assunção a que se referem os incisos I e IV, juntamente com créditos titulados pela União</p>	<p>Tramitando: Sim 03/02/2015 - SSCLSF SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO</p> <p>Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos: - nº 835, de 2013, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 69, 157, 214, 328, 334, 364, 373, 618 e 663, de 2011; 91, de 2012; 187 e 269, de 2013, a fim de que tenha tramitação autônoma; -nº 836, de 2013, do Senador Wilder Moraes, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs dos Projetos de Lei do Senado nºs 69, 157, 214, 328,</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
		<p>contra as Unidades da Federação;</p> <p>§ 1º As operações autorizadas neste artigo vincular-se-ão ao estabelecimento, pelas Unidades da Federação, de Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, acordado com o Governo Federal, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.</p> <p>§ 2º O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por até cento e oitenta dias, por decisão fundamentada do Ministro de Estado da Fazenda.</p> <p>Art. 2º Sobre os contratos de refinanciamento de que trata esta Lei incidirão juros, calculados e debitados mensalmente, à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, instituída pela Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.</p> <p>Art. 3º Os contratos de refinanciamento deverão contar com adequadas garantias que incluirão, obrigatoriamente, a vinculação de receitas próprias e dos recursos de que tratam os arts. 155, 157 e 159, incisos I, "a", e II, da Constituição.</p> <p>Art. 4º Os contratos de refinanciamento poderão estabelecer limite máximo de comprometimento da receita corrente líquida (RCL) para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada nos termos desta Lei.</p> <p>Parágrafo único: O limite máximo de comprometimento de que trata o caput será inferior a, no mínimo, dois pontos percentuais do limite fixado na renegociação realizada nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.</p> <p>Art. 5º Os contratos de refinanciamento de que trata esta Lei serão pagos em até 360 (trezentos e sessenta) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira trinta dias após a data da assinatura do contrato.</p> <p>Parágrafo único: O prazo previsto no caput somente será ampliado para atendimento do disposto no art. 5º, parágrafo único, desta lei.</p> <p>Art. 6º Fica a União autorizada a receber das Unidades da Federação bens, direitos e ações, para fins de amortização extraordinária dos contratos de refinanciamento celebrados na forma desta Lei.</p> <p>Art. 7º. A União poderá securitizar as obrigações assumidas ou emitir títulos do Tesouro Nacional, com forma de colocação, prazo de resgate e juros estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda, ouvido o Ministério do Planejamento e Orçamento, com vistas à obtenção dos recursos necessários à execução do disposto nesta Lei.</p> <p>Art. 8º. Aplicam-se, no que couber, as disposições da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.</p> <p>Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>334, 364, 373, 618 e 663, de 2011; 91, de 2012; 187 e 269, de 2013, a fim de que tenha tramitação autônoma; e nº 341, de 2014, da Senadora Ana Amélia, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2011, dos Projetos de Lei do Senado nºs 69, 137, 157, 214, 328, 334, 364, 618 e 663, de 2011; 91, de 2012; 187 e 269, de 2013, a fim de que tenha tramitação autônoma Votação, em turno único.</p>
<p>PLS 335 de 2011 (???????)</p>	<p>Acrescenta artigos na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, para autorizar a União a abater do saldo devedor da dívida pública</p>	<p>Art. 1º A Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, fica acrescida dos seguintes artigos, que passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 2º-A. Fica a União autorizada a descontar os saldos devedores das dívidas de que trata a Lei nº 9.496, de 11 de setembro</p>	<p>Tramitando: Sim 19/03/2015 - SSCLSF SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	<p>mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, valor equivalente a até 20% (vinte por cento), para programas de investimentos.</p> <p>OBS: Esta proposição não observa o que está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, além do que corre o risco de ser considerada inconstitucional por desrespeitar o ato jurídico perfeito (contratos celebrados e livremente acordados entre a União e os Estados, DF e Municípios.) (CF Art. 5º, XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada)</p>	<p>de 1997, em valor equivalente a até 20% (vinte por cento), sendo seu montante correspondente considerado amortização antecipada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios das referidas dívidas.</p> <p>§ 1º O exercício da autorização prevista no caput fica condicionado, a que recursos equivalentes ao montante abatido nos saldos devedores, sejam obrigatória e exclusivamente destinados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios a programas de investimentos, nas áreas de educação, saúde, segurança, infraestrutura, e inovação e tecnologia.</p> <p>§ 2º Os programas de investimentos referidos neste artigo, serão acordados e definidos pela União, com cada ente federado, de acordo com critérios, prazos, valores e condições estabelecidos nos respectivos aditivos contratuais.</p> <p>§ 3º Os recursos alocados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma deste artigo, manterão equivalência econômica com o fluxo original de pagamentos dos encargos financeiros e demais serviços relativos à parcela de dívida descontada, de forma a que, no mínimo, seja assegurada a aplicação do montante dos valores que, efetivamente, vierem a ser abatidos dos respectivos saldos devedores.</p> <p>§ 4º O Poder Executivo Federal definirá as regras da prestação de contas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios sobre a aplicação dos recursos descontados e aplicados na forma deste artigo.</p> <p>Art. 2º-B. Como condição prévia à celebração dos aditivos contratuais autorizados nesta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão estar adimplentes com todas as parcelas e encargos financeiros relativos aos contratos de refinanciamento.</p> <p>Parágrafo único. A formalização dos aditivos contratuais, fica igualmente condicionada à comprovação de regularidade quanto aos recolhimentos de contribuições compulsórias do FGTS, INSS, PIS-Pasep e Finsocial/Cofins.</p> <p>Art. 2º-C. A eficácia dos termos aditivos referidos nesta Lei dependerá de sua prévia aprovação pelo Senado Federal.”</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>1.223, de 2013, da Senadora Ana Amélia, de desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 392, de 2007; e 335, de 2011.</p>
PLS 302 de 2009	<p>Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para permitir o refinanciamento de débitos de Estados e</p>	<p>Art. 1º O art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta.</p> <p>§ 3º São admitidos a novação, o refinanciamento ou a postergação de dívida contraída anteriormente nas seguintes situações, reconhecidas pelo Senado Federal:</p> <p>a) decréscimos acentuados nas cotas-parte dos fundos previstos no art. 159, inciso I, alíneas a e b, da Constituição Federal;</p> <p>b) mudanças drásticas na condução das políticas monetária e cambial.</p>	<p>Tramitando: Sim. 26/03/2015 - SSCLSF SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 266, de 2015.</p>

Proposição	Ementa	Texto	Última Ação
	Municípios nas situações que especifica.	<p>§ 4º A distribuição percentual dos montantes anuais das operações de novação, de refinanciamento ou de postergação de dívidas contraídas anteriormente junto à União deverá observar, para cada nível de governo, a distribuição percentual da população de cada ente da Federação divulgada na forma do art. 102 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, com uma margem de tolerância de mais ou menos dois pontos percentuais.</p> <p>§ 5º É pré-requisito para a novação, o refinanciamento ou a postergação prevista no § 3º o pleno atendimento das demais exigências desta Lei Complementar. (NR)º</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	